



FORUM

N.º 23

JAN-JUN 1998

UNIVERSIDADE DO MINHO



Conselho de Direcção

Prof. Lúcio Craveiro da Silva

(Presidente do Conselho Cultural da U.M.)

M. Assunção J. Vasconcelos

(Arquivo Distrital)

Henrique Barreto Nunes

(Biblioteca Pública)

Norberto Cunha

(Centro de Estudos Lusíadas)

César Valença

(Museu Nogueira da Silva)

Manuela Martins e Francisco Sande Lemos

(Unidade de Arqueologia)

Licínio C. Lima

(Unidade de Educação de Adultos)

Editor

Conselho Cultural da Universidade do Minho

Largo do Paço

4709 Braga Codex

Portugal

Coordenador Editorial

Henrique Barreto Nunes

Orientação Gráfica

Luís Cristóvam

Capa

Ânfora do Baixo Império, recolhida nas escavações do antigo Albergue Distrital (Braga)

Distribuição

Livraria Minho

Largo da Senhora-a-Branca

4710 Braga

Periodicidade

Semestral

Execução

Reprografia da Universidade do Minho

Tiragem

1.000 ex.

Depósito Legal

N.º 15998/87

ISSN

0871-0422

3	<i>Francisco Sande Lemos</i>	<i>Bracara Dives, capital da Callaecia</i>
17	<i>César Valença</i>	Considerações a partir dos copos da Real Fábrica de Vidros de Coima na colecção do Museu Nogueira da Silva
25	<i>Aida Maria Reis da Mata Maria João Dias Costa</i>	A Cerca do Mosteiro de S. Martinho de Tibães
51	<i>Peter Jarvis</i>	Globalização e o Mercado da Aprendizagem
67	<i>Maria do Rosário Girão Ribeiro dos Santos</i>	Homenagem a João Penha

DOCUMENTAÇÃO E VÁRIA

101	<i>Biblioteca Pública de Braga</i>	A revolta da "Maria da Fonte" Subsídios para uma bibliografia
117	<i>Manuela Martins Francisco Sande Lemos</i>	Projecto de Salvamento e Estudo de <i>Bracara Augusta</i> – 1998
145	<i>António Martinho Baptista</i>	A propósito de "Regressos", páginas ilustradas de António Jorge Barros

NOTÍCIAS

153	<i>Biblioteca Pública de Braga</i>	Notícias da Biblioteca Pública de Braga
161	<i>Museu Nogueira da Silva</i>	Notícias do Museu Nogueira da Silva

NOVOS COLABORADORES

167	<i>Peter Jarvis</i>
-----	---------------------

Bracara Dives, capital da *Callaecia*

Francisco Sande Lemos

O título desta conferência – *Bracara Dives*, capital da *Callaecia* – é o ponto de abertura para as ideias que pretendemos apresentar ¹. A expressão *Bracara Dives* encontra-se num texto clássico do século IV d. C., texto redigido em forma poética por um letrado de *Burdigala* (Bordéus), de nome Ausónio, e que se intitula *Clare Urbis*, o que pode ser traduzido como “As cidades ilustres”. Quanto a Braga, o autor cita-a do seguinte modo: “*quaeque fini pelagi jactat Bracara Dives*”, o que pode ser lido, em versão livre, do seguinte modo: “junto às praias do mar *Bracara* orgulha-se da sua prosperidade (ou riqueza)”.

Robert Étienne (1966, 319-332) atribui a um exagero poético a referência a *Bracara* como cidade marítima. Todavia, se repararmos com atenção, a distância entre Braga e o litoral, tomada em linha recta, não chega a 25 quilómetros (21 Km) ², ou seja cerca de um dia de marcha normal a pé (vinte e cinco quilómetros = cinco horas). Por outro lado, a poucas dezenas de quilómetros da urbe de Augusto, ficam as desembocaduras dos rios Cávado (21 Km), Ave (26 Km) e Douro (39 Km), às quais a cidade estava ligada por via terrestre e tráfego fluvial. O Cávado é navegável até Areias de Vilar (a 11

Km de Braga). O Ave até às Caldas das Taipas (a 9 Km da cidade). Não sendo, de facto, um porto de mar a cidade bracarense dispunha de fáceis acessos às rotas marítimas atlânticas que, na época, eram percorridas por um tráfego intenso.

Por esses tempos, quando Ausónio compunha o seu poema, *Bracara Augusta* era circundada por uma poderosa linha de muralha, com torreões semicirculares, tal como a descreve Jerónimo Contador de Argote (nas primeiras décadas do século XVIII) e demonstraram os recentes trabalhos arqueológicos efectuados em diversos locais: no extremo norte da antiga Quinta do Fujacal (sob a responsabilidade de José Manuel Freitas Leite) ³; no limite da Sé com a rua do Souto e na rua Paio Mendes (da responsabilidade de Luís Fontes) ⁴; e junto à Avenida da Imaculada Conceição (Rodovia), onde a equipa do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga (dirigida por Armandino Cunha) localizou os alicerces de um poderoso torreão. Aliás, o traçado desta muralha recorta-se, com nitidez, nos fotogramas aéreos dos anos 40 e 50, resultantes dos voos da "Royal Air Force" (RAF) e da "United States Air Force" (USAF).

A muralha (do Baixo Império) teria um perímetro de 2 200 metros. Quanto à área da cidade, calcula-se que se estendia por cerca de 44 hectares, intramuros, embora estejam já identificados diversos conjuntos erguidos fora da muralha.

Estava, pois, entre as maiores cidades da *Hispania* (*Legio-Léon*: 19 hectares; *Emerita-Mérida*: 49 hectares; *Caesar Augusta-Saragossa*: 60 h) e era, sem dúvida, a maior cidade da fachada ocidental atlântica da Península, pois estima-se que *Lucus Augusti* ocupava 34 hectares, enquanto *Olisipo*, cujo perímetro da época romana ainda está mal definido, não alcançava tal superfície. *Scallabis*, sede de um vasto convento, que ia do Tejo ao Douro, era, ao que parece, uma cidade pequena, por certo menor do que *Olisipo*, a qual, no entanto, estava sob a sua dependência jurídica.

Conimbriga, sede de *civitas*, ocupava apenas 9 hectares, o que é normal considerando o seu estatuto secundário.

No tempo em que Ausónio evocava *Bracara Dives*, esta urbe já tinha sido designada capital da *Callaecia* pelo imperador Diocleciano (finais do século III, entre 284 e 288) (TRANOY 1981, 402-403), ou seja com uma vasta área sob a sua jurisdição, reunindo ao seu território inicial os conventos de *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta*, bem como parte do de *Clunia*. As outras províncias da península eram a *Lusitania*, com sede em Mérida; a *Baetica*, com sede em Córdoba; a *Cartaginensis*, com sede em Cartagena; e, finalmente, a *Tarraconensis*, com capital em Tarragona, as duas últimas urbes situadas na costa mediterrânea da Península Ibérica.

Fundada *ex-novo* pelo imperador Augusto, após o termo das suas campanhas de pacificação do Noroeste, provavelmente cerca de 16/15 a.C. (LE ROUX 1994, 231), como alcançou *Bracara Augusta* o estatuto de grande cidade da Península, em poucos séculos?

As condições geográficas eram favoráveis: foi implantada no âmago de uma região fértil, abundante em água, com solos espessos, a igual distância do curso final dos dois rios que drenam uma vasta área do Noroeste, o Minho e o Douro, a meio caminho entre o litoral aberto ao tráfego marítimo e as montanhas interiores, com grandes potencialidades silvo-pastoris.

No *conventus* de *Bracara* situavam-se importantes frentes de exploração mineira. O ouro era extraído na Serra de Santa Justa (Valongo), a sul e na da Padrela (Vila Pouca de Aguiar) a leste (ambas jazidas primárias com elevados índices de minério, por tonelada). A norte, para além do ouro – explorado no leito dos rios, periodicamente desviados para o efeito, como revela o Monte Furado, no vale do rio Coura – o estanho era abundante, tal como na área do Barroso (a nordeste).

Por outro lado, se os recursos naturais eram numerosos a região não era menos populosa. De acordo com Plínio, que escreveu no século I, de *Bracara* dependiam 24 *populi* e 285 000 habitantes. Entre tais povos destacavam-se os *Bracari*, que viviam em grandes povoados como a Citânia de S. Julião; o Monte Redondo; Santa Marta da Falperra; o Castro das Eiras; o Monte das Caldas; o Castelo de Barbudo, para apenas citar os mais conhecidos.

O nome *Bracara Augusta* simboliza uma profunda aliança entre o Império Romano e as elites dos *Bracari*. A epigrafia votiva e funerária documenta a importância desses indígenas na magistratura e no sacerdócio, sabendo-se que pelo menos um dos *Bracari* (*Q. Pontius Severus*) alcançou o estatuto de *flamen* (sacerdote do culto imperial) em Tarragona, cidade que durante o Alto-Império foi a capital da *Hispania* (MARTINS E DELGADO 1989/1990, 21).

Todavia, a cidade não se limitou a uma aliança política-religiosa com Roma, mas abriu as suas portas a comerciantes, ou a personagens oriundas de outras partes da península, como *Celico Fronto*, provavelmente oriundo da Meseta, de *Arcobriga* (embora não seja possível identificar se trata de uma cidade da zona de *Bilbilis*, na Celtibéria, ou do sul da Lusitânia, ainda que a menção à divindade *Tongo* aponte para a segunda hipótese) (TRANOY 1981, 284-285). *Celico Fronto* mandou esculpir o conhecido santuário da Fonte do Ídolo.

A construção da nova urbe iniciou-se logo na época de Augusto. As obras atraíram numerosos trabalhadores, oriundos dos povoados adjacentes, como documenta a Arqueologia, através da recolha de inúmeros fragmentos de cerâmica micácea indígena, dita castreja, que aliás era produzida em *Bracara*. Também testemunham essa fase os moldes de síntula encontrados nos terrenos onde está o Museu D. Diogo de Sousa (MARTINS 1988, 23-33) e, mais recentemente, no logradouro do antigo Albergue Distrital (inéditos).

Sob o domínio dos imperadores que se sucederam a Augusto (a dinastia Júlio-Claudiana) o surto construtivo manteve-se e ter-se-á ampliado na dinastia seguinte, a dos Flávios, quando se operaram importantes remodelações, embora mantendo os eixos iniciais (SE/NW).

Obedecendo aos canones clássicos, com um traçado geométrico regular, provavelmente organizada em módulos habitacionais de 120 pés (*insula* das Carvalheiras e dados inéditos das escavações do ex-Albergue Distrital), *Bracara Augusta* ocupava, nas últimas décadas do século I d.C., uma extensa área e possuía grandes edifícios públicos já exumados como as Termas do Alto da Cidade e um possível mercado a Norte, junto ao actual Largo do Paço (GASPAR 1985, 51-125).

O crescimento da vida urbana, bem como o aprofundamento da romanização de todo o espaço do Noroeste (incluindo as montanhas interiores) exigiram mesmo a abertura de uma nova grande via estatal entre a costa e a Meseta, entre *Bracara Augusta* e *Asturica Augusta*. É a *Via Nova*, a Geira, com um traçado que parece ter sido desenhado a compasso, com hábeis soluções de engenharia, a fim de cruzar as montanhas e unir as depressões tectónicas intermédias, como o troço que do Vale do Cávado alcança a "Baixa-Limia", em apenas trinta e oito milhas romanas (BAPTISTA *et alii* 1995; LEMOS e BAPTISTA 1995/96, 113-134).

No século II, num período de tranquilidade (*Pax Romana*), a importância de *Bracara* aprofundou-se. A sepultura do Largo Carlos Amarante, de uma dama bracarense do século II, com um espólio que congrega vasos de cerâmica fina, frascos de vidro e adornos em ouro, um dos quais um rico alfinete do cabelo de marfim revestido a ouro, é, por si só, um evidente testemunho da prosperidade de *Bracara Augusta* (DELGADO 1984, 179-196).

Não se notam, aliás, nos registos arqueológicos, sinais da crise que sacudiu o Império Romano no século III.

A elevação de *Bracara* a sede do governo da *Callaecia* está bem documentada do ponto de vista arqueológico. Enquanto que, noutras cidades do Império, se regista uma retirada das residências urbanas para as *villae*, pelo contrário, as escavações de *Bracara Augusta* revelaram obras particulares de grande fôlego, designadamente a construção de edifícios com alicerces poderosos e dotados de características específicas. Referimos, entre outros exemplos, as ruínas residenciais descobertas nos terrenos a noroeste do Museu de D. Diogo de Sousa (MARTINS e DELGADO 1988, 79-93; e dados inéditos); os conjuntos de muros exumados nas escavações do logradouro do ex-Albergue (dados inéditos); os resultados dos trabalhos arqueológicos efectuados na rua do Anjo; no interior da Cerca do Seminário de Santiago; e na rua de Janes ⁵.

No século IV *Bracara* é uma dinâmica urbe, sede metropolitana, pólo difusor do cristianismo, com jurisdição religiosa sobre um vasto território.

O fim do Império Romano não quebra o poder urbano de Braga. Ao abrigo das suas fortes muralhas os Suevos instalam um reino e multiplicam expedições em direcção ao Sul, atacando cidades de grande e pequena dimensão como *Emerita* em 446 (MACIEL 1996, 277) ou *Conimbriga* em 468 (MACIEL 1996, 278). Esta última nunca recuperou do golpe desferido e foi parcialmente abandonada, o que aliás preservou para o futuro os seus belos monumentos.

A instabilidade provocada pelas acções dos Suevos, levou o poder romano remanescente a aliar-se aos Visigodos. Dá-se assim, em 455, o saque de Braga, descrito por Idácio, bispo de Chaves (TRANOY 1974).

Todavia, nada indica que a cidade sofreu profundamente com o ataque de Teodorico II, o chefe dos Visigodos. O reino suevo apenas termina em 585 (MACIEL 1996, 280).

A Arqueologia e a História demonstram que *Bracara* continuou a ser um importante centro urbano. As rotas comerciais não foram afectadas pelas perturbações político-militares. De facto, a Arqueologia documenta uma intensa importação de louça de mesa do Norte de África (a chamada Terra Sigillata Clara). Encontraram-se, mesmo, materiais oriundos do Médio Oriente (cerâmicas fociana e cipriota), datados dos séculos V e VI (DELGADO 1988, 35-49).

Nos arredores de Braga em Dume, no século VI, fundou S. Martinho uma basílica (FONTES 1990, 147-169) e um convento anexo, onde, no *scriptorium*, os monges copiavam os textos antigos. Em Braga realizaram-se em 561 e 572 dois concílios.

No século seguinte destaca-se o múnus episcopal de S. Frutuoso que mandou erguer nos arredores da urbe uma esplêndida capela sepulcral, inspirada nos modelos clássicos romanos de templos com capelas martiriais. (FONTES 1989).

Quando, a partir do século VIII os letrados maometanos, que acompanham os exércitos invasores, se referem à cidade descrevem-na como opulenta e destacam as suas linhas de muralha.

Nos séculos VIII e IX a fronteira entre os universos maometano e cristão oscilou entre o Douro e o Mondego. O bispo de Braga considerou prudente abrigar-se a Norte, sob a sombra protectora das muralhas de Lugo, ou mais longe ainda em Mondoñedo. Mas, não perde os seus títulos, nem as suas propriedades. O núcleo urbano de Braga manteve-se, o que está demonstrado, tanto documental como arqueologicamente. O chamado Paroquial Suévico (*Divisio Theodomiri*), bem como os textos incorporados no Censual do bispo D. Pedro e no *Liber Fidei* revelam que a organização eclesiástica também subsistiu, tal como a textura rural envolvente.

Tanto assim é que, no século XI, *Bracara* e Santiago de Compostela disputam arduamente a primazia religiosa e as relíquias dos Santos Mártires.

Mais tarde, no século XII, Braga surge intimamente ligada à formação do Condado Portucalense, do reino de Portugal e à sua expansão para sul (na conquista da cidade de Lisboa D. Afonso Henriques e D. João Peculiar, bispo bracarense, combatem lado a lado) (MATTOSO 1993, 75).

Os documentos escritos são escassos para revelar a história de uma cidade que exerceu uma função primordial na fachada atlântica ocidental da Península e no Noroeste Peninsular, ao longo de mais de doze séculos. Os existentes já foram objecto de interpretações cruzadas ou pouco mais podem esclarecer.

Pelo contrário os arquivos da terra, os vestígios materiais conservados no sub-solo, são mais extensos e numerosos. O seu estudo progressivo trará novas interpretações ou iluminará o teor dos documentos escritos já conhecidos.

Ao instituir o Salvamento de *Bracara Augusta* o I Governo Constitucional presidido por Mário Soares, inaugurou a Arqueologia Urbana em Portugal e salvou do aniquilamento certo a história de uma das grandes cidades da Península Ibérica.

A soma de 21 anos de intervenções sistemáticas da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, em colaboração com o Museu D. Diogo de Sousa

(revitalizado para o efeito em 1981) e, desde 1992, em articulação com o Gabinete de Arqueologia da Câmara, permitiu reunir uma massa informativa de grandes dimensões, um vasto património científico e museológico.

A história deste projecto de Arqueologia Urbana é irregular. Neste momento está em velocidade de cruzeiro. Mas em qualquer oceano existem baixios ou rochas, por vezes quase invisíveis. Por este motivo o timoneiro não deve adormecer ao leme, ou distrair-se o vigia na gávea.

Tal como em 1976, vamos tentar que em 1998 e 1999 sejam dados novos passos qualitativos:

- no reforço do trabalho de campo;
- na informatização dos dados;
- na catalogação dos materiais;
- no estudo do urbanismo;
- na análise dos edifícios;
- na divulgação mediática dos conhecimentos.

Não foi suficiente salvar o que restava da urbe. Agora, que já existe um consenso indiscutível sobre o valor do sub-solo da cidade, é urgente revelar a dimensão do projecto de *Bracara Augusta*, a nível nacional e europeu, bem como desenvolvê-lo nas suas múltiplas vertentes.

D. M A G N I
A U S O N I I
 B U R D I G A L E N S I S
O P E R A.

INTERPRETATIONE ET NOTIS

ILLUSTRAVIT
 JULIANUS FLORIDUS, CAN. CARNOT.

CHRISTIANISSIMI REGIS

I N U S U M

SERENISSIMI DELPHINI.

*Recensuit, supplevit, emendavit, Dissertationem de Vita & Scriptis Ausonii
 suasque Animadversiones adjunxit JOANNES-BAPTISTA SOUCHAY,
 Regiæ Inscript. & Human. Litter. Academiæ Socius.*



PARISIIS,
 Typis JACOBI GUERIN, ad Ripam Augustinianorum.

M. DCC. XXX.

CUM APPROBATIONE ET PRIVILEGIO REGIS.

dga

Notas

¹ Nota Prévia:

Não nasci, nem fui criado em Braga, pelo que não me move uma particular relação afectiva com a cidade. Também o estudo de *Bracara Augusta* não é a obra da minha vida. Outros trabalhos realizei, dos quais me orgulho. Assim, nestas páginas se destaco a importância de Braga, como cidade histórica, não é por razões pessoais ou por exagero e fantasia.

Mas, porque, suspeito que muitas das chaves para a compreensão da história milenar de uma parte da Península se encontram no estudo intensivo da arqueologia de Braga e do seu território restrito e amplo.

De facto, em 1977, fui contratado pela Universidade do Minho, com a finalidade de colaborar no Salvamento de *Bracara Augusta*. Nesse mesmo ano, alguém me preveniu, embora de forma indirecta que era uma tarefa ingrata. Mas, por carácter, tal como os detectives dos romances, sou persistente e teimo em desvendar os mistérios. Sem ser um adepto fervoroso das teorias conspirativas, não ignoro que muitos desejariam que esse caminho, o da descoberta de *Bracara Augusta*, não fosse aberto ou ficasse nebuloso. Outros, entre os quais a direcção científica do projecto, acreditam e lutam, diariamente, para que o conhecimento da cidade romana e medieval avance, mesmo que as resistências se avolumem.

Devo, aliás, acrescentar que o conhecimento divulgado nesta conferência não é o resultado de uma investigação solitária, mas o produto do trabalho de uma vasta equipa.

² Medidos sobre a carta 1:250 000 dos SCE (Serviços Cartográficos do Exército), assim como os restantes valores adiante indicados.

³ Arqueólogo da Universidade do Minho.

⁴ Arqueólogo da Universidade do Minho.

⁵ Conjunto de escavações inéditas, cujos resultados serão divulgados nos próximos dois anos, da responsabilidade da direcção científica do projecto *Bracara Augusta*.

Bibliografia

A bibliografia sobre *Bracara Augusta* é já muito numerosa. Listas pormenorizadas podem ser encontradas em:

MARTINS, Manuela (1997) – *Bracara Augusta: a memória de uma cidade*, *Cadernos de Arqueologia*, II, 8-9, Braga, pp. 177-195.

NUNES, Henrique Barreto (1996) – Para a História do Salvamento de *Bracara Augusta*, 3, *Bibliografia (1634-1996)*, *Mínia*, III, 4, Braga, pp. 147-165.

Para tais listas remetemos os leitores mais interessados.

Bibliografia citada no texto

ARGOTE, Jerónimo Contador de (1728) – *De Antiquitatibus Conventus Bracaraugustani*, Lisboa.

– (1732-1734) – *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas*, Lisboa.

AUSÓNIO – *D. Magni Ausoni Burdigalensis Opera*, editada por Juliano Carnet em Paris, no ano de 1730.

BAPTISTA, António Martinho; ENCARNAÇÃO, José d'; LEMOS, Francisco Sande (1995) – *A via romana XVIII (Via Nova) no Parque Nacional da Peneda-Gerês*, Braga.

CARDOSO, J. (1982) – *Crónica de Idácio*. Versão e anotações de J. Cardoso, Universidade do Minho, Braga.

DELGADO, Manuela (1984) – Sepultura romana encontrada junto ao Largo Carlos Amarante, *Lucerna*, 1984, de PINHO BRANDÃO, Porto, pp. 179-196.

– (1988) – Contribuição para o estudo das cerâmicas romanas tardias encontradas em Portugal, *Cadernos de Arqueologia*, II, Braga, 5, pp. 35-49.

DELGADO, Manuela e MARTINS, Manuela (1988) – Intervenção Arqueológica na Zona P1 (Antigas Cavalariças do Regimento de Infantaria de Braga), *Cadernos de Arqueologia*, II, 5, pp. 79-93.

ÉTIENNE, R. (1966) – Ausone et l'Espagne, *Mélanges d'Archéologie, d'Épigraphie e de d'Histoire offerts à Jérôme Corcopino*, Paris, pp. 319-332.

FONTES, Luís F. O. – (1989) – *S. Frutuoso de Montélios*. Braga. 24 p.

– (1990) – Escavações arqueológicas na antiga igreja de Dume. Notícia preliminar da campanha de 1989, *Actas do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, 1, pp. 147-169.

GASPAR, Alexandra (1985) – Escavações arqueológicas na rua da Nossa

- Senhora do Leite, em Braga, *Cadernos de Arqueologia*, II, 2, Braga, pp. 51-125.
- LE MOS, F. S. e BAPTISTA, A.M. (1995/96) – Estudo de um troço da via XVIII do Itinerário de Antonino na Serra do Gerês (A Geira Romana), *Cadernos de Arqueologia*, II, 12/13, Braga, pp. 113-134.
- LE ROUX, Patrick (1994) – Bracara Augusta, ville latine, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 34 (3-4), Porto, pp. 229-240.
- MACIEL, M. Justino (1996) – *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo*, Lisboa.
- MARTINS, Manuela (1988) – Moldes de sítula com decoração geométrica encontrados em Braga, *Cadernos de Arqueologia*, II, 5, Braga, pp. 23-33.
- MARTINS, Manuela e DELGADO, Manuela (1989/1990) – História e Arqueologia de uma cidade em devir: *Bracara Augusta*, *Cadernos de Arqueologia*, II, 6-7, Braga, pp. 11-39.
- MATTOSO, José (1993) – *História de Portugal*, II vol., ed. Círculo de Leitores, Lisboa.
- TRANOY, Alain (1974) – Hydace, Chronique (ed. par Alain Tranoy), *Sources Chrétiennes*, n.ºs 218-219.
- (1981) – *La Galice Romaine*, Diffusion de Boccard, Paris.



Fig. 2 – Escavações no interior da cerca do Seminário de Santiago:
rua lageada e pilar de pósito do Baixo Império.

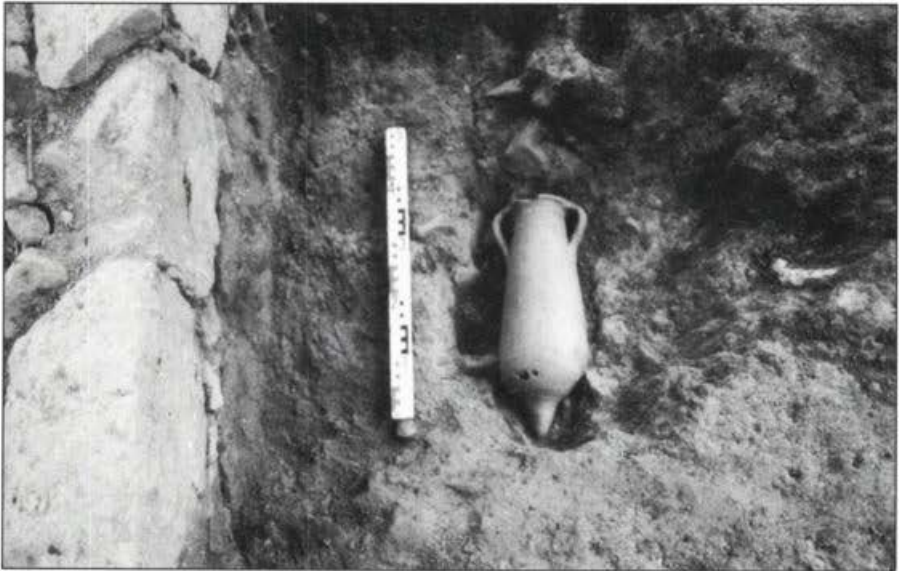


Fig. 3 – Ânfora de garum encontrada na escavação de uma taberna do séc. IV
que abria para o *decumanus* maior de *Bracara Augusta*.

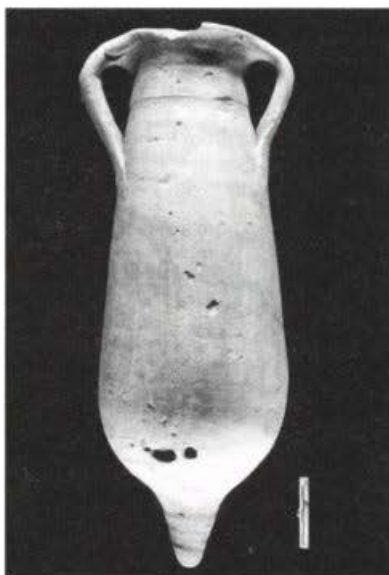


Fig. 4 – Ânfora do Baixo Império, recolhida nas escavações do ex-^a Distrital.



Fig. 5 – Placa de azeviche negro com a gravação do *crismon*, recom nível habitacional do séc. V/VI em escavações na rua do Anjo.

Considerações a partir dos copos da Real Fábrica de Vidros de Coima na coleção do Museu Nogueira da Silva César Valença

“As fábricas de vidro, e papel estão principadas, e se pondo se cuidado se poderão estabelecer de modo que se escuzem estes géneros de fora”¹

D. Luís de Meneses
Conde de Ericeira, 1632-1690
Relatório do Conselho da Fazenda

“Os (Estados) que carecem de fábricas além de uma sujeição pouco decorosa em que se constituem pela dependência de outras nações, vivem pobres e sujeitos a uma extrema decadência”²

Cardeal de Mota, 1691-1797

A habituação e também o facto de vivermos numa época de extraordinárias conquistas no campo da técnica, faz-nos perder a capacidade de surpresa perante essa curiosa forma de transformação de substâncias que constituem o vidro. Preparado a partir de materiais pobres pode tomar características luxuosas incluindo o admirável aspecto da transparência.

Com certa razão, durante anos, os fabricantes de vidro e de porcelana foram quase assimilados aos alquimistas. Não foi por acaso que Praga, a cidade dos alquimistas, seja igualmente a capital da Boémia, país que tem uma notável tradição vidreira.

O vidro teve os seus inícios no Médio Oriente há cerca de 4.500 anos como resultado da fusão por aquecimento a uma temperatura um pouco inferior à da cozedura da cerâmica e constituído por uma mistura de sílica e substâncias alcalinas. Na antiguidade utilizava-se a areia e plantas ricas em carbono.

A Síria terá aperfeiçoado o fabrico do vidro no século I a.C. e é a partir dessa situação que os Romanos foram divulgando o segredo do seu fabrico através dos territórios que conquistaram. Por isso, cedo o vidro penetrou os territórios do Império Romano inclusive a Espanha. Bracara Augusta teve nesse período fabrico dessa matéria, comprovando-se em escavações arqueológicas a existência de fornos. Durante a Idade Média, será nas zonas florestadas da Europa que melhor se desenvolvem os centros vidreiros, pela existência de sílica sob a forma de areia granulosa e de cinzas de madeira ou de fetos. O vidro desta tradição é de cor esverdeada ou amarela e tem aspecto muito rústico recebendo o nome de "wald glass". Um outro tipo de vidro opôs-se desde sempre ao descrito, pelo seu aspecto refinado tendo como origem o



Fragmento de vidros de *Bracara Augusta*.

mundo Islâmico e Constantinopla. Em Veneza, sobretudo depois da queda do Império Bizantino, floresce o tráfico do vidro com os países muçulmanos recebendo destes muitas inovações técnicas. Embora existisse desde o século VII o fabrico de vidro em Veneza, é no fim do séc. XIII que a cidade dos Doges estabelece propositadamente na Ilha de Murano a produção de um vidro prestigioso e transparente conhecido por "façon Venise". Apesar do segredo que se queria impôr, os artesãos Venezianos viajaram para o norte encorajados por príncipes e empresários estrangeiros. Fundaram-se manufacturas noutros países capazes de produzirem igualmente um vidro sódico à moda de Veneza chamado "cristallo" estimado pela sua transparência e ductilidade.

O fabrico de vidro levava a um tão grande consumo de madeira que, por vezes, as comunidades entravam em choque com os interesses vidreiros como aconteceu em Portugal, pois já nas cortes de Lisboa de 1498 os membros do terceiro estado que defendiam a população das zonas em que existiam fornos de vidros recomendavam que não se cortassem árvores para consumo dos mesmos, mas apenas os ramos. Os protestos contra o abate de árvores para queimar repetem-se nos séculos seguintes. Será a falta de lenha, o protesto das populações locais e também de Lisboa que obrigaram à aquisição deste combustível longe do local de manufactura de Coima e à adaptação alternativa de carvão mineral o que dificultou e encareceu a produção sendo determinante na futura transferência da fábrica.

Nos séculos XVI e XVII extraía-se o elemento alcalino de ervas marinhas "Kali" no Mediterrâneo Oriental e de Barrilha na Península Ibérica. O norte de França, a Inglaterra e a Escandinávia usavam como elemento alcalino o sargaço do mar e as algas, também utilizadas na França e na Inglaterra, podendo nestes dois países ser substituídos por cinzas de fetos. Para o mesmo efeito, na Alemanha e na Boémia, utilizava-se a cinza de pinheiro, de faia ou de beterraba.

Todos os vidros obtidos com estes fundentes são ditos sódicos ou potássicos.

Como em muitos outros campos, as Cruzadas tinham reintroduzido no Ocidente segredos de fabrico do vidro perdidos na alta Idade Média. Algumas abadias tornaram-se centros de produção de pasta de vidro para vidrilhos e

rosários que tomavam o aspecto precioso dos esmaltes e eram muito mais estimados que os vidros translúcidos mais ou menos puros fabricados na Europa medieval até ao século XV.

A partir de 1623 a Inglaterra reinventou um tipo de vidro, em que o óxido de chumbo substituiu uma parte da soda ou da cal e de quartzo, dando origem ao vidro a que se chamou cristal por semelhança com o cristal de rocha. Este tipo de vidro parece ter existido na Antiguidade mas essa composição fora esquecida. Igualmente no séc. XVII, a Boémia criou um vidro semelhante ao cristal de rocha. Esse vidro tinha um grau de dureza que permitia ser talhado e gravado.

O vidro opaco apresenta-se em várias qualidades uma das quais o opalino, conhecido por vários nomes. Em Portugal é conhecido por vidro coalhado e é branco cor de leite. Criado em Veneza no fim do século XV, dada a sua cor, tomou o nome de "lattimo" em Itália e tem o seu nome sempre ligado ao leite em várias línguas, como "blanc de lait" e "milk glass". Embora o vidro coalhado fosse conhecido desde a Antiguidade com uma composição em que entravam materiais orgânicos, é a partir do século XVIII que em França foi descoberta a nova fórmula à base de cal, estanho e magnésio misturados durante o cozimento da "frita" (massa de vidro). Este tipo de vidro foi usado como uma das formas de imitar a porcelana. Possui o acervo deste Museu um interessante conjunto desses vidros.

A primeira referência que se conhece do fabrico do vidro em Portugal é a data de 1439 em que o Rei D. Afonso V deu o privilégio dessa manufactura a um habitante de Palmela. O investigador Sousa Viterbo (que deu a indicação anterior) refere também a existência de vidreiros nos séculos XV e XVI em Lisboa, Palmela, Santarém, Alcochete, Asseiceira e Coina. Em Lisboa no séc. XVI haverá fabricantes de vidro inclusivé para lentes de óculos, espelhos e vidraças. Aliás o uso de vidros nas janelas em Portugal está documentado desde esse século, embora aumentasse no século XVII. Assim, e apesar das informações tendenciosas de alguns viajantes estrangeiros como Sammuel Pegys³ transcrito no seu diário de 1661 ou da obra "The Ancient and Present State of Portugal", editada em 1701 e atribuída a John Steven⁴ que reduz igualmente o uso das vidraças a raras excepções, a aplicação de vidros nas janelas era bem conhecida pelo menos nas classes altas. Prova disso, é o

facto da Casa Real possuir, desde 1640, entre outros funcionários, um vidreiro. Também existem documentos de colocação de vidros nas janelas da Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra, entre 1654 e 1655. Existe uma carta escrita pelo P. Bartolomeu de Quental sobre a colocação de vidraça “nuns cubícolos de hum corredor novo”⁵ na Casa dos Oratôrianos de Braga, actual edifício do IEC/UM, datada de 1698. Na mesma carta do fundador dessa Congregação é referida igualmente a existência de vidraças nas casas dos Oratôrianos do Porto e já “obra muito antiga”. Em Braga aliás essas vidraças não eram as primeiras, porque o Paço Arquiepiscopal as tinha já possuído nos tempos medievais, conservadas actualmente no Museu Nacional de Arte Antiga ⁶. A pintura portuguesa testemunha já no séc. XVI a existência do uso de vidraças como é o caso do quadro “Pentecostes” de Francisco Henriques, cerca de (1530) e numa “Aparição de Cristo à Virgem” atribuída a Frei Carlos datado de 1529. Durante o séc. XVII o uso de vidros nas janelas tornou-se mais comum como já foi referido e no séc. XVIII, sobretudo a partir do Terramoto, passou a ser usual depois da reconstrução de Lisboa. A adopção de janelas de guilhotina de influência britânica, viria a tomar um aspecto tradicional no nosso país apesar de nos situarmos no sul da Europa.

Nessa centúria estabeleceram-se em Portugal diversos fabricantes de vidros estrangeiros. Apesar disso, o fabrico no nosso país destinava-se apenas ao uso comum continuando o vidro de prestígio a ser importado. Entre os locais de fabrico do vidro contavam-se já alguns de épocas anteriores como uma oficina no Palácio dos Duques de Bragança em Vila Viçosa (1643-1683) e



Retrato de D. João V, séc. XVIII. Pintura a óleo s/ tela.

outras já referidas. Em consequência do primeiro surto das Luzes e ainda do Mercantilismo de D. João V, este Rei criou a Fábrica Real de Coima. Para ajuizar da precocidade portuguesa refira-se que só em 1736 seria criada, próxima de Madrid por Filipe V, a Fábrica de la Granja de San Ildefonso que entre outros objectos executou lustres de grande qualidade.

A criação da manufatura de vidros de Coima insere-se na política de carácter iluminista do reinado do Magnânimo, do mercantilismo industrial e comercial também próprio do seu governo que completavam o mercantilismo metalista – política acentuada no seu tempo, mas com raízes anteriores. A actividade aurífera do Brasil tinha sido iniciado em 1697. O Conde de Ericeira, Vedor da Fazenda do regente D. Pedro tinha promulgado Pragmáticas em 1686 para evitar a fuga de moeda com a aquisição de produtos estrangeiros e relativizar a quebra conjuntural dos preços do açúcar brasileiro.

Em carta de 1680 ao Dr. Ribeiro de Macedo refere o Conde de Ericeira “Vamos triunfando das nossas manufacturas com admiráveis progressos. Opuzeram os Estrangeiros ajudados e Naturais, e quizeram com cepa de zelo persuadir-nos e que introduzidos as manufacturas não haviam de ter saída os nossos generos...”⁷.

O baixo poder de compra dos portugueses, sobretudo da população rural que no séc. XVII era dominante, como acontecerá por muito mais tempo, e ainda a falta de financiamento tornaram difícil a defesa dos ideais do grupo chefiado pelo Conde de Ericeira.

Ao subir ao trono o Rei D. João V renovou, como já foi dito, o interesse pelas manufacturas, não apenas pelos aspectos económicos mas inserindo-as numa política ambiciosa cujo alcance teria dado a Portugal um lugar de independência política económica e cultural. A monarquia dualista exercida no nosso país pela Casa de Áustria entre 1580-1640 fora substituída por um Estado a girar na órbita da Inglaterra na situação de quase protectorado. O excessivo dote levado por D. Catarina de Bragança no seu casamento com Carlos II comprova o peso e o preço da política a que se prefere chamar de aliança.



Copos de vidro de coíña – séc. XVIII (MNS)



Face oposta dos mesmos copos (MNS)

D. João V alicerçando-se na exploração de ouro do Brasil e no desenvolvimento desse território, ambicionou para Portugal uma política de neutralidade e mesmo de independência em relação às potências europeias, facilitada na época pelos períodos conflituosos e de rivalidades que viviam.

A criação de manufacturas completaria os réditos do ouro do Brasil permitindo a autonomia económica. As grandes construções como Mafra, significativamente da mesma época da manufatura de Coima, a vinda de artistas, a criação do teatro de ópera, a elevação da Sé de Lisboa a Patriarcado e a importação de obras de arte concorriam igualmente no aspecto cultural para a desejada dignidade do país que se traduzia, de acordo com a sociedade barroca, por um intenso fausto, manifestação palpável do poder real, da riqueza e do prestígio do Estado como forma de propaganda para uso interno e externo.

A criação da Fábrica Real de Coima em 1719 faz parte de um grupo variado de manufacturas da época. A visita à fábrica em 1727 pela Rainha D. Mariana de Áustria e pelo príncipe D. José comprova o interesse que esta manufatura merecia à Casa Real. A sua instalação aproveitou os fornos e a lenha usados na manufatura vidreira que vinha do séc. XVI, embora depois viesse a utilizar também o carvão mineral a partir de 1735, o que marca a primeira utilização deste tipo de combustível no nosso país, como foi demonstrado por Jorge Custódio nas campanhas arqueológicas que dirigiu nos anos de 1983/90. É possível que se procedesse à lapidação em Coima. A manufatura utilizava moldes construídos de barro refractário inserindo na composição quartzo moído que o torna cristalino, silicato de ferro e, numa antecipação ecológica, reciclava pedaços de vidros já usados. Não se conhecem casos de utilização de chumbo apesar de ter entre os artífices ingleses e irlandeses. Essa manufatura produzia vidraça, espelhos, garrafas de modelos inglês e francês e frascos para diversos usos. Entre os raros vidros de prestígio contavam-se os copos de vidro pintado da série com a frase "Viva D. João V". Dois desses copos fazem parte do acervo deste Museu, como um outro, com uma gravura de Santo António, igualmente desta colecção e atribuído à mesma manufatura e semelhante ao existente no Museu Nacional de Soares dos Reis (Porto). Os dois copos homenageando o rei são de forma troncocónica,

seguem modelos da Europa Central, boémios ou alemães. A inscrição é a esmalte branco. Ao centro encontram-se as armas reais formadas pelas cinco quinas, acrescentadas pela bordadura de sete castelos, introduzida pelo Conde de Bolonha, filho segundo do Rei D. Afonso II de Portugal e de D. Urraca de Castela e que tinha sido utilizada como diferença heráldica em relação às armas do irmão mais velho. Ao subir ao trono com o nome de D. Afonso III manteve a “diferença” permanecendo nas armas reais e depois nacionais até aos nossos dias, apesar da sua origem dinástica e castelhana. A coroa que encima as armas é fechada, imperial, usada a partir do Rei D. Sebastião que a terá adoptado, quer pela concepção altiva que tinha do poder quer a exemplo do que acontecera nas armas de Espanha depois de Carlos V, seu avó materno, ter subido ao trono dos diversos estados que formam a Espanha moderna. Os esmaltes utilizados são o amarelo representando o ouro na coroa e nos castelos, o azul nas quinas e o branco em vez de prata como fundo das quinas. Os copos são encimados um, por um círculo amarelo e o segundo vermelho com um leve entrelaçado branco e o outro copo com uma cercadura branca encimada por trilobados alternadamente vermelhos e amarelos.

O copo com a representação de Santo António é igualmente troncocónico mas achatado, e o célebre Santo Doutor da Igreja, nascido em Lisboa, é chamado de Pádua, com raro espírito cosmopolita... Apresenta a imagem vestida com o seu hábito de frade de côr parda. Sobre a cabeça do Santo António e do Menino Jesus que tem ao colo, vêm-se aureolas amarelas. A inscrição é feita com esmaltes brancos, com a data de 1721. Na parte de trás tem um ramalhete com uma flor azul e duas vermelhas com hastes amarelas e folhas brancas.

Copos e frascos incolores, decorados a esmalte com brasões ou com frases votivas e outras decorações aparecem reproduzidos na obra “Verre d’ Usage et de Prestige”, dirigida por Y. Bellanger e também num artigo sobre vidros na revista da Christie’s de Abril de 1998. Mas, com excepção de uma taça do séc. XVI, muito erudita, de fabrico atribuído à França ou a Veneza apresentada no livro e de um copo do mesmo século atribuído a Veneza ou ao sul da Alemanha, decorado com heráldica familiar e figurando no artigo citado da revista, no geral, os vidros desse tipo, apresentados nessas obras têm um

carácter decorativo mais ligeiro e popular e são mais tardios que os copos de Coima que homenageavam o Rei Magnânimo.

Trabalhavam em Coima quarenta e quatro artífices especializados e ainda operários comuns, além de pessoal administrativo. Na última década da primeira metade do séc. XVIII, a fábrica já em grande declínio, foi concessionada ao irlandês John Beare que a procurou reorganizar. Apesar da sua tenacidade os problemas de combustível e a falta de protecção do Estado provocaram a sua transferência em 1747 para o lugar da Marinha Grande, próximo do pinhal de Leiria “em razão do consumo que fazem de lenha, abatendo árvores com prejuízo do bem público”⁸.

A fábrica da Marinha Grande herdou a experiência e a mão-de-obra originária de Coima.

Notas

¹ Transcrito em “lanifícios”, Ano 6 n.º 61-62, 1955.

² Parecer do Cardeal da Mota in Jorge Borges de Macedo, Problemas de História da Indústria Portuguesa no séc. XVIII.

³ Subsídio para o Estudo da Casa Portuguesa. O uso de vidraça nos séculos XVI e XVII. F. Castelo-Branco in Belas Artes, 3.ª série n.º 1.

⁴ Idem.

⁵ Idem.

⁶ Idem.

⁷ “Problemas da História da Indústria Portuguesa no séc. XVIII”. J. Borges de Macedo.

⁸ Idem.

A Cerca do Mosteiro de S. Martinho de Tibães

Aida Maria Reis da Mata
Maria João Dias Costa

“A uma légua da Cidade de Braga, para a parte do Norte estiveram antigamente uns paços e casas de prazer d’el-Rei Theodomiro entre os lugares de Sobrado e Mire vizinhos ao rio Cávado (...). Perto destes paços do Rei, em lugar mais alto, e eminente à vista do mesmo rio, ficava um sítio retirado, e solitário que a S. Martinho Dumiennez pareceu muito acomodado, para nele se fundar um Mosteiro de Monges; E como Capelão Mor do Rei lhe persuadiu, que pois tinha seus paços tão perto, para recreação dos sentidos, fundasse também uma casa de Deus naquele sítio, para recreação da alma. O Rei como era tão pio mandou que logo se edificasse, e se dedicasse a S. Martinho Turunense, de quem era devotíssimo devoto...”.

Com estas palavras do Abade Geral da Congregação de S. Bento, Frei Leão de S. Tomás, em 1644, na sua “Benedictina Lusitana”, a tradição historiográfica remete para o tempo dos suevos e para a acção de S. Martinho Dumiennez a instalação de um mosteiro em Tibães. Esta eventual origem não pôde, porém, ser ainda comprovada nem documental nem arqueologicamente, pelo que consideramos os finais do século X ou os princípios do século XI, os tempos da fundação do primitivo cenóbio de Tibães.

Em 1080, um dos membros da família patronal do velho Mosteiro de Tibães reedifica-o, transformando-o num dos mais relevantes do Condado Portucalese na difusão dos costumes monásticos de Cluny. Entre 1085-1096 é adoptada a regra beneditina e o Mosteiro de Tibães, entre alguns outros mosteiros, abandonando os antigos usos monásticos da Hispânia e coadjuvados pela acção dos Bispos de Braga transformou-se em pólo de difusão dos princípios gregorianos, em particular a adopção do rito romano. A este seu papel se deve ligar o importante benefício concedido ao Mosteiro de Tibães pelo Conde D. Henrique, pai do primeiro rei de Portugal, que foi a concessão das terras adjacentes ao mosteiro e a outorga, em 1110, da Carta de Couto.

Os benefícios económicos de ser terra coutada acrescidos aos do exercício dos direitos fiscais e judiciais e à acumulação de riqueza, criada por doações piedosas, transformaram o Mosteiro de Tibães num dos mais ricos e prestigiados mosteiros da Arquidiocese de Braga, detentor de grande poder e senhor de vastos e ricos domínios em todo o noroeste de Portugal.

O Mosteiro de Tibães, tal como a maior parte dos mosteiros beneditinos e as ordens monásticas em geral, gozou desta grande prosperidade até finais do século XIII, período em que se acentua a decadência material e espiritual da Igreja que perdurará até meados do século XVI, quando se começam a sentir os efeitos da Contra Reforma.

Ultrapassando, não sem grandes dificuldades, esta crise religiosa o Mosteiro de Tibães recebe a reforma beneditina e a nova Congregação de S. Bento de Portugal e, em 1569, torna-se Casa Mãe dos beneditinos portugueses, espaço de encontro e decisão. Será aqui, na sua Sala do Capítulo, que toda a Congregação se passará a reunir em capítulo geral, de três em três anos, para a eleição do Abade Geral e prelazias conventuais e tomar as medidas quer do foro espiritual, quer do material de cada mosteiro.

É o nascer de uma nova época, um novo período de melhor administração espiritual e temporal, que transformará o velho Mosteiro de S. Martinho de Tibães na grandiosa e bela Casa Mãe dos beneditinos portugueses, congregação que chegou a possuir 22 mosteiros, não contando os que fundou no Brasil a partir 1580.

O assumir do novo poder de Casa Mãe, a prática de mais amplas funções e o aumento dos membros da comunidade, tornaram exíguo o velho edificado românico/gótico de Tibães. Tornava-se necessário um redimensionamento do espaço que respondesse às exigências dos novos poderes espiritual e temporal.

Em 1628, com a decisão do Abade Geral Frei Leão de S. Tomás de construir uma nova igreja, foi dado o primeiro passo numa intensa actividade de remodelação, ampliação e construção de raiz que alargaria para norte, poente e sul o novo mosteiro, desenvolvido à volta de dois claustros, o do Cemitério e o do Refeitório, e de dois pátios, o terreiro de S. João e o terreiro das adegas.

Nos anos seguintes, e até ao final do século XVIII, decorreram construções e reconstruções, decorações e redecorações, seguindo novos gostos e acompanhando novas estéticas, respondendo ao que designamos hoje por uma linguagem mista entre o maneirismo e o rocaille. Os monges beneditinos, conjugando magnificamente as diversas artes, utilizaram, numa relação de estrita complementaridade, a talha, o azulejo, a pintura, a escultura, a ourivesaria e o mobiliário criando um dos maiores e mais importantes conjuntos monásticos beneditinos, e peça chave na “rede” monástica da Ordem de S. Bento do noroeste de Portugal.

Atraídos pela possibilidade de trabalho ou chamados pela administração beneditina, detentora de meios abundantes para pôr em prática uma política de prestígio afluem, então, a Tibães artistas das mais variadas formações. Homens que, fazendo os riscos e as plantas, trabalhando a madeira e os metais, a pedra e o barro e utilizando o ouro e as tintas, deixaram um trabalho que atingiu, de um modo geral, níveis superiores de técnica e perfeição e ficou ligado ao melhor do que se fez na arte portuguesa dos séculos XVII e XVIII. A sua produção será o melhor testemunho do papel do Mosteiro de S. Martinho de Tibães como importante centro gerador de cultura e notável pólo de criação e irradiação artística.

Tal como o edifício, também a Cerca, situada nas faldas do monte de S. Gens, na sua encosta norte virada ao rio Cávado, sofre profundas alterações. Encimado pela Capela de S. Filipe, o monte de S. Gens é ocupado a meio pela

Capelinha de S. Bento e ao fundo pelo mosteiro. Segundo as crónicas beneditinas, acolheu nos primeiros tempos da nacionalidade anacoretas que, sob o Carvalho, seguiam a sua eremítica vocação. Ocupado actualmente por Pinhal e Eucaliptal, só dentro da Cerca do mosteiro a vegetação climácica consegue ir recuperando o seu espaço secular, servindo de refúgio e habitat a centenas de espécies da nossa fauna e flora. Podemos aqui observar entre outras plantas da associação do Carvalho do Norte (*Quercus robur*), o protegido Azevinho (*Ilex aquifolium*), o Loureiro (*Laurus nobilis*), a Aveleira (*Corylus avellana*), o Medronheiro (*Arbutus unedo*), a Gilbarbeira (*Ruscus aculeatus*) e o Bordo (*Acer pseudoplatanus*).

Os seguidores de S. Bento na sua forma de viver em consonância com a natureza, ao localizarem os seus mosteiros em sítios ermos ou sobranceiros a agregados populacionais, transmitindo-lhes as técnicas de arroteamento e granjeio, ao plantarem milhares de árvores sobretudo castanheiros, sobreiros e carvalhos, ao plantarem olivais, vinhas e pomares e ao incrementarem novas culturas, que exigiram um eficiente sistema de condução e distribuição de água, foram um importante pólo ordenador da paisagem do norte de Portugal até ao século XIX, que subsistiu até ao século XX.

As terras do mosteiro eram muradas para “proibir os muitos furtos das lenhas” e “os danos que faziam os gados”. Os muros começaram por envolver os terrenos mais próximos a “Cerca pequena”, mais tarde “...meteu-se dentro muita terra bravia...” e fez-se a “Cerca da mata”. Este muro com mais de três metros de altura é o que ainda hoje delimita a Cerca.

Na Cerca pequena que englobava as Hortas, os Pomares, a Casa do hortelão, a Capelinha de S. Bento, as fontes das Aveleiras, dos Tornos e do Pevidal, os monges, no século XVIII, associando o poder económico à estética barroca, marcante nas obras em curso no novo edifício conventual, implantaram eixos formados por sebes de buxo, muros brancos e caminhos ensombrados por ramadas que direccionavam o espaço para: um ponto de água, enquadrado por magestosa fonte ou tanque de pedra lavrada; um percurso pela mata onde a exuberância da vegetação surpreende; uma “rua das fontes” ou escadório que, através duma sucessão de fontes trabalhadas, intercaladas por escadas e patamares lajeados, contrastavam nas suas cores e doirados com os

pomares envolventes, sobe até ao Jardim e Capelinha de S. Bento. A estrutura deste espaço chegou até nós intacta e com vestígios de buxos, rebocos, ramadas e fontes.

Por jardins do Mosteiro de Tibães estavam designados os espaços do Claustro do Cemitério, do Claustro do Refeitório, Jardim de S. João, Jardim da Capelinha de S. Bento e Jardim do Jericó. Estes espaços eram trabalhados pelo hortelão que cuidava também dos alegretes do Passadiço e do Pátio do Galo. Os canteiros eram contidos por sebes de buxo ou por cantaria de granito. Vindo de diversas minas, a indispensável água chegava até estes locais por uma elaborada rede de alcatruzes de barro, caleiros de pedra e canos de chumbo que dotavam as fontes do elemento necessário a toda uma encenação barroca. Esta corrente estética, que trata o espaço de modo a criar ilusões, mostrar grandeza e deslumbramento e onde a arquitectura se molda à paisagem, foi ilustrada em Portugal pelo escadório.

A Capelinha de S. Bento servida, já em 1632, por um caminho que para aí se dirigia desde as hortas do mosteiro, é reformulada em 1652. Assiste depois à transformação dos terrenos envolventes no triénio de 1725-27 "...deu-se nova forma a todo o monte de S. Bento pois tudo o que dantes eram árvores agrestes se reduziu a pomar e se fizeram os socalcos de pedra e cal e curiosamente pintados...". Nesta altura é feito o jardim da capelinha e o tanque dos viveiros do qual "há-de sair água para sete fontes que hão-de vir pelo caminho abaixo e já ficam principiados os lugares para duas fontes". No fundo do caminho é construída a Fonte de S. Beda, que em 1731 é mudada para nascente. Em 1728-31 "acabou-se na cerca a capela do N.P.S. Bento, os jardins e as duas fontes".

Com Frei Manuel dos Serafins (1731-34) fizeram-se as outras cinco fontes, e um chafariz de chuveiros. No ano de 1731, no livro das obras, há referência ao pagamento das "Plantas das Fontes" e em 1732 regista-se a compra de "dois litros de ouro para dourar os remates dos chafarizes". A um barrista de Braga são encomendadas as figuras das virtudes – Prudência – Justiça – Fortaleza – Temperança – Fé – Esperança e Caridade que, encimando cada fonte, conferem alegoricamente sentido à subida até à capelinha de S. Bento. Com elas estava concluído o Escadório de Tibães.

Em 1716 fazem “um grande átrio de pedra no mesmo andar do ante Capítulo Geral com uma fonte de bela architectura” – o Pátio do Galo. Modificada em 1728 de tal forma que “dela se vêem as hortas e pomares que não se viam dantes pelo que nela estava ser demasiado larga e tomar toda a vista”. Todo o artefacto que ali estava foi para a horta, para o lugar da Fonte dos Tornos, formando a Fonte de S.Bento, enquadrada por um “pátio e assentos de pedra lavrada e adiante um formoso tanque ou viveiro guarnecido com quatro figuras todas bem feitas e pintadas”. Ficava assim rematado, a poente, o eixo que começando na Fonte de S.Beda apresentava o Escadório a meio.

Outro espaço animado pela água é o “Passadiço ou varanda descoberta com uma fonte no meio e alegretes pelos lados”. Foi mandado fazer em 1731, ao mesmo tempo que o Jardim de S.João, “jardim alto que terraplanou e ladrilhou de esquadria e da mesma forma a architectura dos canteiros e belo chafariz”. Este jardim emoldurado pelo edifício e passadiço não teria uma função de lazer, mas sim a de proporcionar um belo cenário a quem entrava pela porta dos carros ou se abeirava das janelas. Este espaço estava a ser concluído em 1734 quando se compram tintas para pintar o S.João e “oito litros de ouro para o chafariz”.

Porém, os espaços mais cuidados pelo hortelão eram os claustros, uma vez que, obrigatoriamente, todos os dias os monges os usavam. Os claustros eram lajeados, tinham canteiros com flores e ervas e um chafariz no meio. As primeiras referências a obras são as do Claustro do Refeitório, no triénio 1614-1617, agora em ruínas. Em 1655, o do Cemitério era “lajeado, com onze canteiros em roda, todo guarnecido de azulejos”. Em 1725-28 fizeram-se obras pois estava a ruir “fez-se...o claustro da Igreja de pedraria com a armação dos alçados, forros, traves e solho e puseram-se nas sacadas grades de ferro...torneadas e pintadas, pondo-se de novo portas, postigos e vidraças...”. Existe ainda a referência a “uma palmeira que igualava os telhados” em 1750. Actualmente tem quatro grandes canteiros e quatro alegretes mantendo o chafariz no meio, acompanhado pela história de S. Bento de Núrcia nos azulejos setecentistas.

A última grande intervenção ainda visível, ao nível do construído, na Cerca do Mosteiro, foi o Lago. Construído entre 1795-98 “por não haverem águas

suficientes para o engenho de serra trabalhar”, no local onde existia a Fonte das Aveleiras, é “de cantaria em volta”. A sua forma elíptica remete-nos para o barroco final. Alimentado pelas águas de cinco minas este potencial energético fazia funcionar, além do engenho de serrar madeira, três moinhos e um engenho de azeite.

Os engenhos e moinhos reflectem a importância da transformação dos produtos agrícolas e florestais. Recordemos que o suporte económico dos beneditinos para todas as intervenções operadas nos séculos XVII e XVIII foi a criação e gestão eficiente da estrutura agrícola.

E assim, num cenário muito belo e assumindo-se como importante centro de poder e notável pólo cultural, viveu o Mosteiro de Tibães desde o século XVII a inícios do XIX.

Com o governo liberal e a política de extinção das ordens religiosas foi encerrado, em 1834, o Mosteiro de S. Martinho de Tibães. De imediato foram os seus bens, móveis e imóveis, inventariados e avaliados e logo, em 1834, ocorreram as primeiras vendas, em hasta pública. Foi o começo de um longo processo que só terminaria em 1864 com a venda do edifício conventual. Mãos particulares que, com o desenrolar dos tempos, se mostraram demasiado pequenas para conservarem uma cerca de 40 hectares e um imóvel de tão grandes dimensões. E assim, não obstante a sua classificação como Imóvel de Interesse Público desde 1944, o mosteiro conheceu o abandono, a delapidação e a ruína.

Vazio e no maior estado de degradação, acabou o Mosteiro de Tibães por ser adquirido, em 1986, pelo Estado Português que o afectou ao IPPC, actual Instituto Português do Património Arquitectónico.

Então, limpou-se o lixo, encaminharam-se as águas, reabriram-se os caminhos, começaram-se as obras, estancou-se a ruína. Pesquisou-se a história. Conheceu-se o espaço e os homens que nele viveram. Abriram-se as portas ao público, recebeu-se a Escola, dinamizou-se culturalmente o espaço. Pensou-se no programa da sua reutilização futura, fomentaram-se projectos de divulgação e de estudo, localizou-se e recuperou-se espólio. O Mosteiro de Tibães começava a retomar, no presente, a sua função cultural do passado.

A recuperação da Cerca

O processo de recuperação da Cerca do Mosteiro de São Martinho de Tibães tem demonstrado que a recuperação de um jardim necessita de um profundo conhecimento deste. Conhecimento que não se limita aos levantamentos históricos, cartográficos e botânicos, nem tão pouco à caracterização dos vários sistemas e elementos, mas passa, sobretudo, pela vivência com o Jardim. É este contacto íntimo que nos permite gerir o espaço, ponderar e optar por este ou aquele processo técnico, por esta ou aquela árvore...

Nunca a Cerca será como nos séculos XVII, XVIII e XIX ou mesmo princípios do XX. O que se tem pretendido com este projecto de recuperação é dar liberdade, uma infinita liberdade, a quem se passeia na Cerca e que, munido de toda a informação possível, faça para si a sua Cerca. Só assim o espaço é apropriado por cada um que o visitar, o que também contribui para sua preservação, pois cada visitante fica seu defensor. É este o espírito da recuperação, que não implica uma inércia romântica, mas um trabalho constante, para que a Cerca nos eleve o espírito e nos faça sorrir com a natureza.

Em 1988, quando começámos a trabalhar, tudo eram silvas, entulhos, aterros, mimosas, buracos e lixo. Mas a estrutura da Cerca estava ali! Eram os restos de buxo que formavam alinhamentos interrompidos por castanheiros e acácias; eram os taludes que escondiam os muros; era a água que corria por todo o lado. Por entre o arvoredado vislumbravam-se as fontes sem água e, subindo a encosta, lá estava o escadório.

A possibilidade de recrutar trabalhadores por entre os agricultores locais possibilitou um trabalho de campo contínuo de conhecimento do terreno, ao mesmo tempo que, nos manuscritos, se colhiam as referências às obras no Mosteiro e na Cerca. Por outro lado, a cultura de quem, ao longo de gerações, trabalhou a terra mostrou-se uma boa aliada no terreno aos conhecimentos teóricos e técnicos.

No primeiro ano foi definida uma metodologia de intervenção que passava pelo controle das águas, seu aproveitamento e condução e por medidas de

protecção contra o incêndio e de sustentação da degradação, quer de estruturas inertes, quer vegetais e, ainda, para o enquadramento de visitantes.

A procura e o conhecimento levaram à interrogação do uso e possibilitaram a abertura a todos os que quisessem partilhar a descoberta e questionar o futuro da Cerca e Mosteiro.

À medida que iam aparecendo, nas limpezas, os caminhos, aquedutos, minas, fontes e muros descritos nos manuscritos, foram definidas quatro zonas na Cerca:

- I – Os Jardins – Jardim do Claustro do Cemitério, Claustro do Refeitório, Pátio de S. João, Pátio do Jericó e Jardim da Capela de S. Bento.
- II – A Zona Agrícola – compreendendo as Hortas e Pomares em socalcos, o Laranjal, o Olival e as Vinhas.
- III – Zona da Mata – Toda a área de mata inclusa nos muros da Cerca, onde as infestantes, principalmente do género Acácia, dominavam acompanhando Pinhal e Eucaliptal.
- IV – Zonas em propriedade e/ou de uso privado. A “Ouriçosa” e o “Passal” que incluem o Olival de baixo, o Pomar, virado a Braga, e as leiras resultantes da drenagem de terrenos encharcados, realizada no século XVIII. Estas zonas pelo seu estatuto privado não são, por nós, geridas.

Para cada zona e subzona foram delineadas acções de gestão que permitiram a sua salvaguarda, possibilitam um estudo contínuo e criam condições para a introdução do visitante, com o mínimo de degradação possível. Estas zonas foram tendo alguns acertos nos seus contornos mas mostraram-se válidas e permitiram-nos defender o espaço ocupado pelos Jardins e Zona Agrícola como “Núcleo Central da Cerca do Mosteiro”, impedindo a construção de estruturas de apoio à utilização do edifício nestes locais.

A elaboração de uma carta de ponderação dos espaços mostrou-se uma arma importante, pois foi atribuído ao Núcleo Central da Cerca o mesmo valor que à Igreja do Mosteiro, contribuindo assim para o seu real entendimento e confirmação do seu valor.

Consequentemente, começámos a vincular as 3 ideias mais importantes deste projecto:

- A Cerca e o Mosteiro formam uma unidade.
- A recuperação do edifício não pode ser feita à custa do espaço exterior.
- Os critérios quanto ao restauro, reutilização, inovação e recuperação devem ser os mesmos na Cerca e Edifício.

A Intervenção na Cerca

Para a compreensão do projecto de recuperação passamos, agora, a referenciar algumas das intervenções, dividindo as zonas em unidades possíveis de Identificação e de diferenciação:

- Ligando todas as zonas está a água, o elemento mais importante do jardim. Foi por ela que começaram os estudos e trabalhos. A Cerca ocupa a encosta virada a norte do monte de S.Gens. Nesta formação xistosa, a água é explorada através de minas, galerias que vão encaminhando pequenos veios de água para uma galeria principal que a transporta até à superfície do terreno. Daqui, aquedutos aéreos e subterrâneos conduzem-na até aos tanques, lago, fontes, moínhos e Mosteiro. A impossibilidade de controlar o caudal da água, que sai continuamente das minas, associa à captação de água uma eficiente drenagem desta. Sempre apoiados por agricultores e mineiros da região, foram localizadas as 7 minas do mosteiro e, novamente, encaminhadas as águas para o seu interior. Sendo as águas de escorrência utilizadas nas parcelas exteriores à Cerca, teve de se assegurar que este sistema, assim como o da partilha da água do Lago, continuasse a funcionar.
- As intervenções no circuito hidráulico passaram por limpezas de minas, aquedutos, tanques, fontes e lago. Sempre que não era possível pôr a funcionar os aquedutos utilizaram-se, provisoriamente, circuitos alternati-

vos com tubos de plástico. Pretendeu-se, por um lado, salvaguardar os aquedutos de contínuas reparações provisórias que impediriam, no futuro, um estudo mais rigoroso para sua recuperação e, por outro, pôr rapidamente em funcionamento as fontes, nomeadamente as do escadório.

- Associada à reutilização do Mosteiro surge a necessidade de fornecer água para o seu consumo. Tendo como premissa que a utilização da água das minas terá sempre como prioridade a animação da Cerca e a rega dos campos agrícolas e jardins, segundo as técnicas tradicionais, realizaram-se estudos hidrogeológicos, de modo a fornecer água ao Mosteiro a partir do lençol freático, localizado a 80 metros de profundidade.
- Intervir nos elementos vivos é demorado e complexo pois, e como mero exemplo, ao reconduzirmos as águas estamos a secar pequenas zonas, nichos das salamandras e dos sapos. Assim, todas as acções foram graduais permitindo à fauna encontrar outros locais dentro da Cerca, mantidos ou criados para o efeito.
- Em 1987, a vegetação demonstrava um crescimento anárquico. A primeira etapa passou pelo reconhecimento dos elementos estruturais, sua ponderação e valorização. Foram tiradas as árvores que cresciam dentro dos buxos, nos socacos, nos muros e nos caminhos a fim de se poder entender a estrutura da Cerca. Foi definido que não se coadunava a existência de mimosas (*acácia melanoxylon*) com a recuperação da Cerca, devido ao seu forte poder de infestação. Todas as árvores de fruto encontradas foram reproduzidas para posterior estudo de variedades.
- Devido ao facto de grande parte das Hortas e Pomares terem deixado de ser exploradas há cerca de 15 anos, e enquanto não se implantarem novos Pomares, Hortas e Laranjal, foram instalados prados que, passados os três anos iniciais, passaram a ser cultivados por agricultores da região, mantendo-se assim o aspecto agrícola da Cerca. Definiram-se as ramadas e uveiras a recuperar. Conhecíamos os locais das ramadas setecentistas e tínhamos vestígios das ramadas e uveiras mais recentes. Por termos consciência que esta forma de condução da vinha, que tanto

caracterizava a paisagem minhota, está a desaparecer, recuperámos as ramadas existentes seguindo os métodos tradicionais e utilizando ramadistas locais.

- À medida que limpávamos o terreno, confrontávamo-nos com a fauna e a flora espontânea que aparecia e nos fez adequar as técnicas de intervenção para permitir a manutenção das espécies. Deste modo, ficaram por limpar zonas do Pinhal, nicho dos coelhos, alimento das raposas; não se usam os herbicidas para preservar a violeta, a margarida, a prímula, o morangueiro bravo e outros; mantiveram-se as heras nos grandes carvalhos, nicho do ginete; dificultou-se o acesso a vários espaços para não serem pisados cogumelos, pequenos azevinhos, sobreiros e carvalhos.
- Após a limpeza, nos socalcos dos Pomares, atrás da Capela de S.Bento, que com a exploração do volfrâmio, em 1944, tinham sido desfeitos, verificou-se a recuperação da mata climácica, Optou-se por esta ocupação naquela zona da mata, localizando aí os viveiros de azevinho, espécie protegida em Portugal e com grande valor comercial.
- A zona da mata apresentava-se muito pobre quer em espécies, quer em porte, quer em solo. A ocupação florestal é de pinheiros, eucaliptos e acácias, com grande infestação de mimosas. Nesta parcela, com cerca de 15 ha, foi implementado um programa de controle das mimosas, apoiado por métodos culturais e químicos. Paralelamente, foi executado um projecto de reflorestação que levou à plantação de mais de 3.000 árvores, muitas delas vindas dos viveiros da Cerca, repetindo o percurso dos monges que plantaram no século XVII e cortaram no século XVIII.
- Foram retiradas as árvores dos socalcos do lado poente do Escadório. Permitiu-se assim, a quem se encontra no Jardim da Capela de S.Bento, usufruir visualmente da paisagem. Tal opção não foi seguida para o lado nascente pois nos dias de hoje, e contrariando os documentos antigos que nos dizem que desse sítio se viam as torres e campanários das igrejas de Braga, a paisagem está cheia de intrusões visuais que perturbam a quietude do local.

- Estão a ser repostos os alinhamentos de buxos ao longo de caminhos. Em outros locais a vegetação, que se desenvolveu espontaneamente, é aproveitada para criar os cenários, entendidos como os mais apropriados, para se sentirem os espaços.
- Devido à abertura ao público desde o início dos trabalhos, a vegetação mais significativa foi identificada, sensibilizando o visitante para o património natural. Paralelamente, foram implementados dois percursos na Cerca.
- Foi feito o registo da avifauna de modo a que os trabalhos de recuperação fomentem o aparecimento dos gaio, cuco, popa, pica-pau, que são grandes animadores da Cerca.
- Na zona de ruína do edifício há especial atenção para que a vegetação não contribua para a aceleração da ruína e, mais uma vez, forme o cenário pretendido.
- Quanto aos elementos inertes, onde incluímos não só fontes, lago, escadas, muros, lajedos e calçada, mas também pedras de cantaria, alvenaria e o solo. O sustentar a degradação passou por evitar a queda eminente de muros, fontes e outras estruturas. Nestes casos a recuperação foi feita recorrendo às técnicas tradicionais e observando o que estava executado na Cerca. A erosão dos sucalcos e caminhos foi contida com técnicas culturais e encaminhamento de águas.

Os trabalhos que acabámos de descrever são o resultado de um diálogo profícuo entre paisagistas, historiadores, arquitectos, arqueólogos, biólogos, jardineiros, mineiros e “mestres de obras”; são orientados por uma arquitecta paisagista e executados por um grupo de homens que “formados” na agricultura tradicional foram adquirindo sensibilidades e conhecimentos que os permite actuar neste Jardim Histórico, que é a Cerca do Mosteiro de S. Martinho de Tibães.



Chafariz do Escadório.
Fotografia de Luis Ferreira Alves.



Pátio do Galo.
Fotografia de Luís Ferreira Alves.



Claustro do Cemitério.
Fotografia de Luís Ferreira Alves.



Caminho das Hortas.
Fotografia de Luís Ferreira Alves.

Anexo

Cerca do Mosteiro de S. Martinho de Tibães ganha Prémio Internacional “Carlo Scarpa para o Jardim”

No passado dia 9 de Maio foi entregue no Teatro Académico de Castelfranco, em Treviso, Itália, o Prémio Internacional “Carlo Scarpa para o Jardim” atribuído, na sua 9.^a edição, à Cerca do Mosteiro de São Martinho de Tibães, Braga, Portugal.

O Prémio “Carlo Scarpa” é atribuído pela Fundação Benetton Studi Ricerche, uma instituição cultural que, desde 1987, organiza estudos, investigação e experimentação no campo da salvaguarda e valorização do património autêntico de natureza e de memória. Esta Fundação, sediada na cidade italiana de Treviso, tem um centro de documentação, aberto ao público, e promove a investigação e a edição nas áreas da História de “Veneto”, História do Jogo e da Gestão da Paisagem.

Tomando o nome de um dos mais prestigiados arquitectos italianos, Carlo Scarpa (1906-1978), do movimento moderno, o prémio “Carlo Scarpa per il Giardino” foi instituído, em 1990, pela Fundação Benetton Studi Ricerche e distingue, anualmente, um sítio particularmente rico, no respeito pelos valores da natureza, bem como pelos valores da memória. O prémio pretende assim contribuir para a valorização do património paisagístico – realçando o trabalho manual e intelectual necessário para uma actuação “in loco” – é para a construção e divulgação da cultura da gestão da paisagem. O Júri, após a escolha do país, percorre e estuda os vários sítios que apresentam características de eleição e atribui o prémio.

Nas edições anteriores foram atribuídos os seguintes prémios:

- 1990, Sítio Santo António da Bica (Brasil)/ Roberto Burle Marx;
- 1991, Prémio especial a Rosario Assunto (Itália);
- 1992, Sissinghurst (Reino Unido)/ Pamela Schwerdt e Sibylle Kreutzberger;

- 1993, Désert de Retz (França)/ Olivier Choppin de Janvry;
- 1994, Avenida dos Heróis de Constantin Brancusi em Târgu Jiu (Roménia)/ Marin Sorescu;
- 1995, Floresta da Memória (Suécia)/ Departamento Cemitérios da Câmara Municipal de Estocolmo;
- 1996, La Fresneda nell' Escorial (Espanha)/ José Luis Aguirre Borrell, Luís Cervera Vera;
- 1997, Dessau-Worlitzer Gartenreich (Alemanha)/ Ludwig Trauzettel, Thomas Weiss.

O Júri da 9a edição do prémio foi constituído por Lionello Puppi (presidente) da Universidade de Veneza; Domenico Luciani (coordenador) da Fundação Benetton Studi Ricerche, Treviso; Carmen Añón da Universidade de Madrid; Monique Mosser da CNRS – Escola Superior de Paisagismo de Versailles; Thomas Wright da Universidade de Londres.

Para a sessão pública de entrega do prémio foi editada uma publicação, da qual retirámos os textos mais significantes e que agora apresentamos.

Regulamento do prémio

A Fundação Benetton Studi Ricerche promove anualmente uma campanha de sensibilização para um sítio particularmente rico no respeito pelos valores da natureza e da memória, campanha denominada Prémio Internacional Carlo Scarpa para o Jardim.

Finalidade

O prémio pretende contribuir para a promoção e difusão da cultura da “gestão da paisagem”.

O prémio propõe-se ser uma ocasião e um instrumento para dar a conhecer, para além do estreito âmbito das comunidades de especialistas, o trabalho

intelectual e manual necessários à gestão e modificação dos lugares, à salvaguarda e valorização do património autêntico de natureza e de memória; trabalho sem estatuto científico e currículo formativo, no qual confluem a ciência, a técnica, a arte e os mais diversos ofícios; trabalho que se desenvolve na identificação dos sinais e das características constitutivas dos lugares e na delimitação dos seus âmbitos; trabalho que prevê actos criativos, clarividentes programas de renovação, trabalhos quotidianos de manutenção, normas que regulam a convivência, no mesmo lugar, de patrimónios naturais, vestígios culturais e presença humana; trabalho que não se refugia em fenómenos efémeros ou na procura de efeitos e se encontra no difícil parâmetro da longa duração; trabalho que procura o equilíbrio entre conservação e inovação, condicionado pelas constantes mudanças de gosto e as permanentes transformações do papel que a natureza e a memória exercem sobre as diferentes civilizações e momentos históricos.

Objectivo

O prémio assinala todos os anos um lugar rico no respeito pelos valores da natureza bem como pelos valores da memória.

O júri escolhe anualmente um lugar que apresente características, mereça atenção, suscite reflexões pertinentes às finalidades do prémio. Justifica, por escrito, a própria escolha referindo-se ao papel dos técnicos e dos artífices e dando particular atenção à responsabilidade da sua gestão.

Modalidade

O prémio articula-se adequando-se às características do lugar escolhido.

A campanha de sensibilização prevê: a publicação de um dossier para dar a conhecer o lugar, a sua história, geografia e estado actual, os técnicos, artífices e conservadores; a recolha de materiais bibliográficos e cartográficos para consulta; a entrega de um contributo financeiro de vinte e cinco milhões de liras italianas cuja aplicação será acordada com a entidade ou a pessoa responsável pela gestão do lugar escolhido; a organização de uma cerimónia pública, dirigida em particular às entidades públicas, às comunidades cientí-

fica, artística, técnica e operativa, e em geral a todos os que, no campo da paisagem e do jardim, possam promover a elevação do gosto, a formulação de novas atitudes de investigação e de projecto, a qualificação dos modelos de gestão. No decorrer da cerimónia é entregue à entidade ou à pessoa responsável pela gestão do lugar um prémio simbólico, constituído pelo troféu desenhado por Carlo Scarpa (1906-1978), o criador de jardins que dá nome ao prémio.

Fundação Benetton Studi Ricerche

Cerca do Mosteiro de Tibães

Motivações do júri

O júri do Prémio Internacional Carlo Scarpa para o Jardim decidiu, por unanimidade, dedicar a nona edição do prémio (1998) à *Cerca do Mosteiro de Tibães*, cerca de mosteiro, vasto conjunto de matas, pomares, hortas e jardins, lagos e aquedutos, obras arquitectónicas e decorativas de pedra, nas faldas que descem do monte de São Gens ao lugar de Mire de Tibães e ao rio Cávado, nos arredores da cidade de Braga, na região do Minho, extremo norte de Portugal.

A paisagem cultural, com uma área original de 40 hectares, rodeados por um alto muro, e tendo por centro o edifício do mosteiro beneditino de São Martinho de Tibães, é testemunho de uma natureza particularmente fértil, entre o oceano e a montanha, com chuvas abundantes que fazem correr as águas das nascentes; natureza na qual a plurimilenar presença humana executou um trabalho hábil e multiforme, capaz de usar com particular sabedoria a água e os mais diversos materiais, do granito à madeira, da argila ao ouro, e de cultivar a terra com um profundo conhecimento do mundo vegetal e da sua infinita disponibilidade experimental.

Tudo isto se adensa, com sinais visíveis, na experiência do monaquismo

beneditino nas suas diferentes fases; o estabelecimento inicial, entre o final do século X e o século XIII; a longa crise dos tempos tardo-medievos à Contra-Reforma; e o renascimento, de meados de Quinhentos até finais de Setecentos, quando Tibães se transforma na Casa Mãe dos mosteiros beneditinos de Portugal e do Brasil.

Após dois séculos de degradação, sem os monges, o conjunto foi adquirido pelo Estado Português em 1986, ficando afecto ao Instituto Português do Património Arquitectónico. É a este novo início de atenção, de propostas e de intervenções concretas que se dirige com confiança a nona edição do Prémio Internacional Carlo Scarpa para o Jardim.

Com esta escolha unânime, o júri, continuando a sua peregrinação pelos sítios e pelos exemplos da história da paisagem e do jardim, pretende sensibilizar para uma área geográfica, a lusitana, que é normalmente relegada para a margem das atenções cognitivas e dos juízos de valor. Trata-se de um esquecimento aberrante que envolve muitas outras civilizações e que exige adequadas correcções históricas e geográficas.

Portugal apresenta-se como um variado, vivo e peculiar universo de património paisagístico. Toca-nos o papel e o sentido da paisagem agrária, a qualidade e a ordem da agricultura, o cuidado com os detalhes das vinhas, o gosto pelo trabalho no campo, num país marcado por uma história marítima e por uma omnipresente tensão de sentimentos e de interesses voltados para o mar.

Para perceber estes paradoxos aparentes, é necessário repensar na espessura e no cadinho das relações e das influências culturais e antropológicas vividas por Portugal nos contactos com outras áreas geográficas, desde as mais longínquas, como a indiana, às mais próximas, como a árabe ou a flamenga.

Entre tantos e tão diversos lugares portugueses de grande riqueza, o júri escolheu a Cerca do Mosteiro de Tibães por corresponder às finalidades do Prémio Internacional Carlo Scarpa para o Jardim, ao representar com clareza a complexidade das tarefas da gestão da paisagem.

Tibães apresenta um conjunto exemplar de questões teóricas e práticas para a salvaguarda e a valorização da relação entre as características hidrogeológicas naturais e as impressionantes transformações levadas a cabo pelo engenho e pelo trabalho humano para gerir a água, para definir os espaços cultivados, para trabalhar a pedra e a madeira. Entre os testemunhos desta relação sobressai o *escadório*, que do mosteiro sai até à Capela de São Bento, silenciosa subida do homem a que corresponde a calma e deslizante descida da água. A escadaria de água, de pedra e de pequenos jardins e pomares laterais, em socacos, é um “topos” que se liga a outros sítios importantes na paisagem cultural lusitana, desde o Sacro Monte do Buçaco até ao impressionante Santuário do Bom Jesus do Monte, em Braga.

Em Tibães é visível toda a estratigrafia da relação entre o monaquismo ocidental e a cultura da paisagem. A forma economicamente auto suficiente e a atitude modificadora do ambiente físico, em particular do ordenamento hidráulico, característica constitutiva da ideologia e da organização monásticas, conferem aos lugares uma organização definitiva ainda legível não obstante os quase dois séculos de ausência dos monges e as vicissitudes da incerteza e, muitas vezes, da degradação.

O júri pretende, por fim, assinalar, em Tibães, o eloquente empenho de uma jovem democracia no património histórico e cultural, através do Instituto Português do Património Arquitectónico. Actua em Tibães uma equipa técnica que enquadra agricultores, jardineiros, mineiros, técnicos de conservação e restauro e operários da construção civil, dirigidos por Aida Maria Reis da Mata em colaboração com Maria João Dias Costa. Elas estão, mais do que ninguém, conscientes do quanto ainda tem de ser estudado e realizado, e de como poderão ser utilizados os vinte e cinco milhões de liras do prémio para algumas destas investigações e destas propostas, na Cerca do Mosteiro. Deste admirável complexo de Tibães chega uma mensagem de esperança para todo o património histórico e paisagístico. A esta mensagem entendeu o Júri responder dedicando-lhes o troféu Carlo Scarpa na nona edição do Prémio Internacional que tem o seu nome.

Treviso, 9 Maio 1998

Fundazione Benetton Studi Ricerche

Globalização e o Mercado da Aprendizagem

Peter Jarvis*

Enquanto na Europa Ocidental e nos Estados Unidos se discute a sociedade pós-moderna, outras sociedades no mundo – como a Malásia, a Indonésia, etc. – encontram-se a braços com a modernização. Contudo, em qualquer discussão sobre educação ou aprendizagem, globalização e pós-modernidade temos de reconhecer que a educação de adultos e a aprendizagem são características das sociedades tanto em vias de modernização, como das que podem estar a entrar na fase da pós-modernidade, ou, porventura, mais precisamente na modernidade tardia. Este trabalho procura relacionar aprendizagem, educação e processo de modernização, cujas características centrais são os mercados globais, as empresas transnacionais, as rápidas mudanças nas tecnologias de informação e as viagens internacionais, todas as que, afinal, têm ajudado ao realinhamento do espaço e do tempo.

A tese deste trabalho consiste no seguinte: a mudança de ênfase da educação para a aprendizagem e da educação de adultos para a aprendizagem

* Department of Educational Studies, Universidade de Surrey, Reino Unido. Tradução de Lillian dos Santos Reis, revisão de Paula Cristina Guimarães.

permanente é o produto das principais forças de globalização – as forças económicas e tecnológicas geradas em países capitalistas desenvolvidas por empresas transnacionais ao serviço do desenvolvimento situado para além de um mercado global. Em primeiro lugar, é necessário explorar as ideias de globalização e de pós-modernidade subjacentes, seguindo-se um exame das mudanças na natureza do conhecimento e, por último, será discutido o mercado da aprendizagem.

1

Globalização e Modernidade Tardia

É geralmente aceite que a modernidade tardia ou a pós-modernidade é uma característica da cultura europeia ocidental, na qual são postas em causa as consequências do Iluminismo. O facto de ser um fenómeno mais ou menos ocidental é importante para este debate, já que se poderia argumentar que o seu surgimento no Ocidente é um produto das forças clássicas do mercado, que foram capazes de operar desde a altura em que a livre circulação de capital entre países era permitida, uma vez que isto gerou condições mais próximas do mercado livre universal. Anteriormente, poder-se-ia invocar que o mundo se desenvolvia em contextos regionais. Os parágrafos seguintes exemplificam através de uma teoria simples esta mudança.

Basicamente, na teoria do desenvolvimento regional defende-se que a estrutura de emprego de uma região é reforçada através do investimento de capital na área e, como resultado do efeito multiplicador, gera ainda mais riqueza em toda a região. Em consequência, as regiões onde existe capital tornam-se mais ricas, contrastando com aquelas onde existe menos capital para investir. Por conseguinte, enquanto não havia uma troca livre de capital entre países, os países ricos tinham mais capital para investir e gerar mais oportunidades de emprego e, assim, o Ocidente enriquecia à custa do resto do mundo. Tais países podiam receber impostos das grandes e bem-sucedidas empresas e, assim, gerar riqueza suficiente para criar e sustentar um Estado-providência, permitindo o posterior crescimento da educação de adultos durante os

tempos livres. O facto de cada estado ter fronteiras indicava que apenas existia uma determinada força de trabalho que as empresas podiam utilizar e que não havia nenhum outro espaço para essas empresas investirem a sua riqueza, o que fez com que os sindicatos ganhassem um poder considerável em defesa das classes trabalhadoras.

Todavia, com o desaparecimento das barreiras entre países relativamente à transferência de capital, as condições do mercado clássico surgiram a uma escala mundial. As grandes empresas que procuravam o lucro, já não estavam constrangidas pelas práticas restritivas dos sindicatos ou pelos altos impostos do Estado-providência. Era-lhes mais fácil procurar locais mais lucrativos para investirem o seu capital, e fizeram-no. Alguns países menos desenvolvidos, com força de trabalho mais barata e mais maleável, tornaram-se o destino do investimento de capital, embora houvesse, ainda, muitos países que eram de grande risco, ou nos quais as empresas capitalistas não podiam investir capital, como os países do bloco de Leste e a China. Os economistas clássicos argumentavam que, até à altura, como se registava um equilíbrio nas localizações, as empresas investiam nos locais mais lucrativos e, assim, havia um enriquecimento gradual dos países mais pobres, em detrimento dos mais ricos. Consequentemente, os países mais pobres iniciavam o processo de modernização, enquanto os mais ricos, e menos competitivos, enfrentavam um período em que não mais podiam tomar como certos a sua riqueza e os seus rendimentos e estavam, aparentemente, estagnados ou, por outras palavras, entravam numa nova fase de modernidade – a modernidade tardia. Alguns países do primeiro mundo, como a Alemanha, com relações laborais reformadas e novo investimento industrial, têm sido, ainda, capazes de competir com relativo sucesso no mercado, enquanto outros países, com práticas enraizadas no passado e com técnicas de produção antiquadas, têm enfrentado um período mais difícil. Como resultado disso, tem havido uma mudança gradual nos valores tidos como verdadeiros na sociedade moderna da Europa ocidental, incluindo a re-estruturação do Estado-providência; valores que tinham emergido, em parte, como resultado do Iluminismo, eram, agora, postos em causa.

Naturalmente, os parágrafos supra constituem uma hiper-simplificação do processo de globalização, que decorria muito antes da livre circulação de

capital, através do imperialismo colonial. Já que algumas empresas transnacionais dividem os seus processos de produção através de uma multiplicidade de países, introduzindo uma divisão internacional do trabalho, tal fenómeno tem, também, diminuído a importância das economias nacionais e do Estado, e tem realçado, ainda mais, o processo de globalização.

Entre os teóricos que têm tentado explicar a globalização em termos económicos, está Wallerstein (1990), cuja teoria contém seis elementos: o capitalismo é mundial; tem procurado mercados mais extensos, o que tem criado uma contradição entre a modernização e a ocidentalização; fazer com que os trabalhadores trabalhem mais por menos dinheiro é um problema difícil por definição; a modernização, como tema centralmente universalizante, dá prioridade à inovação e à mudança; a economia mundial capitalista não só recompensa desigualmente, mas é, também, o local de polaridade crescente sobre o tempo histórico; e os Estados mais fortes e mais ricos têm surgido e decaído. A maioria das questões na argumentação referida são aparentes e nem todas são aqui aceites acriticamente; por exemplo, a última questão implica que a história está sempre a repetir-se, o que não é logicamente correcto. Também é significativo que Robertson (1992, p.13) critique Wallerstein por este ser demasiado unilateral e por se concentrar demasiado nas forças da economia; em contrapartida, tenta evitar-se este erro ao utilizar o argumento pelo qual se reconhece que a tecnologia informática e as tradições culturais têm sido, também, partes significativas nestas mudanças, e, igualmente, no modo como a educação permanente se tem desenvolvido. Todavia, é importante reconhecer não ser possível compreender o desenvolvimento da educação permanente no mundo contemporâneo, sem nos referirmos ao processo de globalização.

Durante o período em que o Ocidente se modernizava e atingia a supremacia (o Ocidente e o resto do mundo), os valores culturais adoptados durante o Iluminismo eram assumidos como sendo o máximo da civilização, e tais valores não só eram tidos como garantidos, mas também eram, muitas vezes, exportados pelo mundo fora, tanto pelos mecanismos da colonização como, mais tardiamente, através da educação – aí incluída a educação de extensão universitária (Steele, 1994, *inter alia*). Hamilton (1992, pp. 21-22) resumizou o processo do seguinte modo: razão e racionalidade; empirismo; ciência;

universalismo; progresso; individualismo; tolerância; liberdade; uniformidade da natureza humana; secularismo. Contudo, enquanto outras partes do mundo se modernizavam e a supremacia do Ocidente parecia mais frágil – embora muitas das empresas transnacionais fossem ainda controladas pelo Ocidente –, alguns destes valores foram postos em causa. A modernidade tardia, ou a pós-modernidade, tinha, aparentemente, chegado ao Ocidente! Alguns estudiosos começaram, então, a escrever acerca desta nova era (Lyotard, 1984; Harvey, 1989; Jameson, 1991; Bauman, 1992; *inter alia*). Se se tratava ou não realmente de uma nova era, essa era certamente a grande questão do debate – com muitos estudiosos, nomeadamente Habermas (1985), a negar que a modernidade tivesse acabado. É por causa deste debate, que não é aqui tema de discussão, que o termo ‘modernidade tardia’ em vez de pós-modernidade se adota, porquanto, e muito claramente, os valores do capitalismo tardio ainda dominam a sociedade ocidental, tornando-se alguns mais predominantes e tomando outros uma nova forma, embora alguns deles tenham sido questionados por estudiosos pós-modernistas.

2

Transferência do Conhecimento e da Informação

As formulações modernas do conhecimento devem muito ao período do Iluminismo na Europa Ocidental; o conhecimento tem sido encarado como um fenómeno objectivo que poderia ser testado através da lógica, do empirismo ou do pragmatismo. Isto reflecte os valores do Iluminismo que foram mencionados acima. As rápidas mudanças na sociedade contemporânea estão, porém, a provocar a re-conceptualização do conhecimento, por teóricos pós-modernos, conhecimento este que tem origem intelectual na Europa Ocidental, mas, significativamente, estes últimos ainda estão de acordo com os valores dominantes do capitalismo global. Quatro das mudanças principais são discutidas nesta secção. O conhecimento é, agora, visto como relativo, a sua base racional mudou, os seus modos de transmissão alteraram-se, e tornou-se uma mercadoria negociável.

A Relatividade do Conhecimento: quando Lyotard (1984) escreveu *The Post-Modern Condition*, reivindicava que todo o conhecimento se havia tornado narrativo. Mas, mais tarde, reconheceu que havia sobre-enfatizado a sua posição, e, actualmente, pensa que se devem reconhecer diferentes formas de conhecimento, embora ainda considere como narrativas as formas do conhecimento científico. A questão em torno da emergência da narrativa é que ela reflecte as teorias dominantes da actualidade e, tal como agora se reconhece, o conhecimento predominante parece, na verdade, mudar muito rapidamente. Já em 1926, Scheler (ver Scheler, ed. Stickers, 1980, p. 76) considerava que o conhecimento positivo mudava hora-a-hora e que o conhecimento tecnológico mudava ainda mais rapidamente.

Os avanços na investigação científica modificam as teorias prevaletentes e isto tem vindo a ser assumido como um dado garantido; novas descobertas revelam mais aspectos acerca dos fenómenos que já se conheciam; novos avanços tecnológicos significam que o que era impossível há um ou dois anos, se torna possível hoje, e amanhã poderá ser o dia-a-dia. Portanto, o conhecimento científico tem-se tornado relativo e a sua validade pode sempre ser posta em causa, tal como as provas produzidas para refutar ou reformular uma teoria corrente. É necessário que aqueles que trabalham em ocupações baseadas no conhecimento estejam a par dessas mudanças rápidas nas suas áreas de especialização. Entretanto, os académicos, que previamente legislavam sobre o que era conhecimento verdadeiro, tornaram-se, agora, intérpretes de um mundo de conhecimento novo (Bauman, 1992) e, talvez, legitimadores da aprendizagem.

Outras disciplinas, tais como as ciências sociais e até a educação de adultos, têm tentado ser científicas na sua investigação e descobriram que há mitos acerca da natureza do conhecimento científico. Na verdade, é, talvez, significativo que os termos "aprendizagem" e "informação" sejam, algumas vezes, preferidos a "conhecimento", já que este termo implica uma finitude, ou um produto acabado, enquanto os primeiros sugerem que aquilo que é conhecido o é parcialmente e que o progresso da descoberta é incompleto.

À luz de todas estas mudanças recentes, poder-se-ia argumentar que há, certamente, um optimismo acerca do progresso que tem vindo a ser conseguido, mas isto, também, fica longe da verdade, pois, como Fukuyama (1992,

p. 4) sugere, o “pessimismo do século XX perfila-se em forte contraste com o optimismo do século anterior”. Talvez a humanidade tenha perdido o seu caminho e a sua confiança – para onde vai a história e porque é que um novo conhecimento teria de ser produzido, se ele é, sempre, relativo? Isto é uma percepção cultural do Ocidente, no qual velhas questões estão novamente a ser levantadas: a fase modernizante do capitalismo já passou e os valores dados como garantidos são questionados.

A Base Racional do Conhecimento: O nascimento da modernidade trouxe consigo uma ênfase crescente no empirismo. As narrativas tradicionais acerca do mundo foram sendo destruídas, através das descobertas científicas e dos argumentos racionais da época. As novas universidades de então cresceram nesta época da modernidade, muitas vezes com a intenção expressa de disseminar este novo conhecimento científico a uma população ávida – a história da educação de adultos está cheia de mecânica e institutos científicos, institutos literários e histórias de centenas de pessoas assistindo a conferências para ouvir falar de descobertas científicas recentes. O conhecimento era encarado como empiricamente verdadeiro e, por conseguinte, válido. O empirismo era tido como a base da grande emergência deste conhecimento novo, e aqueles que o descobriam eram os legisladores daquilo que era considerado correcto.

Mas, agora, a base do conhecimento está a mudar. Cada vez mais se está a tornar manifesto que muitas afirmações acerca da sociedade são mais ideológicas do que empíricas, e as reivindicações acerca da mesma são vistas mais como discurso do que como factos (Foucault, 1972). Estas podem, ainda, estar firmemente baseadas na razão, muito embora seja mais difícil concretizá-las. Na verdade, também tem havido um aumento de narrativas acerca de como deveria ser uma sociedade, em vez do que realmente ela é – mais estudos éticos e até mesmo um retorno a estudos utópicos (por exemplo, Kumar, 1987; Levitas, 1990). Num certo sentido, isto é uma resposta ao pessimismo que Fukuyama descreveu. Mas os jovens optam, cada vez mais, por estudar as humanidades e as ciências sociais – um símbolo acerca da vida, ao qual a educação só pode responder em parte por causa das exigências estridentes do complexo sistema infraestrutural, comercial e tecnológico, reforçado pelo Estado que está meramente a imitar o seu patrão.

Mas há uma outra base para o conhecimento que está agora a ser aceite, e isto é claramente descrito por Lyotard (1984, p. 48), o qual argumenta no sentido de que o conhecimento é, agora, legitimado socialmente mediante os critérios do desempenho no sistema social, de tal modo que eles têm de produzir especialistas qualificados, porquanto:

“A transmissão do conhecimento já não se destina a treinar uma elite capaz de guiar a nação rumo à sua emancipação, mas a fornecer ao sistema executantes capazes de preencherem aceitavelmente as suas funções nos postos pragmáticos requeridos pela instituição”.

Continua ele, argumentando que, uma vez que o conhecimento deixa de ser um fim em si mesmo, a sua transmissão já não é da responsabilidade exclusiva de académicos e estudantes. O conhecimento é agora baseado no pragmatismo. Não é este o lugar para explorar a filosofia do pragmatismo, mas poder-se-ia reclamar que o conhecimento é legitimado pela sua utilidade, e, por isso, a perícia é avaliada segundo o mesmo critério. Se algo funciona, pode, então, ser transmitido a outros, de tal maneira que, para aqueles que estão em ocupações nos serviços e outras de tipo prático, esse conhecimento prático constitui a base duma grande parte da sua preparação profissional e da sua educação permanente (Jarvis, 1994). Todavia, talvez a questão seja mais profunda do que isto, uma vez que as universidades estão a ser pressionadas a procurar fundos para a investigação na indústria e no comércio – o conhecimento assim produzido é baseado na percepção da sua utilidade. Uma vez produzido, é necessário transmiti-lo a quem carece dele e, assim, a educação permanente tem vindo a tornar-se uma característica nas funções mutantes das universidades neste mundo novo. As instituições educacionais também estão a ser, cada vez mais, induzidas a realizar uma avaliação de impacto sobre aquilo que ensinam, isto é, sobre o resultado da actuação da organização de onde saem os estudantes. Em grande medida, a validade da educação permanente é pragmática, já que o seu valor depende do seu impacto na sociedade/organização.

Significativamente, com esta base de conhecimento em rápida mudança, uma forma de conhecimento pragmático foi negligenciada: a sabedoria dos mais velhos. A velhice tem sido vista como obsoleta – mas isto talvez esteja também a mudar por causa da demografia da sociedade contemporânea.

A Transmissão do Conhecimento: No princípio da modernidade havia, basicamente, dois meios de transmissão do conhecimento, a oralidade e a escrita, e as universidades utilizavam ambos. Os anfiteatros das prelecções constituíam o lugar próprio para a aprendizagem e as editoras, com nomes tão ilustres como Oxford e Cambridge, eram o outro grande meio de transmissão do conhecimento. Quando a rádio se tornou o terceiro grande meio, as instituições educacionais estavam notoriamente ausentes, como também estavam aquando do aparecimento da televisão. Eventualmente, com o nascimento da Universidade Aberta no Reino Unido, as universidades tentaram reivindicar um lugar no modo moderno de transmissão do conhecimento. A Universidade Aberta teve, claramente, um grande sucesso e a sua produção de conhecimento é de uma natureza Fordista – produção em massa para um mercado de massas, com alguns cursos preparados para 100.000 estudantes. Significativamente, algumas questões acerca dos métodos de produção pós-Fordistas estão agora a surgir, e, talvez, haja aqui um lugar para as modernas instituições educacionais, neste mundo de aprendizagem da modernidade tardia.

Contudo, o mundo tem avançado desde 1970: agora, existem instituições, como o “Fielding Institute”, que não utiliza materiais impressos – a universidade electrónica é uma realidade. Mas a universidade electrónica é apenas um estádio nesta transformação – agora existe a “Internet”, o satélite, o cabo e o CD-Rom. Isto não implica uma transmissão de via única e as possibilidades dos *media* interactivos não estão longe. Na verdade, algumas empresas comerciais estão já a produzir CDs de video interactivo, para que o conhecimento possa ser ensinado e aprendido de uma maneira interactiva, e o cabo ainda tem um potencial maior. Os custos de investigação e de desenvolvimento destas inovações têm sido consideráveis, e, por isso, não se poderia esperar que uma única universidade pudesse produzir tal material. Tem-se re-alinhado o espaço e o tempo!

O Conhecimento enquanto mercadoria negociável: O conhecimento, portanto, pode agora ser empacotado e comercializado mundialmente. Pode não ser rotulado de pacote de ensino, mas de aprendizagem, ou material de aprendizagem; estes são nomes familiares. Esta é uma sociedade movida pelo conhecimento e a informação tornou-se uma mercadoria que pode ser vendida

como qualquer outra. Todavia, ela é ainda mais importante do que muitos dos produtos que se encontram no mercado. Escreveu Lyotard (1984, p. 5):

“O conhecimento na forma duma mercadoria informacional indispensável para o poder produtivo é já, e continuará a ser, uma aposta maior – talvez a maior – na concorrência mundial pelo poder. É concebível que, um dia, os estados-nação lutarão para conseguir o controlo da informação, exactamente como lutaram no passado pelo controlo do território...”

A espionagem industrial é uma realidade e as instituições educacionais que fornecem conhecimento são, agora, parte integrante dum grande e complexo cenário, no qual elas raramente são os maiores ou dos mais importantes executantes. Na verdade, as empresas multinacionais, que podem investir milhões de dólares em investigação e na produção destes meios de transmissão do conhecimento, podem também investir a mesma quantidade de capital em investigação e desenvolvimento do próprio conhecimento. São capazes de produzir o seu próprio material de aprendizagem e vendê-lo a quem o quiser comprar.

As instituições educacionais ainda dependem, em grande medida, da transmissão local e instantânea do conhecimento; por exemplo, os aprendizes têm de estar presentes quando a prelecção é feita, muito embora estejam vagarosamente a avançar para outras formas de aprendizagem aberta e à distância, de modo que o novo mercado tem tanto de distanciação de espaço/ tempo como da compressão. O conhecimento pode ser transmitido e aprendido, não de acordo com a conveniência dos professores mas antes tendo em conta as necessidades dos estudantes, e isto pode ser feito pelo mundo fora e instantaneamente, uma vez que o mercado é, agora, global.

Tendo analisado a natureza mutante do conhecimento a partir de uma perspectiva que tem sido adoptada pelos académicos pós-modernistas, é necessário, agora, lançar um olhar sobre a forma como a própria educação está a mudar em resultado disso, e, depois, examinar a natureza da aprendizagem e o mercado da aprendizagem.

3

O Mercado da Aprendizagem

Estudiosos (por exemplo, Stehr, 1994) descrevem o mundo contemporâneo em termos de “sociedade do conhecimento”, uma vez que o conhecimento está à disposição e é facilmente acessível. Consequentemente, a sociedade pode ser descrita como uma sociedade da aprendizagem. O cerne da questão é o seguinte: dado que uma grande quantidade de conhecimento está a mudar com uma rapidez considerável e está facilmente ao alcance directo dos indivíduos, há muitas oportunidades para aprender. Na verdade, é também mais fácil mudar o conteúdo da comunicação se ele for transmitido através de processos electrónicos, em vez do recurso à oralidade – embora a última atinja um mercado mais pequeno!

O conhecimento é central nestas novas sociedades e, movida pelas forças do capitalismo global, a sociedade contemporânea tornou-se numa sociedade do conhecimento e, portanto, numa sociedade da aprendizagem. Estes novos meios de comunicação resultam, porém, do facto de haver muitos fornecedores dessa informação – grandes empresas comerciais são fornecedoras, instituições educacionais são fornecedoras, etc.. As pessoas podem ter acesso à informação que quiserem através de uma variedade de meios e a partir de uma variedade de fornecedores; o sistema de educação é, porém, um só. A educação perdeu o seu monopólio de ser o fornecedor do conhecimento e uma variedade de instituições competem através de vários meios para fornecer informação. Anteriormente, o conhecimento era legitimado pelas instituições educacionais de elite, mas, agora, como Lyotard apontou, se ele funciona, é aceitável e pode ser legitimado por diferentes fornecedores.

Tradicionalmente, o grau universitário constituía o símbolo de que o possuidor orgulhoso do canudo era, ao mesmo tempo, o “proprietário” do conhecimento legítimo – aprendido nessa instituição académica. Agora, porém, há muitas organizações que não só fornecem materiais de aprendizagem, como também oferecem os seus próprios diplomas. Presentemente, as instituições educacionais detêm uma espécie de monopólio ao oferecerem estas qualificações, mas há já outras organizações comerciais que fazem o mesmo. Eurich (1985, p. 85) regista o seguinte:

“Uma recente inovação no mundo de negócios e da educação é o crescente número de escolas, institutos ou universidades criados e geridos pelo mundo da produção, que asseguram os seus próprios graus. É, portanto, o doutoramento em Letras Rand, o grau de Mestre em Ciência Wang ou Arthur D. Little. Já não sendo só da competência das instituições educacionais, os graus académicos acreditados estão, cada vez mais, a ser oferecidos por empresas e indústrias que têm criado as suas próprias instituições separadas e têm transposto, com sucesso, as mesmas barreiras educacionais usadas para acreditar a educação superior tradicional”.

Consequentemente, o sistema educacional está a tornar-se um, entre muitos fornecedores do conhecimento, e vê-se obrigado a ter de competir com outros que estão, também, a oferecer as suas próprias qualificações. Em suma, existe um mercado da aprendizagem, e o modo como o mercado atrai os seus clientes é através da publicidade dos seus produtos. Os mercados têm a ver com a venda de símbolos e marcas, e, presentemente, graus e universidades constituem, eles mesmos, os símbolos e as marcas, mas poderia ser com a mesma facilidade o grau e a organização. A educação tornou-se uma mercadoria para ser consumida, algo que Baudrillard (citado de 1998, p. 22) sublinhou como segue:

“O *consumo* é a totalidade virtual de todos os objectos e mensagens presentemente constituídos num discurso mais ou menos coerente. O *consumo*, logo que tenha significado, é um acto sistemático de manipulação de símbolos”.

Baudrillard tem argumentado que para os fenómenos se tornarem objectos de consumo, se têm eles próprios de se tornar símbolos. O símbolo é a moeda de troca da legitimação e os símbolos educacionais são os legitimadores da aprendizagem. As qualificações são, também, moeda de troca para o mercado de trabalho e, como o conhecimento muda, novas qualificações são requeridas e as velhas ficam fora de moda.

O economista Schumpeter (1976) reconhecia que uma das grandes vantagens da competição engendrada pelo mercado é a inovação. Os fornecedores

de materiais de aprendizagem continuam a procurar novos nichos para vender os seus materiais e novos meios de transmitir o conhecimento que eles fornecem a novos mercados. Consequentemente, novos cursos, novos graus, novos métodos de ensino, novos mercados para aprender estão a emergir. Tudo na educação parece estar a mudar.

Neste artigo começou-se por apontar o facto de que, neste novo mundo económico, as forças do mercado são tais que os lugares de produção se deslocam para as partes mais pobres do mundo e a teoria diz que haverá uma igualização gradual da riqueza. Como agora se verifica que há mais dinheiro investido onde essas indústrias se realocalizaram, e como existe uma necessidade crescente de aprender nesses países, os fornecedores de materiais de aprendizagem estão a virar a sua atenção para a venda das suas mercadorias, onde existe mercado. Estão a competir no mercado global para angariar novos estudantes, utilizando todos os últimos meios para comunicarem o conhecimento que desejam transmitir para que outros comprem e aprendam/consumam (?).

As universidades, como a Universidade Aberta britânica, vêem-se a si próprias como fornecedores globais, até mesmo como universidades globais. Muitas universidades estão a oferecer cursos em diferentes países, competindo reciprocamente por negócios e, em breve, julgo, para competir com outros fornecedores de aprendizagem – tais como fabricantes de computadores pessoais, programas de computadores, etc.

Conclusões

O mercado da aprendizagem tornou-se um mercado global, com as instituições a procurarem vender as suas mercadorias pelo mundo fora. O sistema educativo é tão só um fornecedor no mercado da aprendizagem e, enquanto ele ainda tiver uma clientela estabelecida, haverá uma competição crescente para os negócios. Ele não é necessariamente o maior nem o melhor equipado para competir num mercado global de aprendizagem, potencialmente muito competitivo e lucrativo.

Bibliografia

- Baudrillard, J. (1988). "A System of Objects", in M. Poster (ed) *Jean Baudrillard: A Selection of Writings*. Cambridge: Polity Press.
- Bauman, Z. (1992). *Intimations of Postmodernity*. London: Routledge.
- Eurich, N. (1985). *Corporate Classrooms*. Princeton: The Carnegie Foundation for the Advancement of Teaching.
- Foucault, M. (1972). *The Archaeology of Knowledge*. London: Routledge.
- Fukuyama, F. (1992). *The End of History and the Last Man*. London: Hamish Hamilton.
- Habermas, J. (1987). *The Philosophical Discourse of Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Hamilton, P. (1992). "The Enlightenment and the Birth of Social Science", in S. Hall & B. Gieben *Formations of Modernity*. Cambridge: Polity Press in association with the Open University.
- Harvey, D. (1989). *The Condition of Postmodernity*. Oxford: Blackwell.
- Jameson, F. (1991). *Postmodernism*. London: Verso.

- Jarvis, P. (1994). "Learning Practical Knowledge", *Journal of Further and Higher Education*, Vol. 18, N.º 1, pp. 31-43.
- Kumar, K. (1987). *Utopia and Anti-Utopia*. Oxford: Blackwell.
- Levitas, R. (1990). *The Concept of Utopia*. London: Philip Allan.
- Liotard, J.-F. (1984). *The Post-Modern Condition*. Manchester: Manchester University Press.
- Liotard, J.-F. (1992). *The Post-Modern Explained to Children*. London: Turnaround.
- Robertson, R. (1992). *Globalisation*. London: Sage.
- Scheler, M. (1980). *Problems of a Sociology of Knowledge*. London: Routledge and Kegan Paul (ed Stikkers K.).
- Schumpeter, J. (1976). *Capitalism, Socialism and Democracy*. London: George Allen and Unwin.
- Steele, T. (1994). "The Colonial Metaphor and the Mission of Englishness: Adult Education and the Origins of English Studies", in S. Marriot & B. Hake (eds) *Cultural and Intercultural Experiences in European Adult Education*. Leeds: Leeds Studies in Continuing Education, pp.70-91.
- Stehr, N. (1994). *Knowledge Societies*. London: Sage.
- Wallerstein, I. (1990). "Culture as the Ideological Battleground of the Modern World System", *Theory, Culture and Society*, Vol. 7, pp. 31-55.



JOÃO PENHA

VIAGEM POR TERRA

AO

PAIZ DOS SONHOS

COM UM PREFACIO E NOTAS



PORTO
LIVRARIA CHARDRON

De Lello & Irmão, editores

1898

Todos os direitos reservados.

Homenagem a João Penha

(No centenário da sua obra *Viagem por Terra ao País dos Sonhos*)
1898/1998

Maria do Rosário Girão Ribeiro dos Santos



João Penha, quando estudante em Coimbra.

Seguindo uma taxinomia altamente incipiente, quiçá carecendo de sólida fundamentação, poder-se-á classificar, numa etapa inicial, os artistas em três categorias: a primeira englobando os poetas (neste caso específico...) que, conhecedores desse mito que é a notoriedade, dela desfrutaram num pós-morte de glória; a segunda abarcando os vates que, tendo passado ignotos ao longo da vida, foram em termos definitivos exumados para a imortalidade; a terceira agrupando os bardos que, venerados recorrentemente durante o seu percurso vivencial, cedo foram olvidados e logo inseridos no 'arquivo morto', fonte inesgotável de volúpias reiteradas para bibliófilos inveterados. Prosseguindo nesta catalogação primária, e transitando para uma fase segunda, poetas há que consagraram a sua existência a coligir narcisicamente (memórias, jornais íntimos, confissões...), de modo

intermitente ou linear, farrapos biográficos destinados a perdurar, como testemunho vivo e redivivo, nas gerações vindouras, convencionalmente designadas por posteridade; outros houve, em contrapartida, que de tal modo se empenharam em delir quaisquer résteas autobiográficas que a sua biografia sumária apenas se torna perceptível através da sua necrologia. É este, sem dúvida alguma, o caso do Dr. João Penha, apesar das profecias, em sentido inverso, anunciadas por alguns dos seus contemporâneos. "(...) João Penha é um dos raros poetas do nosso tempo que hão-de ficar na história da nossa literatura. (...)". Quão errado estava, em 1902, Cristóvão Aires!

A 4 (quatro) de Fevereiro de 1919, o jornal bracarense **Ecoss do Minho** publicava, na primeira página, a seguinte notícia fúnebre: "O Bacharel João d'Oliveira Penha Fortuna (da Academia de Ciências) faleceu confortado com os Sacramentos da Igreja. Seu filho e irmãs rogam às pessoas das suas relações e amizade, e bem assim às do saudoso finado, o distinto obséquo de assistirem ao seu funeral, o qual tem saimento de sua casa às 4 e meia de hoje. (...) "². E, na terceira página, passava a detalhar o registo do óbito anunciado: "Depois de uma prolongada enfermidade, faleceu ontem, na sua casa da Praça Conde d'Agrolongo, o eminente poeta e grande jurisconsulto Sr. Dr. João d'Oliveira Penha Fortuna. (...) era filho do tabelião Sr. José Joaquim Penha Fortuna e da Sr.^a D. Maria José Amália d'Oliveira Penha Fortuna, e nasceu em Braga a 29 de Abril de 1839. (...) O funeral do saudoso finado realiza-se hoje, às 4h 30m da tarde, e a Câmara Municipal, que promove o funeral, convida o povo desta cidade a incorporar-se no préstito fúnebre, que sairá da casa do extinto. Às irmãs e demais família do ilustre morto apresentamos a sentida expressão do nosso pesar." "³

Com data de 6 (seis) de Fevereiro de 1919, o **Comércio do Minho**, bi-semanal "decano dos jornais de Braga" (saía às quintas e aos domingos), não deixava, igualmente, de publicitar, em diferido, o passamento e enterro do advogado bracarense: "Faleceu segunda-feira na sua casa do Campo da Vinha o distinto poeta e advogado Dr. João d'Oliveira Penha Fortuna. (...) O funeral do ilustre extinto realizou-se terça-feira de tarde, assistindo grande número de pessoas de distinção. Sentimos profundamente a morte do talentoso poeta e jurisconsulto, que era uma glória autêntica de Braga. Às

Ex.mas irmãs e demais família apresentamos respeitosos pêsames.”⁴ No que respeita às cerimónias fúnebres propriamente ditas, elas são-nos sobejamente descritas em artigo intitulado “A sua vida – O seu funeral” e publicado no jornal ***Ecos do Minho***: “Como ontem noticiámos, faleceu o notável bracarense, poeta e jurisconsulto tão conhecido como estimado em todo o país. (...) Braga justamente se orgulhava de o ter como um dos seus filhos peregrinos. (...) Deixa saudades entre os seus admiradores e grande número de clientes. (...) Numa tarde triste e chuvosa, o cadáver do poeta, no seu ataúde, foi conduzido ao cemitério seguido de amigos e admiradores. Foi uma manifestação de grande significação e de viva saudade. (...) O cadáver ia numa rica urna coberta de veludo preto e num carro tirado por duas parelhas. Dez trens conduziam vários cavaleiros. O Rev. Padre José do Egypto Vieira presidiu aos resposos coadjuvado por cinco sacerdotes na capela do cemitério. (...) Dirigiu o funeral o Sr. Dr. Carlos Braga, amigo dedicado do saudoso extinto.”⁵ Para entrar na posse de uns tantos pormenores que os jornais não rezam, é mister consultar o ***Livro de Emolumentos***, relativo ao ano de 1919, do Cemitério de Braga, o qual nos informa que o Dr. João Penha, natural da freguesia de S. João do Souto, faleceu, na sua casa do Campo Conde d’Agrolongo, à uma hora da manhã do dia 3 de Fevereiro, foi depositado em caixão de chumbo e sepultado, em funeral custeado pela Câmara, na 7.ª Secção do Jazigo 54, onde, bizarramente, não existe, hoje, qualquer lápide evocativa da infeliz efeméride (a ter existido, porventura, em tempos idos, ter-se-á, com toda a certeza, perdido na bruma dos tempos).

Porém, nem todos os periódicos da que foi, outrora, ***Bracara Augusta*** participaram o necrológio do “saudoso finado” ou “ilustre morto”. Se não nos espantamos com o facto de o ***Diário de Notícias***⁶ ser, a tal respeito, omissos (de salientar, contudo, que o diário em pauta noticia o funeral do Visconde de Castilho e o falecimento do Dr. Adolfo Coelho), já indiferentes não podemos ficar quanto ao silêncio de ***A Opinião***, hebdomadário bracarense cujo redactor-proprietário era Baptista Ribeiro. Com efeito, no dia 9 (nove) de Fevereiro de 1919, ou seja, cinco dias após o enterro do eminente jurisconsulto, a mencionada publicação periódica semanal informa que foram vacinadas no comissariado de polícia dezasseis crianças, dá instruções práticas aos possuidores de gado atacado de febre aftosa no distrito de Braga e comunica, em rubrica de nome “Carteira elegante”, quem regressou de Lisboa, quem

celebrou o seu aniversário, quem tem passado incomodado de saúde e quem se encontra quase restabelecido ⁷. No número seguinte, datado de 16 (dezasseis) de Fevereiro, avisa os seus leitores que faleceu “há dias, na rua de Santa Margarida, uma tia do Sr. Daniel Rodolfo Gomes Braga, digno tenente de infantaria ⁸ e nosso prezado subscritor.” ⁸ No tocante à morte do Dr. João Penha, e se bem atentámos no conteúdo dos números consultados, o jornal **A Opinião** parece não ter opinião ou, pelo menos, não emitir qualquer informação opinativa.

Opiniões valorativas, no entanto, é que não nos faltam, fornecidas à saciedade por determinados periódicos locais, que, em gesto improcrastinável, peroram normativamente sobre o quotidiano do causídico e divagam, ontologica e axiologicamente, sobre certas idiossincrasias suas. Quedemo-nos, pois, nalgumas passagens, respigadas aqui e ali, mas não de todo improfícuas, do obituário percorrido. “(João Penha) Formou-se em Direito, na Universidade de Coimbra, em 1873 (...) Em Braga redigiu a **República das Letras**, em 1875, que se imprimiu no Porto, e de que apenas saíram três fascículos. (...) João Penha foi uma figura de grande destaque em Coimbra pelo seu grande talento e pelas suas excentricidades. Em Braga, já advogado, ninguém o via senão no seu escritório onde trabalhava com seu irmão Dr. Manuel Penha Fortuna, que era também advogado distinto, e que fora deputado por este círculo. Só saía à noite, vestindo-se como se fosse para uma *soirée*. Parava aqui e além, à porta de algum estabelecimento conhecido, onde atrás de uma porta, envergonhadamente, bebia o seu *copinho*. Depois seguia o seu caminho, sempre sem destino, e só entrava em casa com os primeiros clarões da madrugada.” ⁹ Passemos, de seguida, para o número do dia seguinte do jornal citado, a fim de sermos, eventualmente, dilucidados sobre o desfecho deste relato encetado e inacabado: “E aqui (Braga) assentou a sua vida de trabalho durante cerca de quarenta anos. O seu culto pela família, a quem dedicou o melhor dos seus cuidados, tornou-o um grande exemplo aos olhos dos seus concidadãos. João Penha (...) veio para Braga, e aqui, vivia para o lar, para os seus livros. Cedo, quando mal o sol mostrava os seus raios, ele aí aparecia vestido sempre com elegância e aprumo, rosa na lapela, percorrendo as ruas e praças. O seu passeio usual era mais para a Praça Municipal, e daí, seguia para o seu escritório, trabalhando e estudando. (...) Assim viveu longo tempo, trabalhando, e se não fosse, como era, generoso e desinteres-

sado, teria deixado uma fortuna aos seus (...) Era por isso justamente considerado e geralmente estimado. (...)”¹⁰. Para finalizar esta ‘digressão turística’, atentemos com denodo na breve recensão crítica, sobre a obra de um dos “filhos peregrinos” de Braga, superficialmente exarada no **Comércio do Minho**: “(...) Quando estudante em Coimbra, dirigiu ali o periódico literário **A Folha**, em que colaboraram os mais distintos académicos desse tempo. Em 1875 redigiu em Braga a **República das Letras**, de que apenas saíram três números. Publicou mais tarde um volume de **Rimas**, apreciadíssimo pelos entendidos na arte do soneto, em que João Penha era eminente. Publicou ainda os livros **Ecos do Passado**, **Viagem por terra ao país dos sonhos**, **Por montes e vales** e **Novas Rimas**. Como causídico era também conceituadíssimo, sendo as suas minutas um primor. Em várias publicações literárias ficam dispersas algumas poesias suas, todas de muito merecimento e originalidade.”¹¹ Foi este, em traços genéricos¹², o quiriêlêison entoado por bracarenses articulistas anónimos que, pseudo-necrolatas e pouco necrolatas, introduziram, decerto involuntariamente, na filigrana retórica do discurso epidíctico, uma intenção algo capciosa ou falaciosa, escamoteada pelo pesar expresso, pela superlativação exagerada, pela exacerbação do campo lexical da fama e pela proliferação de quantificadores nominais. Assim sendo, o leitor de 1919, qualquer leitor sensato e comum, que, nessa tarde de terça-feira chuvosa e triste, se encontrasse placida e confortavelmente na Brasileira do Souto ou no Viana das Arcadas a passar os olhos pelas notícias do dia, seria tentado a pintar o retrato do falecido com tintas algo dúbias e cores anfíbológicas, transmutando-o na viva encarnação minhota do Dr. Jekyll e Mr. Hyde, encarada em termos de João Fortuna/João desafortunado. Por um lado, o “ilustre bacharel” ‘montava’, de dia, ‘quartel-general’ no seu escritório, onde trabalhava incessantemente e redigia minutas primorosas; por outra banda, e caída a noite, o bacharel noctívago vagueava ao acaso e bebericava, acanhado, um “copinho”, regressando a casa ou dela saindo (o horário afigura-se-nos pouco compreensível...) aos primeiros clarões da madrugada ou quando o sol começava a raiar; por um lado, era generoso e desinteressado, qualidades altamente louváveis; por outro, era tido como esbanjador de fortuna pessoal e prevaricador financeiro da família; por um lado, fora, em Coimbra, poeta de grande destaque; por outro, aí se destacara, em grande escala, pelas suas excentricidades, nome dado, hodiernamente, às indefiníveis ‘tropelias’ subjacentes à academia estudantil; por um lado, era, em Braga,

justamente considerado e por todos apreciado; por outro, era, no mesmo local, geralmente estimado, ou seja, não devidamente estimado ou pouco afeiçoado de alguns; por um lado, havia sido redactor da **República das Letras**; por outro, do periódico em causa tinham vindo a lume apenas três números, impressos, além do mais, na *Cidade Invicta*. Entre uma virtude e um defeito (o qual, na trama textual, se desenha como uma qualidade menor...), entre um louvor e um óbice laudatório, a "autêntica glória de Braga" perfila-se ambigualmente como valor singular, assumido na sua originalidade e subsequente diferença, algo hiperbolizadas pelo provincianismo reinante. A corroborar este horizonte de mentalidades conducente à sempre actual antinomia capital-província, vem breve extracto de carta inédita endereçada por Antero de Figueiredo a João Penha e datada de (Lisboa) 25 de Abril de 1897: "Acabo de ler o seu artigo a meu respeito no n.º 6 dos **Novos e Velhos** e estou agradecidíssimo por tanto favor e gentileza. Vou mandar este número ao Cândido de Figueiredo que o transcreverá no **Repórter**, pois, por mais que seja a venda dos **Novos e Velhos**, não me agrada que um artigo seu fique, para aí, num jornal de província. (...)”¹³. Neste contexto específico, convém insistir não só no distanciamento do homem de leis no tocante às arenas de renome e às vãs ovações, como também no seu retraimento em recanto de província, que apenas abandonava "para respirar o perfume acre dos pinheiros minhotos, ou para estirar a vista pela amplidão inspiradora das ondas irrequietas, cortadas pelas canoas dos poveiros.”¹⁴

Ao examinar a monumental correspondência ainda – *hélas!* – não dada ao prelo, conseguimos gradualmente entrever esses quarenta anos de rotina decorridos em Braga, oscilando entre resquícios de uma vida de pequeno burguês e indícios sintomáticos de uma ‘miséria envergonhada’, morigerada por uma inabalável robustez física e minorada pelas solicitações/ofertas de ordem vária que, no dia a dia, arribavam ao Campo da Vinha: "(...) Por este correio receberá cem folhas de excelente papel e correspondentes envelopes. Remeto-lhe, porque tenho-o obrigado a escrever tantas cartas que receio esgotar-lhe a reserva que dele tenha. Demais, como sei que gosta de bom papel (...)”¹⁵. Nesta sequência, e mercê de dois extractos de missivas endereçadas ao poeta-advogado por Antero de Figueiredo, ficamos a par da boa saúde (não obstante determinadas contingências...) de que usufruía o Dr. João Penha:

“Venho saber da sua saúde que decerto é óptima porque o meu amigo é incapaz de estar doente. É são como um pêro.”¹⁶

“(…) Que do tal trambolhão não exista nenhum sinal no seu corpo (…)”¹⁷.

Continuando a violar esse campo santo ou espólio virgem, adormecido no Arquivo Distrital de Braga, deparamos recorrentemente com a questão sacrossanta dos editores (alvos predilectos de requisitórios contínuos), que pagam mal e até não pagam, reenviando a um mercado livreiro finissecular que não é propriamente pletórico e a um fim de século que, como tudo indica, não prima pelo culto barthiano do “prazer do texto”.

“A respeito de editores, quando eu estiver em Lisboa, pode ser que arranje alguma coisa, o que, aliás, não é fácil, porque o negócio de livros está péssimo e eles – os editores – são, por via de regra, uns patifes (…)”¹⁸.

“Estes editores são uma corja!”¹⁹

“Se o Lello & Irmão der 150\$000 não deve hesitar. (...) Isto está tudo pela hora da morte! Poucos lêem e raríssimos compram. Uma miséria! (...)”²⁰.

Levando por diante a violação perpetrada, não difícil se torna penetrar no ‘segredo dos deuses’: afinal, o jurisconsulto minhoto não só era frequentemente requestado no seu estatuto de causídico, como também na sua qualidade de poeta, de escritor e de ‘sumo’ revisor dos escritos alheios.

“Recorro ao seu saber de causídico. Responda-me a isto, o mais cedo que possa sim? Uma mulher portuguesa deseja anular o casamento (…)”²¹.

“Pedem-me com instância quatro linhas suas, prosa ou verso, o que quiser, para o número que em Famalicão vai sair a lume em comemoração do centenário de Michelet (…)”²².

“Muito e muito obrigado pela sua revisão e pelos reparos que na sua carta me faz. Tem razão: – aqueles guardanapos não podem ser de linho grosso. Emendei assim: *guardanapos de linho adamascado*. (...)”²³.

Tão preeminente se vai tornando esta figura carismática que Teixeira de Queirós se não inibe de lhe pedir o consentimento para apresentar a sua candidatura a sócio da Academia Real de Ciências: “Teria muito prazer, se tu nisso consentisses, em apresentar a tua candidatura a sócio da Academia Real de Ciências (...)”²⁴.

Quer através das exegeses sobre a sua obra publicadas em várias revistas e periódicos nacionais, quer através dos livros que, num gesto desinteressado, ia ofertando aos amigos, os quais, homens de letras e críticos literários, logo se apressavam a comentá-los publicamente, o Dr. João Penha não tardaria a ser considerado vulto de irretributível valia, inegável fé escrevente e reconhecido mérito artístico.

“O escalavrado capitão de milícias agradece ao seu amigo João Penha o mimo do seu livrinho.”²⁵

“Beijo-lhe as mãos pela sua preciosa oferta. (...) Nada perdeu com a edição da *Viagem* o iluminado técnico das *Rimas* (...) é um livro de mestre. O mal está, justamente, em que nenhum dos motivos merece a execução e os cuidados de um tão precioso técnico.”²⁶

“Acabo de receber o seu novo livro (...) vou lê-lo, vou dar-me todo o meu tempo disponível e depois lhe contarei as minhas impressões como admirador que sou.”²⁷

“(...) Tenho dois inéditos seus e gostaria de ter dois mil. (...)”²⁸.

Contudo, ao saborear as suas missivas, não raro em estilo telegráfico e em ritmo espaçado, a impressão que guardamos na retentiva é a de um homem de sobremaneira preocupado ou com questões literárias ou com a saúde dos amigos, mascarando a fatalidade da existência sob o véu da facécia, da pilhéria, do humor ou da ironia, e deixando transparecer, fora do livro ou do jornal, uma voz solitária, melancólica, algo misantrópica e um tanto ou quanto trágica, qual eco de um exílio ou desterro forçados mercê de circunstâncias sigilosas diversas.

“Agradeço-lhe muito vivamente (...) o prazer que me deu com a sua bela carta.

Estas mensageiras da sua graça tão peculiar e tão característica chegam-me tão raras vezes, que as saboreio sempre em repetidas leituras. (...)”²⁹.

“O artigo que eu destinava à *Revista Ilustrada* era acerca de ortografia (...)”³⁰.

“(...) O Conde de Valenças está muito mal com diabetes. (...)”³¹.

“O título é por enquanto provisório – *Vinhetas e Aguarelas*. Parece-me um pouco rococó.”³²

“Autêntica glória de Braga” ou, melhor e bem dizendo, genuína glória nacional, o Dr. João Penha, bipartido entre o século XX (urge frisar que assistiu à queda do regime monárquico, à implantação da República, à Primeira Grande Guerra Mundial e à restauração, conquanto efémera, da Monarquia) e o século XIX, cedo reivindicou os seus direitos de homem oitocentista, de poeta de Oitocentos e de cultor supremo de um século que, à imagem e semelhança da sua aura finissecular, e numa curiosa simbiose bio-literária, havia conquistado foros de verdadeiro mito.

“Século Dezanove

A ti invoco: escuta-me do Além!

Quando eu nasci, já ias tu em meio,

Quando morreste, morri eu também!

A ti alongo, ó século romântico,

Meu olhar triste, de saudades cheio!

A ti dedico o derradeiro cântico!”³³

Este “olhar triste, de saudades cheio” é o mesmo, aliás, que o aburguesado morador do Campo da Vinha lançava, da capital minhota, ao tempo mítico da sua juventude, ao momento áureo da sua boémia anti-burguesa, ao halo divino da sua inspiração poiética e a Coimbra, cidade, como ele próprio a define, “mais poética do mundo”³⁴: “(...) Mais tarde, o meu viver mudou de aspecto, porque tinha, como um burguês qualquer, de lutar pela vida. O burguês e essa luta não destruíram o artista, nem o podiam destruir porque, por temperamento, e por educação, que a mim mesmo dei, o fui sempre, quase desde a infância. Tive, pois, de dividir a minha actividade intelectual,

mas poucas eram as horas que podia roubar ao labor profano para me entregar à divina arte do verso, labor este que, bem diferente daquele, é para mim um passatempo, um prazer, uma consolação. (...)”³⁵. Afinal, num dos seus raros escritos autobiográficos denominado “A Orgia”, o poeta-advogado, depois de revisitar a tendência caracteriológica de Simões Dias (autor das *Peninsulares*) para as coisas graves e sensatas, o bom humor e a capacidade de imitação de Z. Bruno e o sável delicioso servido pela celeberrima tia Maria – “o sável desta benfeitora da humanidade é tão delicado, tão subtil e delicioso que não ocupa o mínimo espaço” –, confessa a sua intenção de publicar uma obra (então em preparação) intitulada *Memórias de um estudante de Coimbra*, súpula de casos diversivos e recreativos que, embora se afigurem fantásticos, o não são³⁶. E é, na verdade, ao poeta por excelência de Coimbra, muito embora enriquecido com as formas tradicionais, colhidas em Braga, de um dizer lusitano isento de barbarismos, que *A Crónica* (“Revista Literária Lisbonense”) rende preito nacional, ao inserir nos seus dois números subsumidos (N.ºs 63 e 64 de Abril de 1902) artigos diversos e variegadas composições poéticas de nomes sonantes de então, numa ordem de sorteio tão rigorosamente observada que o próprio João Penha, por acasos da sorte, ficou em último lugar: “Teve a sorte razão (...) pelo papel que, com surpresa, me querem fazer representar, é esse o lugar que me compete: nas procissões, o bispo, mitrado, vai no couce; na frente os seus risonhos turbulários.”³⁷ De salientar, nesta revista ilustrada, o artigo de Cândido de Figueiredo lembrando “o grave cenáculo, de que era anfitrião o João Penha, no seu quarto escolar da rua da Couraça”³⁸; o texto do Conde de Valenças, onde é transcrito um fado inédito (da provável autoria do poeta nascido em Braga) do tempo em que o autor das *Rimas* e seus acólitos fiéis bandurreavam pela *Lusa Atenas*: “(...) Lavai com graça essas mágoas!/Olhai na ponte o João Penha:/Que bonito se desenha/Lá no azul das frescas águas! (...)”³⁹; a homenagem de Bernardino Machado, na qual o futuro Presidente da República preconiza que “com os seus talentos e a sua cultura, ele personificava um verdadeiro ensino universitário”⁴⁰; as breves ‘deixas’ remetidas de Paris por Xavier de Carvalho, definindo os seus versos como “portugueses de lei”, pois tratam “do paio de Lamego, da excelente pinga das tascas coimbrãs, das roliças coxas das raparigas, e tudo numa medida parnasiana que ainda mais faz ressaltar aos ouvidos do burguês estarecido a brejeirice sugestiva (...)”⁴¹;

as trovas encomiásticas de René Ghil – “(...) Pour qu’à Penha soit la louange entière, ainsi.”⁴²; a rápida notação crítica de Antonio Padula, para o qual “il Penha viene pure considerato come il creatore della forma del sonetto, di cui conosce tutti gli spedienti”⁴³ e, por fim, o testemunho de Zulmira de Mello, concernente à publicação do conto *Sylvia*: “(...) E foi daí, desse conto de fadas, que me veio o desejo de o ver, de o conhecer, de ler as suas obras. Dizer como depois, muito mais tarde, e ao cabo de mil peripécias de romance, se efectuou esse conhecimento não vem para aqui. (...)”⁴⁴. Também “não vem para aqui”, mas, já agora, registre-se, o poema inédito (com a menção “Particular”) dedicado pelo Dr. João Penha a D. Zulmira de Mello, e cujo ineditismo privado não hesitamos, ousadamente, romper:

“Todo aquele que disser
Que Zulmira, a minha amante,
Não é formosa, elegante,
Uma divina mulher,
E do seu amor duvide,
Anathema sit.
E se disser que João Penha
Não a adora, ama, estremece,
Como ela, esse anjo, merece,
Anathema sit.”⁴⁵.

O certo é que, in illo tempore e num espaço outro, João Penha confundia-se, de facto, com um ímpio sacerdote da Couraça de Lisboa, pontificando à noite num templo das Olarias (desde a jurisprudência e a teologia até à divina arte de poetar aprofundada aos arcanos...) e não se coibindo de identificar o seu eu de outras eras à essência dessas plantas espinhosas, cultivadas, em solo lusitano, para fins ornamentais: “Tenho uma certa inclinação pelos cactos, não porque, pelas suas formas, sejam encantadores, mas porque tudo me leva a crer, no meu largo período de vida negativa, além da begónia (...), fui também cacto, porque, como os cactos, tenho, quase cão hidrófobo, horror à água.”⁴⁶

Do mesmo modo, e longe de se inebriar com a ambrósia e o néctar sagrados do Olimpo, ia-se satisfazendo com o ‘vinhito’ agri-doce do **Homem do Gás** e

com o succulento peixe da **Tia Camela** (senhora devota que acreditava na existência de um coro celeste de onze mil virgens, entre as quais anelava ter lugar...), cujo falecimento, em carta inédita e sem data, Gonçalves Crespo não deixou de lhe lembrar: “A tia Maria está agora no sétimo coro das virgens. O epitáfio do Homem do Gás anda na memória de todos. Não deixes, ó homem justo, no esquecimento a tia Maria!(...)”⁴⁷. A palavra corria-lhe fluente, fluida como a água que detestava, mas assassina na sua função cáustica e dimensão galhofeira de despique. São célebres, escritas na parede da taberna referida, as quadras iconoclastas com que desafiou o inconformista Guerra Junqueiro: “Junqueiro que vens de junco/Tu, que és pássaro bisnau/ Não abres o bico adunco?/Pois não me sentiste o pau?” É que, para este “Nervoso mestre, domador valente/Da Rima e do Soneto português”⁴⁸, a vida não deixava de sobrelevar as tendências realistas e humanitárias que haviam invadido, sob a égide da “grande ideia” de Antero, a poesia, neste caso a poesia junqueiriana: “No Pindo sonoro, ao som da viola,/Feliz cantavas, inda há pouco, a vida:/O vinho, as rosas, todo o amor, e a lida/Em procura dum sonho: uma espanhola.// De súbito morreste. Abriste escola/De coisas graves na mansão florida. (...)”⁴⁹.

De facto, no período que medeia entre 1868 e 1878, decénio no qual João Penha surge, qual meteoro, sob as luzes da ribalta, as letras portuguesas encontravam-se espartilhadas por duas tendências opostas, a “musa velha” – romantismo – e a “ideia nova” – realismo, na terminologia sempre perspicaz de Guilherme de Azevedo: “(...) Diga-se entretanto que se alguém em Portugal foi culpado da indisposição entre as duas musas, deve atribuir-se tal culpa a vários sujeitos (...) foram eles que, arvorando-se em procuradores da musa velha, começaram a dividir o mundo a seu belo prazer, ficando à sua parte com as campinas, com a inocência, com a lua, com as estrelas, com a paz do lar, com as mulheres bonitas, e deixando apenas aos da ideia nova os sapatos velhos, os talos de couve, um ou outro astro mais esquisito, uma constelação em mau uso, e enfim, para os contentar, uma mulher arruinada, de quando em quando. (...)”⁵⁰. Sendo assim, e publicadas as **Aparições**, onde repassam idealizados vultos femininos, designados por arcanjos, a pairar no silêncio da noite, Guilherme de Azevedo ia forjando, n’**A Alma Nova**, um novo credo para os tempos de iminente modernidade; Guilherme Braga embarcava nas melodias silentes de **Heras e Violetas**, João de Deus

consentia na publicação das suas celestiais *Flores do Campo* e Guerra Junqueiro tacteava no *Filho da Orgia* os acordes imperecíveis da bem próxima *Morte de D. João*; por seu turno, Ramalho Ortigão entretinha-se, nas *Farpas*, cujo êxito se adivinhava sem reveses, a vergastar a estagnação letal da sociedade alfacinha, enquanto Gomes Leal balbuciava as notas da sua lira inconfundível, revolucionária e lírica, a ser consagrada com estro divino nas *Claridades do Sul*; por fim, Manuel Duarte de Almeida deixava entrever nas *Elegias de um doido* a beleza rara de “Aromatografia”, Luciano Cordeiro dava os primeiros passos no horizonte crítico nacional, Teófilo Braga, afamado pela *Visão dos Tempos*, preparava a *História da Literatura Portuguesa* e o Eça de Queirós das *Prosas Bárbaras* ideava a figura donjuanesca de um grão-senhor turibulário da cultura – Fradique Mendes ⁵¹.

É neste contexto que *A Folha* irrompe – fundada por um João Penha adepto do amor à vida (secundado por um ligeiro desprezo relativo à filosofia) e sequaz do respeito pela forma clássica e mestria extrema do verso – e vai fazendo, de 1868 a 1873 (cinco séries), mais ou menos regularmente, a sua aparição na *Lusa Atenas*. Tradicional e erroneamente aparentada com *Le Parnasse Contemporain*, tornou-se lugar-comum não só designar esta geração por parnasiana, como também o ‘elenco’ dos seus colaboradores por segunda geração de Coimbra. Salvo algumas excepções, o que percorre integralmente este “macrocosmo literário” é a profunda veneração nutrida pelos líricos românticos, franceses na sua maioria (Hugo, Musset, Lamartine), e a indiferença total votada a Leconte de Lisle, bem como a outros cultores da “arte pela arte”. Logo no “Preâmbulo” do 1.º número, João Penha alardeia o seu eclectismo ao apoiar, sob o pretexto de que “o belo é sempre belo, revista que formas revestir”, as duas ‘escolas’ existentes em Portugal: “a dos metrificadores do ai, ou a de Lisboa; e a dos sacerdotes da ideia vaga, ou a de Coimbra.” ⁵² Por outras palavras, a poesia individual e social, o romantismo e o realismo, a Forma e a Ideia vêm desaguar serenamente n’*A Folha*, “d’olaia” para os primeiros e “do livro das coisas, onde revelem o verbo do absoluto” para os segundos ⁵³. E a tal ponto o poeta bracarense leva a peito a sua promessa de eclectismo, verdadeiro ‘ponto final’ da famigerada *Questão Coimbrã*, que dela não deixa de dar provas a toda a hora e momento, em qualquer página e linha. Assim, ao inserir dois fragmentos da tradução do *Fausto* de Goethe por Antero ⁵⁴, apressa-se de imediato a abrir as suas

colunas à tradução de Castilho ⁵⁵, publicando, desta feita, duas versões da cena de Margarida na Catedral. Numa abertura de ideias altamente louvável, presta-se homenagem a Castilho ⁵⁶, dá-se à estampa Teófilo ⁵⁷, admira-se João de Deus ⁵⁸, elogiam-se Eça e Ramalho ⁵⁹, acolhe-se D. Maria Amália Vaz⁶⁰, imprimem-se Gomes Leal ⁶¹, Guilherme de Azevedo ⁶² e até mesmo o “Santo Antero” dos Sonetos ⁶³. Não era, aliás, Antero de Quental um daqueles ‘Santos’ adorados noite e dia, em profunda devoção, pelo noctâmbulo redactor da **República das Letras**? Basta atentar, para o efeito, num extracto da ladainha “Aos meus Santos”: “(...) Santo Luís de Camões (...)/Filinto, cheio de graça, (...)/Santo Bocage Sadino, (...)/Garrett, um que Lysia chora, (...)/Santo António de Castilho, (...)/Santo João de Deus Ramos, (...)/Santo Antero de Quental, (...)” ⁶⁴.

Pouco importava, na verdade, a osmose de conservadorismo e ‘vanguardismo’ (com especial incidência no primeiro...) inerente ao periódico em pauta, desde que os seus colaboradores se empenhassem em preservar a língua pátria. Lusitano de corpo e alma, João Penha, a bem da língua portuguesa, não hesita em censurar a extrema permeabilidade dos homens de letras (e não só!), seus contemporâneos, à imagem exagerada de França e, consequentemente, à febre modal do francesismo: “(...) O que não pode tolerar-se é a substituição inútil ou grotesca de vocábulos nossos, excelentes, expressivos e claros, por outros franceses que lhes são, debaixo de todos os aspectos, inferiores. Em Lisboa, passeio é *trottoir*, como se fossem coisas diferentes; o clássico mostrador ou vidraça de amostras é *montra*; o portão de ferro ou grade é *grille*, o desenho a traços ou esboço *croquis*. Sua Majestade a Rainha a Sr.^a D. Amélia (lê-se a cada passo nos diários de Lisboa) esteve em tal parte a fazer *croquis*. Mais um pouco e transformariam a encantadora princesa em cozinheira francesa... a fazer croquetes. (...) Para este mal não encontro remédio, visto não serem permitidos, pelas nossas leis, os castigos corporais. Assim, a onda irá crescendo, tão alta que levará tudo de vencida, e tempos virão, não muito distantes, em que o infeliz que escrever com gramática e senso comum será apontado ao dedo como um mentecapto que faz rir. (...)” ⁶⁵.

Num raptó lúcido de visão, João Penha dá-se conta da utopia subjacente à “missão revolucionária da poesia”, não assimilável ou inteligível, reservada

apenas a uma elite intelectual ensimesmada na busca de um ideal abscondito. “João Penha não é grande lambão de ideais” – comentava, no seu **Cancioneiro Alegre** ⁶⁶, esse desventurado de S. Miguel de Seide que foi Camilo Castelo Branco. É que o ideal, para o jurisconsulto egrégio, não passava pela resolução de problemas sociais, de questões epistemológicas, de verdades axiológicas ou de abstracções metafísicas. O ideal, para o entendido em leis da comarca de Braga, cifrava-se numa percepção sui generis da vida: namorar o universo pelo seu lado patusco, e descrevê-lo, assim patuscado, no seu jeito indescritível.

Talvez seja pela sùmula de razões que temos vindo a exarar que, a acreditar-mos no testemunho de Cândido de Figueiredo, João Penha, de individualidade que era, logo se transformou em símbolo, “excêntrico como um ianque, grave como um espartano, independente como um bárbaro, escovado como um parisiense”, e em figura paradigmática da arte e carismática da boémia. De facto, sob o manto de alegria falaciosa, quase estonteante, que perpassa nos seus poemas, avulta a ironia acerba da desventura estóica, que nem se desnuda perante olhos profanos nem solicita compunções alheias. Este estoicismo surge, para além do mais, vasado em soneto de perfeita correcção, molde antigo moído pelos bocagianos, pontapeado pelos românticos e reevocado à vida pelo autor de **O canto do cisne**. Vítima desses lapsos não raro cometidos pela crítica literária, que se prontifica a generalizar e insiste na sua genérica e convencionalizada esquematização, tem-se rotulado de **parnasiana** a estética de João Penha, e apregoado, como apanágio da sua arte, certa ‘ausência’ da ideia em detrimento da forma. É, aliás, o próprio poeta que, na sequência de tal acusação dirigida aos poetas parnasianos, assevera, no “Prefácio” de **Viagem por terra ao país dos sonhos**, poder existir uma ideia amorfa, mas ser inconcebível a existência de uma forma sem ideia. Definindo **poesia** como a “revelação harmoniosa do pensamento humano” ⁶⁷ e nela reconhecendo a dicotomia ideia/forma, o advogado bracarense opina que todo e qualquer artista mais não tem do que procriar a obra de arte à sua imagem e semelhança. Se, numa etapa inicial, é suposto seleccionar a ideia entre os seus próprios pensamentos (e não entre os pensamentos dos outros...), salvaguardando, assim, os direitos da sua originalidade, numa fase segunda passará a dar-lhe forma exterior, adequada, se possível, aos objectivos delineados ⁶⁸, já que “não me parece razoável

que quando, por exemplo, o pensamento chora, o verso toque zabumba”⁶⁹. Hoc opus hic labor est – eis, nesta tortura de labor formal, o cerne da questão, abordada, mediante testemunho pessoal, em missiva com data de 18.IX.06 sobrescrita a Albino Forjaz de Sampaio: “(...) lanço-me à obra, como um bulldog se fila à orelha d’um toiro recalcitrante, e não a largo senão depois de lhe ter dado uma forma tolerável. Já se vê que essa primeira forma me não satisfaz, sendo às vezes necessário duas ou três operações sucessivas, para que, eu, severo, a julgue viável.”⁷⁰ Auto-retratando-se (como já tivemos ensejo de referir) em termos de artista quase desde a infância por temperamento e por educação⁷¹, João Penha não olvida as divergências que demarcam a sua ars das estéticas parnasiana e simbolista.

Assim é que, em artigo intitulado “Questão literária” e inserido em **Por Montes e Vales**, João Penha define a sua estética como sendo independente quer do parnasianismo quer do simbolismo, e, como é óbvio, insusceptível de se (con)fundir com esses dois – **ismos** em voga. “(...) É neste sentido que eu respeito estes estimáveis colegas da simbólica, sem contudo os seguir em coisa alguma, do mesmo modo que não sigo (...) os meus colegas do Parnaso. (...) A estética dos parnasianos resume-se em que toda a produção poética deve ser uma obra de arte. (...) A estética que sigo é realmente aquela, mas com modificações que, se me não engano, são minhas próprias, (...)”⁷². Com efeito, nem a impassibilidade nem a objectividade, dois dos dogmas tradicionais da escola parnasiana, se encontram presentes na poética do autor de **Tancredo**, esse “pagão”, como tão sagazmente lhe chamou Guilherme de Azevedo⁷³. Na perspectiva de Costa Pimpão, os contemporâneos confundiram o pudor da confidência, característico do pseudo-parnasianismo português, com a sacrossanta impassibilidade, atributo específico da estética genuinamente parnasiana⁷⁴. Quanto à objectividade ou ao descritivismo, João Penha testemunha ser este “mais próprio da prosa que do verso”, afirmando haver “poemas inteiros, de poetas de renome, em que não há uma única descrição”⁷⁵. Interessante será realçar, neste contexto, a importância atribuída pelo autor à identificação entre forma, ritmo e sonoridade musical. Considerando indissociáveis poesia e música, o poeta bracarense vislumbra apenas, entre as duas artes, uma diferença: na música, a melodia está no canto e a harmonia no acompanhamento musical; na poesia, a melodia está no pensamento e a harmonia no verso. Quanto ao ritmo,

compasso do verso, ele consiste em ondulações parciais, fixadas regularmente pela vibração de uma nota mais acentuada, a partir da qual se inicia um novo movimento vibratório ⁷⁶.

Nem parnasiano nem simbolista, João Penha também não se assumiu como um romântico propriamente dito, embora confesse que, nado em pleno romantismo ⁷⁷, todas as suas inclinações propenderam, durante algum tempo, para os escritores áureos de então, símbolos da sua infância, sombras de uma recordação ou saudade longínquas. Sempre pronto a descer à liça, de arma em riste, o autor das *Rimas* verbera o lirismo gratuito e extravasante dos românticos, a sua impudência confrangedora, o seu lesto confessionalismo e o seu intimismo chorão, vistos como 'atentados' à Arte. É o caso do soneto intitulado "No leque do poeta X": "Diz-me, ó vate, o que pedes/Sempre em gemidos, se cantas!/(...) Tu o mundo inteiro espantas,/Com as lamúrias que expedes/(...)" ⁷⁸. Nesta ordem de ideias, assistimos ao jocoso desfile de todos os estereótipos românticos relativos à mulher e ao amor, parodiados por um sujeito poético que, mau grado a paródia, não deixa de lhes render vassalagem. Beatriz do poeta abstruso, Eleonora das canções do Tasso, Natércia gentil do cantor lusitano, nunca a diva se viu tão ironicamente entronizada em frágil pedestal de lama: de corpo enlanguescido, pomos palpitantes e opulento cabelo metaforizado em mar undoso, ela tanto é a flor enamorada entre as boninas ou a Vénus escultural das águas surgida, como a megera Circe ou pérvida Messalina da raça dos Bórgias. Quanto aos romances desditosos, fingidos amores e lágrimas de crocodilo choradas pelos Romeus e Julietas (não das baladas antigas, mas dos tempos modernos...), eles são indubitavelmente preteridos pela charcutaria e vinicultura, símbolos da queda de ilusões, da vitória do real sobre o espiritual, da derrota do sonho inefável face ao prosaico comezinho.

É deste modo que a mulher, portuguesa ou espanhola, mas mais espanhola do que portuguesa, branca ou morena, grácil ou cruel, passa a ser uma das muitas realidades do seu cosmorama, em tudo semelhante ao divino néctar de Baco ou à "musa salsicheira", no dizer humorístico de Guilherme de Azevedo ⁷⁹. Mulher, paio ou presunto e vinho – seja ele a mais sórdida zurrapa ou o mais arrebatante Chianti, venha ele de Oporto ou de Chipre – são, para o fundador d'*A Folha*, bálsamos alienatórios de uma vil realidade, que,

tornados por instantes realidades virtuais, suportam um ideal de sonho impossível ou uma inimaginável estada no Eldorado da ventura.

De facto, podemos considerar João Penha um neoclássico, e, como afirmou Óscar Lopes, o último abencerragem português das musas arcádicas do século XVIII, em especial de Filinto Elísio ⁸⁰. A comprovar esta inserção periodológica vem o soneto “Sonho e Realidade”, forma fixa que revela magistralmente, mercê da antinomia inerente ao título, o leitmotiv obsidiante da sua obra: “Sou bacharel e de raça/Jurisconsulto distinto,/E, como vate, o Filinto/Na Arcádia meu nome traça.(...)” ⁸¹. De igual modo, o soneto “Ad agros” revela a leitura denodada (através de uma citação) que o esteta bracarense havia feito da monumental obra de Filinto Elísio (pseudónimo arcádico do Padre Francisco Manuel do Nascimento): “(...) Vou-me partir sem ti (como eu o sinto)/’Ao som da campesina cornamusa’,/Como dizia outr’ora o bom Filinto./” ⁸² E que dizer da nota (I) relativa aos sonetos “A conquista de Paris” e “Os Obuzes”? “(...) Filinto Elísio assistiu em Paris a todo o drama da Revolução Francesa, desde o juramento do Jogo de Bola, até à execução, na guilhotina, de Robespierre, o Incorruptível, e de Saint-Just, o carníفة estóico; assistiu a todos os episódios do Directório e do Consulado; presenciou toda a epopeia napoleónica, desde o 18 Brumário até à queda do Homem dos Destinos, e contudo, na sua vasta obra não se encontra a menor referência a qualquer dos acontecimentos, capitais ou secundários, dessa tragédia, que libertou para sempre a humanidade dos antigos e odiosos jugos que há dois mil anos a oprimiam. (...)” ⁸³. Nesta ordem de ideias, apontemos, desde já (embora de modo incipiente), algumas das ‘filintices’ susceptíveis de terem avigorado a inconfundível estética de João Penha. Em primeiro lugar, este membro do “Grupo da Ribeira das Naus”, seguia, na quietação da vida eclesiástica e longe da pátria amada Lísia, a preceptiva horaciana, vazada em extenso receituário clássico, o exemplo de Correia Garção e, de modo genérico, o formalismo arcádico, responsável pelo zelo purista do idioma e pelo desprezo desenfreado relativamente aos “francelhos”.

“(...) Nós prezamos tão pouco a nossa língua,
Que tão somente as outras aprendemos, (...)
e a ser-nos dado
Na Francesa escrevêramos, faláramos (...)” ⁸⁴.

"(...) Ouvi francelhos em Portugal e li os livros em que eles bastardeavam a língua portuguesa, enxertando pepinos de S. Gregório em melões de Benavente, (...)" ⁸⁵.

"(...) Que direi da nova moda que, ao que me dizem, vai grassando de falarem em francês os portugueses nas suas assembleias? (...) Esses, que tal francês gaguejam, falassem eles mouro ou tapuia, bem estou certo que o que eles dizem não merece ser escrito ou lembrado. (...)" ⁸⁶.

A par de uma cismadora melancolia patente nos trenos doridos que atravessam, por exemplo, a ode que, todos os anos, Filinto escreve para comemorar o seu aniversário natalício (ver, por exemplo, "Ode – Em 23 de Dezembro de 1760, dia dos meus anos") ⁸⁷, a palavra deste árcade (tão injustamente esquecido quanto o seu discípulo João Penha) é uma flecha ou dardo a infundir uma lição de vernaculismo, vergastando, por conseguinte, os francesismos desvirtuadores da língua-mãe.

"Quando é que eu hei-de ver esse Javardo
Gerigôto falar língua de gente?
Sempre Cafre nos crava à mão-tenente
Um mistifório de ingrimanço pardo. (...)" ⁸⁸.

Em segundo e último lugar, não raro perpassa nos sonetos do Padre Francisco Manuel do Nascimento, sobretudo no último terceto, um humor bem típico no que diz respeito ao desenlace, algo brusco ou inopinado, de uma situação em volteface:

"(...) Chega ao leito, as cortinas pronto aparta;
E B..., que saudoso está morrendo.
Se ergue em pé, rijo e são, com ler a Carta." ⁸⁹

A única diferença considerável entre os dois poetas, separados por um século de distância (é curioso assinalar que Filinto Elísio morre em 25 de Fevereiro de 1819 e João Penha morre em 3 de Fevereiro de 1919), reside no facto de o árcade exilado em Paris ter redigido sùmula considerável de notas autobiográficas, ao invés do poeta-jurisconsulto, avesso à confissão de provações, à confidência de desaires amorosos e ao desnudamento de lamúrias.

No entanto, e para não marginalizar por completo o biografismo, assinala-se que Gonçalves Crespo⁹⁰ testemunha a vivência, no “Vinho e Fel” das *Rimas*, de uma coita de amor, magoadamente vivida e avessamente transposta (daí o humor, o espírito, a graça, a ironia...) para o universo poético. Só que o seu tratamento derrisório, distanciando-se, a passos de gigante, de um nome ternamente pronunciado ou de um sentimento intensamente vivido, parece não ficar nada a dever a uma forma de encarar a vida, epicurista por excelência, obedecendo ao lema *carpe diem*. Certos versos do poema “Epicurismo” atestam admiravelmente a asserção anterior: “(...) Que o prazer está somente/No bom vinho e na mulher./(...)”⁹¹. Apregoando aos quatro ventos que “não há dor que resista a um vinho ardente,/Nem ao fácil amor de uma espanhola”⁹², João Penha vai criar uma escola moderna, baseada na estética da diferença, cuja originalidade advém não só da mágica transformação dos factos mais triviais da existência, mas também da sua respectiva inserção na irrealidade do texto poético. “Respeita-me a lira e a posse/Destes assuntos vulgares” – escreve o autor no soneto “A um Renegado”⁹³. Assim é que, folheando a sua obra, tropeçamos numa aparente proliferação bizarra não só de paços e presuntos, mas também de bifes, dores de cabeça e jumentos, em geral dependurados, a opulentar o verso, da chave de ouro dos seus sonetos: “Ninguém vive sem amor,/Neste mundo sub-lunar./Cada pomba tem seu par,/Cada zagala um pastor./(...) Até os próprios jumentos/Têm, como nós os poetas,/Burras dos seus pensamentos.”⁹⁴ Foi esta profusão de ‘ingredientes’ do quotidiano que levou Eça de Queirós a cometer a grave imprudência, perante um ‘novato’ como o era António Nobre, de se referir nos seguintes termos desdenhosos à magia do verbo do poeta de Braga: “(...) Falou-me do Penha como vais ver: *Nos meus tempos havia lá um rapaz Penha. E que é feito dele? Conheceu-o? Creio que está em Braga, burguês e rico...* (...) Falámos do seu livro. *Impossível: aquilo não era poesia, era o reclame do presunto de Lamego. Eu nem o li...Felizmente* – terminou ele. (...)”⁹⁵.

Não obstante o culto de profundo respeito sentido pelo inigualável legado queirosiano, tal asserção (a não ter sido deformada por Anto, poeta do *Só*, em carta a Alberto de Oliveira), não deixa de suscitar algumas considerações:

- 1 Eça de Queirós dá à estampa ***Os Maias*** em 1888, enquanto João Penha publica as ***Rimas*** em 1883 (de lembrar que a edição ne varietur data de 1906).
- 2 João Penha nunca glosou o presunto de Lamego, mas o presunto de Melgaço e o presunto do Alentejo, respectivamente nos poemas XXI e XXVIII de “Vinho e Fel”⁹⁶. De Lamego veio, não o presunto, mas o paio, que surge na ribalta do poema IV, inserido na mesma antologia⁹⁷.
- 3 Tão bem se ‘come’ em Eça (como, aliás, em Flaubert...), que a sua obra valeu um ***Dicionário Gastronómico***⁹⁸ – e poucos são os estetas que se podem gabar do facto!
- 4 Ora, não será Eça, pela via de Carlos da Maia, o encomiasta do paio e o panegirista das ervilhas como seu acompanhamento ideal? Atente-se, pois, no final de ***Os Maias***: “(...)E ambos retardaram o passo, descendo para a Rampa dos Santos, como se aquele fosse em verdade o caminho da vida, onde eles, certos de só encontrarem ao fim desilusão e poeira, não devessem jamais avançar com lentidão e desdém. De repente, Carlos teve um largo gesto de contrariedade: – Que ferro! E eu que vinha desde Paris com este apetite! Esqueci-me de mandar fazer hoje, para o jantar, um grande prato de paio com ervilhas. (...) Os dois amigos lançaram o passo, largamente. E Carlos (...)ia dizendo na aragem fina e fria que lhes cortava a face: – Que raiva ter esquecido o paiozinho! Enfim, acabou-se. (...)”⁹⁹.
- 5 Este “paiozinho”, que aparece no explicit da obra-prima de Eça, não constituirá eventual reminiscência daqueloutro que, subreptício, se introduz, em remate brusco, no último terceto, de teor irónico, travo amargo e ferina surpresa, dos sonetos de João Penha? E não residirá nesta intrusão a verdadeira originalidade e indubitável grandeza do causídico bracarense? Que o ouvinte-leitor se quede no poema “Desesperança”: “(...) Agora, como sombra, vivo e sou!/Nem este lábio sorrirá jamais,/Que tudo vejo escuro e à campa vou.// Só te peço que em paga de meus ais, /Em memória daquele que te amou,/Comas, quando eu morrer, um paio a mais.//”¹⁰⁰ Longe de se revelar antipoético,

o mencionado “paiozinho” ergue, altivo, o estandarte do romantismo da desilusão ou decepção, poetizando o desengano de uma vida de enganos, revisitados, com desprezo e irrisão, por um artista que ludibria as lágrimas através do riso.

- 6 – É nesta via crucial que Queirós e Penha confluem, advindo, quiçá, desta convergência a natural dissidência, a óbvia ruptura, o repúdio lógico...

O que Eça de Queirós não poderia, decerto, adivinhar é que o ilustre advogado do Campo da Vinha, o insigne poeta da Academia de Ciências de Lisboa, D. João ou Tenório para os íntimos, havia igualmente escrito poemas de amor, ainda hoje inéditos, assinalados, na sua letra desbotada, com a menção “Particular”. “Duplo madrigal”, não dado ao prelo, é um exemplo entre os demais: “Se olhos tivessem as rosas,/As obras-primas de Deus,/Em vão seriam formosas,/Sem uns olhos como os teus.” ¹⁰¹

Só quando lhe bateu à porta a “Coxa Decadência” é que este neo-horaciano deixou de sonhar para se quedar nos ***Ecos do Passado***: “(...) Contra a tristeza/Tenho as recordações, o verso e a mesa,/Tenho do amor a perfumada essência.” ¹⁰² Reagiu, então, contra a velhice, pedindo às artes, de sobremaneira à poesia, ajuda transitória: “Vou vendo como o tempo me transmuda/Em merencório choro o rir e o canto,/Mas hei-de reagir. Ao longe o pranto!/Para longe a velhice carrancuda!/ (...) Chamem-me assassino, ou pior, ladrão,/Mas não me chamem, pelo amor de Deus,/Decano, respeitável ancião./” ¹⁰³ Continuou a escrever sonetos, ocultando, sob a veia lúdica, a sua concepção trágica da existência, a sua percepção céptica do homem, a sua resignação face a um fatum inexorável. Até os títulos das suas últimas obras (apesar de as firmarem como derradeiras...) parecem querer reenviar, numa circularidade algo evidente (***Últimas Rimas, Ecos do Passado, O canto do cisne***...), ao ‘Verbo’ do ‘Princípio’. Depois, morreu, convicto de que, após esta, haveria outra existência, pois “todo o homem tem de viver tantas existências quantas sejam necessárias para que expie, pela dor, as falhas e pecados das existências anteriores.” ¹⁰⁴ Foi a enterrar, nessa terça-feira de tarde, chuvosa e triste, (4) de Fevereiro de 1919, longe porventura, tal como o cabrito cuja sorte lamentou ¹⁰⁵, “dos pátrios currais”.

Se mais razões não houvesse para que o poeta-advogado bracarense começasse a ser relido e revisitado, bastariam as que, de seguida, passamos a explicar:

- a quantidade e qualidade das obras publicadas, que contraditam indubitavelmente uma reputação conquistada com base apenas na sua figura carismática de boémio coimbrão;
- a independência do seu espírito, avesso a partidarismos estéticos e a sujeições quer a programas ou manifestos, quer a escolas ou movimentos;
- a perfeição formal do seu soneto, no qual se entrecruzam cómico e trágico, no qual sublime e prosaico não deixam de convergir em feliz harmonia;
- a originalidade da sua temática, que tanto rende preito a motivos convencionais, como parodia estereótipos gratuitos e clichés anquilosados.

Se Braga se esqueceu, no antigamente, do Dr. João Penha... ainda vai a tempo, no tempo de hoje, de homenagear um grande poeta e um artista nato...

Seguindo uma taxinomia altamente incipiente, quiçá carecendo de sólida fundamentação, poder-se-á classificar, numa etapa inicial, os artistas em três categorias: a primeira englobando os poetas (neste caso específico...) que, conhecedores desse mito que é a notoriedade, dela desfrutaram num pós-morte de glória; a segunda abarcando os vates que, tendo passado ignotos ao longo da vida, foram em termos definitivos exumados para a imortalidade; a terceira agrupando os bardos que, venerados recorrentemente durante o seu percurso vivencial, cedo foram olvidados e logo inseridos no 'arquivo morto', fonte inesgotável de volúpias reiteradas para bibliófilos inveterados. Prosseguindo nesta catalogação primária, e transitando para uma fase segunda, poetas há que consagraram a sua existência a coligir narcisicamente (memórias, jornais íntimos, confissões...), de modo intermitente ou linear, farrapos biográficos destinados a perdurar, como testemunho vivo e redivivo, nas gerações vindouras, convencionalmente designadas por posteridade; outros houve, em contrapartida, que de tal modo se empenharam em delir quaisquer résteas autobiográficas que a sua biografia sumária apenas se torna perceptível através da sua necrologia. É este, sem dúvida alguma, o caso do Dr. João Penha, que, muito lucidamente, escrevia a Albino Forjaz de Sampaio, com data de 18-V-1916, as seguintes

palavras: "raros são os escritores, cujas obras lhes sobrevivem, e raríssimos os que podem contar com uma posteridade, não de séculos, mas de alguns meses apenas. Trabalhamos, pois, não com intuits de ganhos, e muito menos de glorificações mas porque uma força estranha que em nós existe a isso nos impele imperiosamente. Produzimos como uma pereira dá pêras. Pergunte-se-lhe por que as dá: responderá: 'não sei'." E quando o poeta-jurisconsulto bracarense, a fim de se auto-referenciar, empregou a expressão "o meu obscuro nome", parece ter então adivinhado, como a actualidade deixa prever, e talvez o amanhã e o devir corroborem em pleno, o esquecimento a que seria sem tréguas votado. Tão clarividente que era o Dr. João Penha!



João Penha, c. 1905.



Braga – Praça da República (1916).



Braga – Avenida Central (1916).

Notas e referências bibliográficas

¹ Cf. artigo, sem título, de Cristóvão Aires in *Homenagem da Crónica ao insigne poeta João Penha*, Abril de 1902, N.º 63 e 64, p. 12. Actualizámos a ortografia.

² Cf. *Ecos do Minho*, Ano IX, N.º 1.081, de 4 de Fevereiro de 1919.

³ *Idem*.

⁴ Cf. *Comércio do Minho*, Ano 47.º, N.º 6768, de 6 de Fevereiro de 1919.

⁵ Cf. *Ecos do Minho*, N.º 1.802, de 5 de Fevereiro de 1919.

⁶ Cf. *Diário de Notícias*, Ano 53, N.º 19.115.

⁷ Cf. *A Opinião* (Número de 9 de Fevereiro de 1919).

⁸ Cf. *A Opinião* (Número de 16 de Fevereiro de 1919).

⁹ Cf. *Ecos do Minho*, N.º 1.801.

¹⁰ Cf. *Ecos do Minho*, N.º 1.802.

¹¹ Cf. *Comércio do Minho* (Número de 6 de Fevereiro de 1919).

¹² Por não existirem, na Biblioteca Pública de Braga, os números solicitados, não foi possível consultar *A Cidade, A Paz, O Liberal, Correo do Minho* e *Notícias do Norte* referentes à data supracitada. Por se encontrarem em mau estado e haverem sido, consequentemente, "retirados da leitura", não foi possível consultar, na Biblioteca Pública do Porto, o *Diário de Notícias, O Século, O Primeiro de Janeiro, o Jornal de Notícias* e *O Comércio do Porto* com a data anteriormente mencionada.

¹³ Vide, no Arquivo Distrital de Braga, a correspondência inédita entre Antero de Figueiredo e João Penha.

¹⁴ Cf. artigo de Cândido de Figueiredo intitulado "João Penha" e publicado in *A Crónica*, p. 4.

¹⁵ Carta inédita de Antero de Figueiredo a João Penha datada de 15 de Fevereiro de 1897 (Arquivo Distrital de Braga).

¹⁶ Carta inédita de Antero de Figueiredo a João Penha datada de 22 de Junho de 1897 (A.D.B.).

¹⁷ Carta inédita de Antero de Figueiredo a João Penha datada de 23 de Setembro de 1897 (A.D.B.).

¹⁸ Carta inédita de Antero de Figueiredo a João Penha datada de 22 de Julho de 1898 (A.D.B.).

¹⁹ Carta inédita de Antero de Figueiredo a João Penha datada de 26 de Outubro de 1898 (A.D.B.).

²⁰ Carta inédita de Antero de Figueiredo a João Penha datada de 21 de Junho de 1897 (A.D.B.).

²¹ Carta inédita de Joaquim de Araújo a João Penha datada de 31 de Janeiro de 1904 (A.D.B.).

²² Carta inédita de Joaquim de Araújo a João Penha (A.D.B.).

²³ Carta inédita de Antero de Figueiredo a João Penha datada de Fevereiro de 1897 (A.D.B.).

²⁴ Carta inédita de Teixeira de Queirós a João Penha (A.D.B.). A este respeito, não resistimos à tentação de citar na íntegra a "Nota IV" relativa à Segunda Parte, intitulada "Prosas-Escavações Literárias", de *O canto do cisne*. Paris-Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1923, pp. 183-184: "Talvez cause surpresa esta designação: Da Academia Real de Ciências, que se lê debaixo do meu obscuro nome, no frontispício deste livro, quando, no meu anterior: *Ecos do passado*, me designei simplesmente: Da Academia de Ciências, de Lisboa; e isto carece de explicação, visto não ter o país retrocedido ao regímen monárquico anterior. É que reflecti, que aquela designação, embora imperfeita, era melhor do que esta. Imperfeitas ambas, porque a nossa Academia não é unicamente de ciências; mas também e principalmente de letras; e a primeira melhor que a segunda, porque, tendo sido fundada por um rei, por D. José, o qualificativo de 'real' bem próprio lhe é; nem a república, que Deus guarde, suprimindo-o, lhe suprimiu aquela origem. A designação de 'Academia de Ciências de Lisboa', essa é que não deve subsistir, porque o não é unicamente daquela cidade, mas de todo o país: melhor seria: Academia Portuguesa, à semelhança do que se usa em todas as outras nações. É por estas razões que voltei à designação passada, e não só por elas, mas também porque o meu diploma vem ainda firmado por: 'D. Manuel, Rei de Portugal', o qual aí benigna e democraticamente me trata por tu, *pro more*."

²⁵ Cartão inédito de Camilo Castelo Branco datado de – S. Miguel de Seide – 1.05.83 (A.D.B.).

²⁶ Carta inédita de Júlio Dantas a João Penha (A.D.B.). O exemplar da *Viagem por terra ao país dos sonhos* (Porto, Livraria Chardron, 1898) oferecido por João Penha a Júlio Dantas tem a seguinte dedicatória: "A Júlio Dantas of. o autor."

²⁷ Carta inédita de Alberto Pimentel a João Penha datada de 25.7 (?).1914 (A.D.B.).

²⁸ Carta inédita de Antero de Figueiredo a João Penha datada de 7 de Novembro de 1897 (A.D.B.).

²⁹ Carta inédita de Joaquim de Araújo – "seu amigo e discípulo" – a João Penha, s/d (A.D.B.).

³⁰ Carta inédita de João Penha a Alberto de Madureira, s/d (A.D.B.).

³¹ Carta inédita de João Penha a Alberto de Madureira, s/d (A.D.B.).

³² Carta inédita de João Penha a Alberto de Madureira, s/d (A.D.B.).

³³ Cf. PENHA, João, "Século Dezanove" in *Últimas Rimas*. Porto, Edição da Renascença Portuguesa, 1919, p. 13.

³⁴ Cf. PENHA, João, "Sylvia" in *Por Montes e Vales*. Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1899, p. 76. Este conto ("forma simples", na terminologia de André Jolles – cf. *Formes simples*. Paris, Seuil, col. "Poétique", 1972 –, muito pouco cultivada por João Penha...) relata a paixão de um salgueiro pelo poeta e 'obedece', em rigor, aos seus princípios filosóficos: "(...) Nesses estudos não me guiei pelos princípios de qualquer das filosofias reconhecidas como oficiais, mas pelos de uma minha própria, princípios segundo os quais o que exactamente não existe é o Inconsciente: tudo tem consciência, inteligência e sensibilidade. (...) (p. 75 *op.cit.*). Ver também, a este propósito, um outro conto de João Penha intitulado "Colombina" e publicado nos *Ecos do Passado*. Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1914, p. 156: "(...) O que, porém, ainda não foi discutido e estudado é se entre um animal de espécie inferior e outro de espécie superior pode existir um

sentimento que, pela sua natureza especial, como a paixão do amor, não pode, à primeira vista, existir senão entre seres da mesma espécie. Poderá, por exemplo, uma gata ter por um homem um como que amor de mulher? Pode, porque eu mesmo fui assim amado por nada menos de três. (...)”.

³⁵ Cf. carta de João Penha a Albino Forjaz de Sampaio, datada de 18.IX.06 e publicada na obra *O canto do cisne*, p. XXI.

³⁶ Cf. “A Orgia” in *Por Montes e Vales*, pp. 167, 168 e 178.

³⁷ Vide “A Ordem” (da responsabilidade da Direcção) in *A Crónica*, p. 3.

³⁸ Vide artigo de Cândido de Figueiredo intitulado “João Penha” e publicado in *A Crónica*, p. 4.

³⁹ Vide artigo do Conde de Valenças intitulado “João Penha” e publicado in *A Crónica*, p. 5.

⁴⁰ Vide testemunho de Bernardino Machado, sem título, publicado in *A Crónica*, p. 8.

⁴¹ Vide artigo de Xavier de Carvalho intitulado “A boémia em João Penha” e publicado in *A Crónica*, p. 10. A respeito da boémia de João Penha, ver extracto de carta inédita (A.D.B.) endereçada por Gonçalves Crespo ao poeta e datada de 7.06.71: “(...) Quem viste no Porto? Tiveste aventuras? (...)”; ver, igualmente, passagem de uma missiva escrita a João Penha por Guerra Junqueiro, com data de 19 de Junho: “Meu João – Estou em Freixo d’Espada à Cinta! (...) Estou bebendo à sua saúde uma bela taça (...) Se o João aqui estivesse! Que belo vinho! que esplêndidos charutos! e que tipos! que tipos pantagruélicos! Falta a Espanhola...” (A.D.B.).

⁴² Vide poema de René Ghil intitulado “A Jean Penha” e publicado in *A Crónica*, p. 10.

⁴³ Vide testemunho de Antonio Padula, sem título, publicado in *A Crónica*, p. 13.

⁴⁴ Vide artigo de Zulmira de Mello intitulado “Sylvia” e publicado in *A Crónica*, p. 14.

⁴⁵ Vide o espólio de João Penha (poemas inéditos) no Arquivo Distrital de Braga.

⁴⁶ Vide, sobre este assunto, CASTRO, Sérgio, *Homens de Letras e Flores*. Lisboa, 1926. No tocante à vida do poeta em Coimbra, convém consultar PIMENTEL, Alberto, *Poetas do Minho – I. João Penha*. Braga, 1894. Para mais bibliografia, aconselha-se vivamente a leitura da *Antologia Poética de João Penha*. Braga, Biblioteca Pública de Braga/Universidade do Minho, 1990 (ver o excelente prefácio de Francisco Duarte Mangas e a extensa bibliografia – activa e passiva – levantada exaustivamente por Henrique Barreto Nunes).

⁴⁷ Carta inédita de Gonçalves Crespo a João Penha, s/d (A.D.B.).

⁴⁸ Cf. CRESPO, Gonçalves, “João Penha” (III) in *Nocturnos*. Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão, 1888, p. 94.

⁴⁹ Cf. PENHA, João, *Novas Rimas*. Coimbra, França-Amado Editor, 1905, “A Humanidade”, p. 221.

⁵⁰ Cf. AZEVEDO, Guilherme de, “Crónica Ocidental” in *O Ocidente* de 15 de Abril de 1878, p. 58.

⁵¹ Ver, a este propósito, LEAL, Gomes, *Claridades do Sul*. Lisboa, Empresa da História de Portugal Sociedade Editora, 2.ª edição revista e aumentada, 1901; *Obras de Guerra Junqueiro (Poesia)*. Porto, Lello & Irmão, sem data; ALMEIDA, Manuel Duarte de, *Terra*

e *Azul*. Porto, Imprensa Moderna, 1933; AZEVEDO, Guilherme de, *A Alma Nova*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923; BRAGA, Guilherme, *Heras e Violetas. Poesias*. Porto, Tipografia da Livraria Nacional, 1869; CORDEIRO, Luciano, *Livro de Crítica. Arte e Literatura Portuguesa de Hoje, 1868-1869*. Porto, Tipografia Lusitana, 1869.

⁵² Cf. *A Folha*, N.º 1, "Preâmbulo", p. 1.

⁵³ *Idem*, p. 2.

⁵⁴ Cf. *A Folha*, III, 3, 71, p. 18.

⁵⁵ Cf. *A Folha*, III, 11, 71, pp. 82-83.

⁵⁶ Cf. *A Folha*, I, 9, 68.

⁵⁷ Cf. *A Folha*, I, 4, "O cego", p. 28.

⁵⁸ Cf. *A Folha*, I, 7, 8 e 9.

⁵⁹ Cf. *A Folha*, III, 71, "O Mistério da estrada de Sintra", p. 87.

⁶⁰ Cf. *A Folha*, IV, 2, "Diário de Estela", p. 10.

⁶¹ Cf. *A Folha*, III, 7, 71, "HeliiHelii!", pp. 51-52.

⁶² Cf. *A Folha*, III, 9, 71, "A Pomba e a Sombra", p. 71.

⁶³ Cf. *A Folha*, III, 3, 70, "Tese e Antítese", p. 18.

⁶⁴ Cf. PENHA, João, *Últimas Rimas*, "Ladainha – Aos meus Santos", pp. 15-16.

⁶⁵ Cf. *Viagem por terra ao país dos sonhos*, nota 1 relativa ao poema "O último boémio", pp. 231, 232 e 233.

⁶⁶ Cf. *Obras Completas de Camilo Castelo Branco*. Porto, Lello & Irmão – Editores, 1989, Volume X, *Cancioneiro Alegre de poetas portugueses e brasileiros*, "João Penha", p. 1263. Ver, na mesma página, o seguinte comentário camiliano a respeito do poeta bracaraense: "(...) De modo que deu ao soneto um *cachet* nacional, que ele nunca tivera desde a languidez petrarquista de Camões até ao rufo do zabumba e caixa dos sonetos bocagianos. (...)".

⁶⁷ Cf. "Prefácio" de João Penha à *Viagem por terra ao país dos sonhos*, *op. cit.*, p. 11.

⁶⁸ Cf. "Questão Literária" in *Por Montes e Vales*, p. 104.

⁶⁹ *Ibidem*.

⁷⁰ Carta de João Penha a Albino Forjaz de Sampaio publicada in *O canto do cisne*, p. XXII.

⁷¹ *Idem*, p. XXI.

⁷² Cf. "Questão literária" in *Por Montes e Vales*, pp. 103-104.

⁷³ Cf. AZEVEDO, Guilherme de, "Crónica Ocidental" in *O Ocidente* de 1 de Dezembro de 1878, p. 178: "(...) o perfil biográfico de João Penha, o poeta pagão de *Vinho e Fel* (...)".

⁷⁴ Cf. PIMPÃO, Álvaro Júlio da Costa, *Algumas notas sobre a estética de João Penha*. Coimbra, Faculdade de Letras, 1939, p. 18 e seguintes.

⁷⁵ Cf., in *Por Montes e Vales*, nota 1 relativa ao capítulo "Os Nefelibatas", pp. 221-222.

⁷⁶ Cf. "Prefácio" de João Penha à *Viagem por terra ao país dos sonhos*, pp. 25 e 27.

⁷⁷ Carta de João Penha a Albino Forjaz de Sampaio publicada in *O canto do cisne*, p. XXIII: "(...) Nascido em pleno romantismo, todas as minhas inclinações eram, até ainda bem pouco tempo, para os escritores dessa época luminosa: o Hugo, o Alfred de Musset, Balzac, Dumas pai, Th. Gautier, Flaubert, etc., e ainda hoje os leio, como uma recordação da infância, como uma saudade. (...)".

⁷⁸ Cf. "No leque do poeta X" in "Árias Modernas", Quarta Parte da *Viagem por terra ao país dos sonhos*, p. 185.

⁷⁹ Vide, in *Obras Completas de Camilo Castelo Branco, Cancioneiro Alegre de poetas portugueses e brasileiros*, o soneto "Um bote" (de Guilherme de Azevedo) dedicado a João Penha, p. 1041: "(...) Que não te acusarei, João, de apostasia/Tu és sempre o cantor que pôs salsicharia,/Mas que um momento esquece a musa salsicheira!/"

⁸⁰ Cf. LOPES, Óscar, *Álbum de Família. Ensaio sobre autores portugueses do século XIX*. Lisboa, Editorial Caminho, S.A.R.L., col. "Universitária", Abril de 1984, "Oliveira Martins e as contradições da Geração de 70", p. 123.

⁸¹ Cf. "Sonho e Realidade" in "A Musa que ri", Primeira Parte de *Viagem por terra ao país dos sonhos*, p. 88.

⁸² Cf. "Ad agros", XII, in *O canto do cisne*, p. 86.

⁸³ Cf. Nota I, "A Conquista, os Obuzes", in *O canto do cisne*, p. 177.

⁸⁴ Cf. *Obras Completas de Filinto Elísio*. Paris (na oficina de A. Bobée), 1817, Tomo I, p. 36.

⁸⁵ Cf. *Filinto Elísio. Poesias* (selecção, prefácio e notas de José Pereira Tavares). Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1941, p. XXVII.

⁸⁶ *Idem*, pp. XXVIII-XXIX.

⁸⁷ Cf., in *Obras Completas de Filinto Elísio*, Tomo I, p. 297 e seguintes.

⁸⁸ *Idem*, p. 425.

⁸⁹ *Idem*, p. 313.

⁹⁰ Vide, in *Nocturnos*, o primeiro terceto do soneto dedicado a João Penha, p. 95: "(...) No Vinho e Feltraçaste o escuro drama/Em que soluça e ri, na extensa gama,/Teu desgrehado amor, doido e fatal.../ (...)".

⁹¹ Cf. "Epicurismo" in "A Musa que ri", Primeira Parte de *Viagem por terra ao país dos sonhos*, p. 49.

⁹² Cf. PENHA, João, *Rimas*. Braga, Cruz & C.ª Editores, 1906, Edição *ne varietur*, "Vinho e Fel", XIV, p. 34.

⁹³ Cf. *Rimas*, "Lira de Pangloss", I – "A um renegado", p. 148.

⁹⁴ Cf. "O eterno feminino", X, in *O canto do cisne*, p. 84.

⁹⁵ Vide carta endereçada, de Paris, por António Nobre a Alberto de Oliveira, datada de 25.11.1890 e inserida na *Correspondência* (de António Nobre). Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, col. "Biblioteca de Autores Portugueses", Junho de 1982, p. 129.

⁹⁶ Cf. *Rimas*, "Vinho e Fel", sonetos XXI e XXVIII, pp. 48 e 62.

⁹⁷ Cf. *Rimas*, "Vinho e Fel", soneto IV, p. 14.

⁹⁸ Vide ALVES, Dário Moreira de Castro, *Era Tormes e amanhecia. Dicionário gastronómico cultural de Eça de Queirós*. Lisboa, Edição "Livros do Brasil", 1992, 2 Volumes.

⁹⁹ Cf. QUEIRÓS, Eça de, *Os Maias. Episódios da vida romântica*. Porto, Livraria Lello, Limitada – editora (Proprietária da Livraria Chardron), 1935, Volume II, pp. 485-486.

¹⁰⁰ Cf. "Desesperança" in *Viagem por terra ao país dos sonhos*, pp. 51-52.

¹⁰¹ Consultar o espólio do poeta no Arquivo Distrital de Braga.

¹⁰² Cf. "Impenitente" in *Ecos do Passado*, p. 147. Ver, na mesma antologia, a quadra "A Vida", p. 77: "Neste triste vale escuro,/Tudo é sonhar e mais nada:/Na mocidade o futuro:/ Depois, a vida passada.//".

¹⁰³ Cf. "Árceo!", XIII, in *O canto do cisne*, p. 87.

¹⁰⁴ Vide, in *Ecos do Passado*, "Colombina", p. 156.

¹⁰⁵ Cf. "O cabrito" in *O canto do cisne*, p. 71.



FORUM

DOCUMENTAÇÃO & VÁRIA





A revolta da "Maria da Fonte"

Subsídios para uma bibliografia

Biblioteca Pública de Braga

Correspondendo a uma solicitação da Comissão Organizadora do "Congresso Maria da Fonte: 150 anos", a Biblioteca Pública de Braga (BPB) preparou uma exposição bibliográfica subordinada ao mesmo tema, que foi apresentada na Casa da Botica (Póvoa de Lanhoso) entre 6 e 30 de Abril de 1996, integrada no programa daquele Congresso.

Recorrendo às bibliografias e outras fontes de informação conhecidas, foi possível seleccionar um conjunto significativo de referências que nos permitiu expôr as obras mais importantes sobre a "Maria da Fonte" e outros episódios ocorridos em 1846 relacionados com a revolta popular.

Não possui a BPB, infelizmente, os jornais antigos que relataram os acontecimentos nem um ou outro título que poderia ter ampliado aquela exposição, mas cuja referência poderá ser encontrada nas bibliografias referidas, conforme referimos na nota de apresentação que abria o catálogo que a acompanhou.

Ao contrário do que estava combinado com a Comissão Organizadora do evento, o Catálogo da Exposição Bibliográfica oportunamente elaborado e

distribuído a todos os participantes do Congresso e visitantes da Casa da Botica e posteriormente do Átrio do Salão Medieval, onde a Biblioteca apresentou a exposição, não foi incluído no volume das respectivas actas, aliás publicado com apreciável rapidez, menos de um ano depois da sua realização.

Não podia porém a BPB desperdiçar o trabalho realizado pelos seus técnicos Eduardo Pires de Oliveira (pesquisa e selecção bibliográfica) e Maria Teresa G. Braga da Cruz (referência bibliográfica), sob coordenação de Henrique Barreto Nunes, conhecedores que somos da importância de que se revestem as bibliografias temáticas.

Por essa razão resolvemos publicar esse catálogo na revista "Forum", enriquecendo-o com referências a títulos posteriormente descobertos e a bibliografia entretanto publicada, nomeadamente as comunicações apresentadas no referido congresso.

Resta-nos a alegria de, fazendo mais uma vez jus à nossa qualidade de biblioteca de dimensão regional, termos podido colaborar com uma louvável iniciativa cultural de uma autarquia minhota e, ao mesmo tempo, darmos a conhecer mais uma parcela do valioso e insubstituível património bibliográfico da Biblioteca Pública de Braga.

Henrique Barreto Nunes

Monografias e estudos diversos

ALVIM, Maria Helena Vilas Boas e

Achegas para a história da Maria da Fonte. "O Tripeiro", Porto, 7.ª série, 15 (9), Set. 1996, p. 277-282, il.

ALVIM, Maria Helena Vilas Boas e

Discursos sobre a educação da mulher no Portugal de Oitocentos in: CONGRESSO DA MARIA DA FONTE, 150 ANOS, Póvoa de Lanhoso, 1996, *História da Coragem Feita com Coração: Actas*. Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal, 1996, p. 245-248.

Apontamentos para a historia da epocha. Guimarães, Typographia Bracharensense, 1847.

BARREIROS, Eduardo Montufar

Os papeis de meu pae: II vol. – A correspondência. Lisboa, M. Gomes, 1904.

BASTOS, Paixão

Maria Luiza Balaio ou Maria da Fonte. Lisboa, Tip. Moderna, 1945. Edição facsimilada: Póvoa de Lanhoso, 1996.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima

Seis estudos sobre o liberalismo português. Lisboa, Estampa, 1991 (Imprensa Universitária, 89).

BONIFÁCIO, Maria de Fátima

História da guerra civil da Patuleia. Lisboa, Estampa, 1993.

BRANDÃO, Maria de Fátima da Silva

Maria da Fonte: uma história ainda por contar in: CONGRESSO DA MARIA DA FONTE, 150 ANOS, Póvoa de Lanhoso, 1996, *História da Coragem Feita com Coração: Actas*. Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal, 1996, p. 33-49.

CABRAL, Alexandre

A lenda de "Camilo Guerrilheiro". "Boletim da Casa de Camilo", V.N. Famalicão, 3.ª série, 2, 1983, p. 7-39.

CABRAL, João de Pina; FEIJÓ, Rui G.

Um conflito de atitudes perante a morte: a questão dos cemitérios no Portugal contemporâneo in "A morte no Portugal contemporâneo". Lisboa, Querco, 1985.

CABRAL, José Bernardo da Silva

Habitantes da Província do Minho. Porto, Ty. de Gandra & Filhos, 1846. (Proclamação apelando aos habitantes do Minho para não participarem na revolta).

CABRAL, Manuel Vilaverde

O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX. 2ª ed. rev. e acresc. Lisboa, A Regra do Jogo, 1977.

CALAZANS, Fernando

A Maria da Fonte como inspiradora musical: algumas facetas in: CONGRESSO DA MARIA DA FONTE, 150 ANOS, Póvoa de Lanhoso, 1996, *História da Coragem Feita com Coração: Actas*. Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal, 1996, p. 97-110.

CALDAS, José

História de um fogo-morto: 1258-1848 . Vianna do Castello. Porto, Livraria Chardron, 1903.

CAPELA, José Viriato; BORRALHEIRO, Rogério

A "Maria da Fonte" na Póvoa de Lanhoso: novos elementos para a sua história. Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal, 1996.

CAPELA, José Viriato

A Revolução da Maria da Fonte e a aplicação das leis da saúde no arcebispado de Braga "Theologia", Braga, 33 (2) 1998, p. 537-567.

CAPELA, José Viriato; BORRALHEIRO, Rogério

A Revolução do Minho de 1846 e as reformas da administração in: CONGRESSO DA MARIA DA FONTE, 150 ANOS, Póvoa de Lanhoso, 1996, *História da Coragem Feita com Coração: Actas*. Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal, 1996, p. 169-184.

CAPELA, José Viriato

A Revolução do Minho de 1846: Os difíceis anos de implantação do liberalismo. Braga, Governo Civil de Braga, 1997.

Carta II de Maria da Fonte aos senhores ministros de 19 de Julho. Lisboa, Imprensa Nevesiana, 1846.

CARVALHO, Joaquim de

Da restauração da Carta Constitucional à "Regeneração". in PERES, Damião (Dir.) "História de Portugal", vol. 7, Barcelos, Portucalense Editora, 1935.

CARVALHO, Jorge Brandão de

Braga e a revolta da Maria da Fonte. "Diário do Minho", Braga, 22 Abr. 1996, p. 2.

CARVALHO, Jorge Brandão de

A Maria da Fonte nas "Memórias de Braga" do Dr. Chasco in: CONGRESSO DA MARIA DA FONTE, 150 ANOS, Póvoa de Lanhoso, 1996, *História da Coragem Feita com Coração: Actas*. Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal, 1996, p. 111-130.

CASIMIRO, Padre

v.

VIEIRA, Casimiro José

CASTELO BRANCO, Alípio Freire de Figueiredo Abreu

Repertório ou índice geral alfabético e remissivo de toda a legislação portuguesa publicada desde Julho de 1840 até Dezembro de 1848. Lisboa, Imprensa Nacional, 1848.

CASTELO BRANCO, Camilo

Maria da Fonte: a propósito dos "Apontamentos para a história da revolução do Minho em 1846". Porto, Liv. Civilização, 1885.

CASTELO BRANCO, Camilo

Maria da Fonte. Lisboa, Ulmeiro, 1986.
Prefácio de Hélia Correia.

CASTELO BRANCO, Camilo

Memórias do Carcere. Porto, Casa de Viuva Moré, 1862. 2 vol.

CASTRO, Francisco Cirne de

A Patuleia no Alto Minho: alguns pormenores da sua história. Viana do Castelo, Junta Distrital, 1964.

COELHO, José Abílio

Algumas notas sobre a revolução das mulheres de Fontarcada in: CONGRESSO DA MARIA DA FONTE, 150 ANOS, Póvoa de Lanhoso, 1996, *História da Coragem Feita com Coração: Actas*. Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal, 1996, p. 263-269.

COELHO, José Abílio

Maria da Fonte: 150 anos da revolta. "Tribuna de Lanhoso", Póvoa de Lanhoso, 55, Fev. 1995 a 77, 6 Jan. 1996.

Série de artigos em publicação quinzenal.

Combate que tiveram as mulheres da freguesia de S. Torquato, contra as autoridades. Lisboa, Typ. de Viuva Rebello e Filhos, 1846.

CONGRESSO DA MARIA DA FONTE, 150 ANOS, Póvoa de Lanhoso, 1996
História da Coragem Feita com Coração: Actas. Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal, 1996, 333 p.

COSTA, João E. Barreto Caldas da

Inácio Lopes Barreto: na Guerra Peninsular, no governo de Lindoso, em Ponte de Lima. "Arquivo de Ponte de Lima", Ponte de Lima, 6, 1985, p. 155-171.

COSTA, Luís

Para a história de Braga. Braga, APPACDM, 1995.

COUTINHO, Azevedo

História da Revolução da Maria da Fonte. "Maria da Fonte", 2.ª ed. Póvoa de Lanhoso, Ave Rara, 1997.

CRUZ, Maria Antonieta

Direito de voto no tempo da Maria da Fonte in: CONGRESSO DA MARIA DA

FONTE, 150 ANOS, Póvoa de Lanhoso, 1996, *História da Coragem Feita com Coração: Actas*. Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal, 1996, p. 249-262.

DANTAS, Luís Augusto Sousa Pereira

A administração cabralista e a revolta da Maria da Fonte in: CONGRESSO DA MARIA DA FONTE, 150 ANOS, Póvoa de Lanhoso, 1996, *História da Coragem Feita com Coração: Actas*. Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal, 1996, p. 219-227.

DOCUMENTOS

Documentos históricos relativos aos ultimos acontecimentos politicos de Portugal que não veem mencionados no livro azul. Lisboa, Typographia de Borges, 1848

DÓRIA, A. Álvaro

Maria da Fonte. In SERRÃO, Joel (Dir.) "Dicionário de História de Portugal", vol. 4, Porto, Livraria Figueirinhas, 1984.

DÓRIA, A. Álvaro

Movimentos políticos do Porto no século XIX. Porto, Câmara Municipal, 1957.

DÓRIA, A. Álvaro

Padre Casimiro. in SERRÃO, Joel (Dir) "Dicionário de História de Portugal", vol 1, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, p. 519.

FEIJÓ, Rui G.

Mobilização rural e urbana na "Maria da Fonte" in "O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX", vol. 2, Lisboa, Sá da Costa, 1982, p. 183-193.

FEIJÓ, Rui G.

Vieira, Pe. Casimiro José in "PEREIRA, José Costa (Coord.) "Dicionário enciclopédico da história de Portugal", vol. 2, Lisboa, Alfa, 1990, p. 330.

FERNANDES, Maria Fernanda Barros

A revolta da Maria da Fonte e algumas fontes para o seu estudo. "Gil Vicente", Guimarães, 30, Jan.-Dez. 1995, p. 149-154.

FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo

Formas de mobilização popular no liberalismo: o "cisma dos monacos" e a questão dos enterros nas igrejas in "O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX", vol. 2, Lisboa, Sá da Costa, 1982, p. 161-168.

FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo

A luta contra os cemitérios públicos no século XIX. "Ler História", Lisboa, 30, 1996, p. 19-35.

FREITAS, Paulo Alexandre Ribeiro

Maria da Fonte: a heroína e o mito... Póvoa de Lanhoso, Associação Cultural da Juventude Povense, 1991.

FREITAS, Paulo Alexandre Ribeiro

Maria da Fonte: a heroína e o mito. O movimento e a revolução in: CONGRESSO DA MARIA DA FONTE, 150 ANOS, Póvoa de Lanhoso, 1996, *História da Coragem Feita com Coração: Actas.* Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal, 1996, p. 131-139.

GAVIÃO, Manuel Lobo da Mesquita

Collecção de Documentos Eneditos para a historia da Guerra Civil em Portugal no anno de 1847. Porto, Typographia do Nacional, 1849.

GAVIÃO, Manuel Lobo da Mesquita

Exame historico e critico da sessão parlamentar no anno de 1846. Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1846.

GERALDES, Alice

Maria da Fonte: uma abordagem antropológica in: CONGRESSO DA MARIA DA FONTE, 150 ANOS, Póvoa de Lanhoso, 1996, *História da Coragem Feita com Coração: Actas.* Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal, 1996, p. 231-243.

GIEDROYC, Romuald

Résumé de l'histoire du Portugal au XIXe siècle. Paris, Librairie d' Amyot, 1875.

GOMES, João Augusto

A revolução da Maria da Fonte. Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1889.

JUSTINO, David

Conjuntura económica e "Maria da Fonte": algumas notas. "Bracara Augusta", Braga, 35 (79) 1981, p. 467-474. Sep.

MACEDO, António Teixeira de

Traços de história contemporânea 1846-1847. 2.^a ed. Lisboa, Rolim, 1984

MAGALHÃES, Justino Pereira de

A instabilidade da política educacional em Portugal no séc. XIX. O caso da Póvoa de Lanhoso in: CONGRESSO DA MARIA DA FONTE, 150 ANOS, Póvoa de Lanhoso, 1996, *História da Coragem Feita com Coração: Actas.* Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal, 1996, p. 91-95.

Maria da Fonte ou a sua correspondencia politica, dedicada a todos os Portuguezes, e Portuguezas liberaes d'aquem e alem mar do nosso bom e velho Portugal. Lisboa, Imprensa Nevesiana, 1846.

MARQUES, A. H. de Oliveira

História de Portugal: desde os tempos mais antigos até ao governo do sr. Pinheiro de Azevedo. vol. 2, 5.^a ed. Lisboa, Palas, 1978.

MARQUES, Fernando Pereira

Maria da Fonte, in PEREIRA, José Costa (Coord.) "Dicionário enciclopédico da história de Portugal", vol. 1, Lisboa, Alfa, 1990, p. 436-437.

MARTINS, Guilherme de Oliveira

Maria da Fonte: símbolo e pretexto in: CONGRESSO DA MARIA DA FONTE, 150 ANOS, Póvoa de Lanhoso, 1996, *História da Coragem Feita com Coração: Actas.* Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal, 1996, p. 87-89.

MARTINS, Oliveira

Portugal contemporâneo. 9.^a ed. Lisboa, Guimarães Editores, 1986.

MENDES, Fernando

História contemporânea de Portugal de 1815 a 1912. Lisboa, João Romano Torres & C.^a, 19 ?

MONTEIRO, Nuno Gonçalo

Conflitos e mobilizações na sociedade rural in REIS, António (Dir.) "Portugal contemporâneo", vol. I. Lisboa, Alfa, 1990, p. 235-242.

MOREIRA, Manuel António Fernandes

Do cisma clerical à Patuleia em Viana. "Cadernos Vianenses", Viana do Castelo, 24, 1998, p. 43-56.

NEIVA, Manuel Albino Penteado

Repercussões da revolta da Maria da Fonte em terras de Esposende – 1846/1846 in: CONGRESSO DA MARIA DA FONTE, 150 ANOS, Póvoa de Lanhoso, 1996, *História da Coragem Feita com Coração: Actas*, Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal, 1996, p. 69-77.

NETO, Maria Margarida Sobral da Silva

Motins populares na Gândara em 1778 in: CONGRESSO DA MARIA DA FONTE, 150 ANOS, Póvoa de Lanhoso, 1996, *História da Coragem Feita com Coração: Actas*. Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal, 1996, p. 185-193.

A Nova Heroína Maria da Fonte natural do Minho; Quadras ao Costa Cabral. Lisboa, Typ. de Viuva Rebello e Filhos, 1846.

OLIVEIRA, Américo Lopes de; VIANA, Mário Gonçalves

Dicionário mundial de mulheres notáveis. Porto, Lello & Irmão, 1967.

OLIVEIRA, Aurélio de

Maria da Fonte no contexto das revoltas e motins populares em Portugal in: CONGRESSO DA MARIA DA FONTE, 150 ANOS, Póvoa de Lanhoso, 1996, *História da Coragem Feita com Coração: Actas*, Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal, 1996, p. 49-57.

OLIVEIRA, Luísa Tiago de

A Maria da Fonte e a Patuleia: alguns problemas. "Ler História", Lisboa, 16, 1989, p. 159-174.

PEREIRA, Miriam Halpern

Livre-câmbio e desenvolvimento económico: Portugal na segunda metade do século XIX. 2.ª ed. Lisboa, Sá da Costa, 1983.

PEREIRA, Miriam Halpern

A Maria da Fonte: entre o saber e a dúvida in: CONGRESSO DA MARIA DA FONTE, 150 ANOS, Póvoa de Lanhoso, 1996, *História da Coragem Feita com Coração: Actas*. Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal, 1996, p. 23-30.

PILOTO, Adelina

Maria da Fonte: a sedição popular em temas de marinheiros, poetas e rendilheiras. Vila do Conde, 1998.

PINTO, Manuel – *A Igreja e a insurreição popular do Minho de 1846: a acção do P. Casimiro Vieira*. "Estudos Contemporâneos", Porto, 0, 1979, p. 83-134.

PORTUGAL. Junta Provisória do Governo Supremo do Reino
Manifesto. Porto, Typ. de Faria Guimarães, 1846.

PORTUGAL. Junta Provisória do Governo Supremo do Reino
Ordem Geral. Braga/Porto, 1846-1847.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

(Carta régia que atribui poderes extraordinários a José Bernardo da Silva Cabral para combater a rebelião do Minho). "Diário do Governo", Lisboa, 93, 22 Abr. 1846, p. 77.

PORTUGAL, Rainha, 1834-1853 (Maria II)

Portugueses. Lisboa, Imprensa Nacional; Porto, Typ de Gandra e Filhos, 1846.

Proclamação que anuncia a abolição das Leis de Saúde Pública e da Reforma do Sistema Tributario.

Le Portugal avant et après 1846: notes pour servir à l'histoire contemporaine de ce pays. Paris, Jules Renouard et C.ie, Librairies-Éditeurs, (1847).

RIBEIRO, António dos Reis

O Padre Casimiro e Camilo. Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1936.

RIBEIRO, Aquilino

O romance de Camilo. vol. 1. Lisboa, Bertrand, 1961.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares

A nova ordem liberal (1834-1851): reformas, dificuldades e sobressaltos político-militares in MEDINA, João (Dir.) "História de Portugal: dos tempos pré-históricos aos nossos dias". Amadora, Ediclube, 1994, p. 229-235.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares

A insurreição académica e revolta popular in: CONGRESSO DA MARIA DA FONTE, 150 ANOS, Póvoa de Lanhoso, 1996, *História da Coragem Feita com Coração: Actas*. Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal, 1996, p. 57-67.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares

Portugal e a Revolução de 1848. Coimbra, Livraria Minerva, 1990.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares

A restauração da Carta Constitucional: cabralismo e anticabralismo in MATOSO, José (Dir.) "História de Portugal: 5.º vol. – O Liberalismo (1807-1890)". Lisboa, Estampa, 1993, p. 107-119.

RIEGELHAUPT, Joyce

Camponeses e estado liberal: a revolta da Maria da Fonte. "Estudos Contemporâneos", Porto, 2/3, 1981, p. 129-139.

ROBY, João de Faria Machado Pinto

Exposição analytica do Pronunciamento do dia 17 de Maio em Braga ... Porto, Typographia Commercial, 1846; 2.ª ed. Lisboa, Antígona, 1983. (Prefácio de José de Sepúlveda Macedo).

SÁ, Victor de

A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852). 4.ª ed. Lisboa, Livros Horizonte, 1978.

SÁ, Victor de

Época contemporânea portuguesa: I – Onde o Portugal velho acaba. Lisboa, Horizonte, 1981.

SANCHES, Julio Gomes da Silva

Algumas inexactidões do additamento à curtissima exposição d'alguns factos. Lisboa, Typografia da Revolução de Setembro, 1847.

SANTOS, Manuel Magalhães dos

A vivência religiosa na terra da Maria da Fonte in: CONGRESSO DA MARIA DA FONTE, 150 ANOS, Póvoa de Lanhoso, 1996, *História da Coragem Feita com Coração: Actas*. Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal, 1996, p. 271-292.

SARAIVA, José Hermano

Setembrismo e cabralismo in SARAIVA, José Hermano (Dir.) "História de Portugal". vol. 6. Lisboa, Alfa, 1986, p. 441-459.

SARMENTO, Alberto Artur

Ecos da "Maria da Fonte" na Madeira. Funchal, Tipografia do Diário de Notícias, 1932.

SARMENTO, Inacio Pizarro de M.

Memorandum de Chaves relativo aos acontecimentos do mez de Maio de 1846. Porto, Typographia Commercial, 1846.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo

História de Portugal: vol. VIII – Do Mindelo à Regeneração (1832-1851). Lisboa, Verbo, 1986.

SILVA, Armando B. Malheiro da

Miguelismo: ideologia e mito. Coimbra, Liv. Minerva, 1993.

SILVA, Armando B. Malheiro da; ARAÚJO, Alberto Filipe

Miguelismo e Maria da Fonte. Notas para uma leitura mitanalítica in: CONGRESSO DA MARIA DA FONTE, 150 ANOS, Póvoa de Lanhoso, 1996, *História da Coragem Feita com Coração: Actas*, Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal, 1996, p. 195-217.

SILVA, Célia Maria Taborda da

As movimentações populares de 1846 em Viana e seu distrito. "Cadernos Vianenses", Viana do Castelo, 24, 1998, p. 81-95.

SILVA, Célia Maria Taborda da

Reflexos da revoltas da Maria da Fonte no Douro in: CONGRESSO DA MARIA

DA FONTE, 150 ANOS, Póvoa de Lanhoso, 1996, *História da Coragem Feita com Coração: Actas*, Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal, 1996, p. 77-84.

SILVA, Joaquim Palminha da
O José do Telhado e a Maria da Fonte. "História", Lisboa, 12 (128) Maio 1990, p. 19-37.

SILVA, Joaquim Palminha da
A revolução da Maria da Fonte. Porto, Afrontamento, 1978.

SILVA, Manuel Carlos Ferreira da
A Maria da Fonte na revolta anti-estatal in: CONGRESSO DA MARIA DA FONTE, 150 ANOS, Póvoa de Lanhoso, 1996, *História da Coragem Feita com Coração: Actas*, Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal, 1996, p. 143-158.

SINCRONISMOS

Synchronismos do reinado de Maria II. Lisboa, 1848.

SOBRAL, José Manuel Rodrigues Ferreira
A Maria da Fonte como expressão da cultura popular in CONGRESSO DA MARIA DA FONTE, 150 ANOS, Póvoa de Lanhoso, 1996, *História da Coragem Feita com Coração: Actas*. Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal, 1996, p. 159-167.

TEIXEIRA, Carlos
A-propósito de um revolucionário da "Maria da Fonte" – o Pe. Casimiro José Vieira: algumas cartas inéditas. Porto, Imprensa Moderna, 1940.

TENGARRINHA, José Manuel
Estudos de história contemporânea de Portugal. Lisboa, Caminho, 1983.

TENGARRINHA, José Manuel
Movimentos camponeses em Portugal na transição do Antigo Regime para a sociedade liberal, in "O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX" vol. 2, Lisboa, Sá da Costa, 1982, p. 153-159.

VARGUES, Isabel Nobre

Insurreições e revoltas em Portugal (1801-1851). "Revista de História das Ideias", Coimbra, 7, 1985, p. 501-572.

VIEIRA, Casimiro José

Apointamentos para a historia da Revolução do Minho em 1846 ou da Maria da Fonte, Braga, Typographia Lusitana, 1883; Lisboa, Rolim, 1987 (Facsimile da edição de 1883 com pref. de José Manuel Sobral).

VIEIRA, José Augusto

O Minho pittoresco. Tomo I. Lisboa, Liv. de António Maria Pereira, 1886
Edição facsimilada: Valença, Rotary, 1986.

Literatura

CASTILHO, António Feliciano de

Crónica certa e muito verdadeira de Maria da Fonte. Lisboa, A Regra do Jogo, 1984.

Introdução de Fernando António Almeida.

HISTÓRIA DA MARIA DA FONTE

História da Maria da Fonte. Lisboa, Livraria Barateira, 193?

MACHADO, A. Victor

A Maria da Fonte: romance histórico. Lisboa, Henrique Torres, 193?, 2 vol.

MARTINS, Rocha

A Maria da Fonte: romance histórico. Lisboa, João Romano Torres, 1934?

MASCARENHAS, Miguel J. T.

A Maria da Fonte: episodio da guerra civil: um conto portuguez. Porto, Typographia Lusitana, 1873.

MONTEIRO, Campos

Maria Fonte: opereta em 3 actos. Porto, Livraria Civilização, 1928.

SILVA, Domingos; SOUSA, Dino de

A revolução da Maria da Fonte. Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal, 1996
Banda desenhada.

TAVARES, Carlos Dias; MACEDO, José Sepúlveda

Maria da Fonte. [S.l., s.n., 1994] (Braga, Correio do Minho).
Banda desenhada.

Bibliografias

COIMBRA, Maria Natércia; AZENHA, Maria do Rosário

Revoltas e revoluções: catálogo da exposição bibliográfica. "Revista de História das Ideias", Coimbra, 7, 1985, p. 501-572.

LIMA, Henrique de Campos Ferreira

Maria da Fonte: bibliografia. "Boletim do Arquivo Histórico Militar", V.N. de Famalicão, 19, 1949, p. 126-144.

PORTO. Biblioteca Pública Municipal

A Patuleia 1846-1847: comemorações de 150 anos de Guerra Civil. Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1996.

SILVA, Armando B. Malheiro da

O Miguelismo na história contemporânea de Portugal. "Itinerarium", Braga, 39, 1993, p. 537-647.

Projecto de Salvamento e Estudo de *Bracara Augusta* – 1998¹ Manuela Martins Francisco Sande Lemos

Nota prévia

Em 1995, na sequência da tomada de posse do Governo socialista, foi criado o Ministério da Cultura, dotado com uma estrutura orgânica específica, na área do património cultural. Posteriormente foram criados dois organismos: um com estatuto de Instituto Público, o IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico); outro o IPA (Instituto Português de Arqueologia), direcção de serviços autónoma, directamente dependente do Ministro da tutela.

Após o lançamento do IPA foi solicitado à generalidade dos arqueólogos que enquadrassem a sua actividade em projectos de investigação, formalmente expressos. Pedia-se, também, que os projectos já existentes, aprovados pelo ex-IPPC/IPPAR fossem reformulados, considerando que os textos "... apresentados anteriormente a 1998 deixam de ter validade..."².

Deste modo, a direcção científica do projecto de *Bracara Augusta* enviou ao IPA³ um projecto devidamente actualizado, o que aliás se justificava plenamente considerando a crescente dinâmica dos trabalhos⁴.

O projecto de salvamento e estudo de *Bracara Augusta*, tal como muitos outros, designadamente os que se candidataram a financiamento no âmbito do PNTA, foi apreciado por uma comissão, nomeada por despacho ministerial, comissão que integrou cinco arqueólogos independentes do IPA ⁵.

Distribuídos os processos pelos diferentes relatores, efectuou-se uma reunião conjunta, onde os pareceres respeitantes a cada projecto foram apreciados em conjunto.

De acordo com o ofício do IPA, datado de Junho de 1998 ⁶ o projecto de *Bracara Augusta* foi aprovado.

O documento subsequente é, pois, o texto básico e com valor legal, segundo o qual se desenvolve o estudo da cidade romana que deu origem a Braga.

Só por este motivo justificava-se a sua publicação.

Mas, também, porque a sua divulgação, permite a um público mais vasto conhecer a estrutura do projecto, a sua história, as suas principais linhas de actividade, os resultados já alcançados e os objectivos prioritários. Para a comunidade arqueológica e para todos aqueles que acompanham mais de perto o salvamento da urbe romana, ou para os que se interessam pela história da Arqueologia é documento importante.

Para efeitos de publicação na revista *Forum*, o texto foi cuidadosamente revisto, embora nos tenhamos limitado a pequenas correcções, eliminando erros de sintaxe e ortográficos, alterando algumas discordâncias, ou vírgulas, mal colocadas.

Por outro lado, inserimos algumas notas de rodapé, que não constavam do documento inicial e que o actualizam. Por exemplo, alguns mestrandos concluíram, entretanto, as suas teses, o que é assinalado, bem como outros aspectos considerados úteis.

Em suma, com a publicação do projecto nesta revista tanto os arqueólogos, como o público em geral, passam a dispor de uma peça essencial para a compreensão do modo como se desenvolve o universo do estudo de *Bracara Augusta*.

1

Introdução

O Projecto de Salvamento de *Bracara Augusta* nasceu em 1976, na sequência de uma iniciativa governamental destinada a salvar e preservar a zona arqueológica de Braga, ameaçada de destruição pela expansão urbanística de Braga que, nas décadas de 60 e 70, atingiu os terrenos da Colina de Maximinos correspondentes a praticamente metade da área ocupada pela antiga cidade romana.

Constituindo o primeiro projecto de Arqueologia Urbana no nosso país viveu, naturalmente, momentos complexos e diferenciados decorrentes de múltiplas dificuldades de ordem jurídica, institucional e financeira. Tais dificuldades viriam a impor diferentes estratégias e ritmos de intervenção arqueológica na cidade de Braga.

Tendo tido como filosofia inicial uma estratégia de salvamento, que envolveu iniciativas legislativas e um amplo trabalho arqueológico de salvamentos e emergências, bem como de prospecções geofísicas destinadas a delimitar a área da velha *Bracara Augusta*, o projecto viria a evoluir, na década de 80, integrando uma maior componente de investigação, centrada, sobretudo, no estudo do urbanismo, da arquitectura e do espólio. No entanto, e devido a um conjunto de conjunturas desfavoráveis, a componente de estudo científico teve que ser sistematicamente secundarizada em face da prioridade dos salvamentos e emergências, que nunca deixaram de pressionar os responsáveis do projecto.

Vinte e dois anos volvidos sobre o lançamento do projecto de *Bracara Augusta* este mantém características muito próprias, que o diferenciam claramente de qualquer outro projecto de Arqueologia Urbana no nosso país. De facto, ele é o único projecto de intervenção urbana que sempre possuiu uma direcção científica coerente e única, dependente de uma Universidade, assegurando, na prática, que as intervenções arqueológicas em Braga nunca fossem consideradas um mero registo do subsolo ameaçado pela construção, mal grado ter sido essa a tendência e filosofia de intervenção que viria a impor-se

nos novos projectos de Arqueologia Urbana no nosso país. Por essa razão o projecto de *Bracara Augusta* conseguiu manter, ao longo do seu difícil percurso, uma grande integridade e coerência, enquanto projecto misto, de salvamento e de estudo, facto que garantiu a preservação e organização dos registos e a sua fácil manipulação para qualquer trabalho científico. Por outro lado, foi a existência de uma direcção científica única e o carácter misto do projecto que permitiram, na realidade, que as ruínas de *Bracara Augusta* não viessem a ser sistematicamente sacrificadas ao crescimento urbano, como aconteceu em muitas cidades históricas onde as intervenções urbanas foram e são consideradas um mero problema de salvamento. Malgrado todas as dificuldades burocráticas e algumas destruições inúteis, determinadas pela inoperância dos serviços competentes, designadamente do ex-IPPC, Braga pode hoje orgulhar-se de possuir um dos patrimónios arqueológicos urbanos melhor conservado, ainda que não completamente valorizado, por falta de financiamento apropriado, a par de uma área de reserva arqueológica, classificada como zona *non aedificandi*.

Explicitam-se, de seguida, o contexto de criação e desenvolvimento do Projecto de *Bracara Augusta*, os seus objectivos gerais, os resultados já atingidos, a equipa e a programação de intervenções para os próximos três anos.

2

Historial do Projecto

2.1

Enquadramento jurídico

A intervenção do I Governo Constitucional no salvamento de *Bracara Augusta* acabaria por traduzir-se, logo em 1976, na promulgação de leis aptas a proteger as áreas arqueológicas de Braga, previamente definidas, e na criação de uma equipa permanente, capaz de acorrer a situações de emer-

gência. Foram então criados um **Grupo Executivo Interministerial** ⁷, encarregado de elaborar um estudo de conjunto sobre a situação dos terrenos arqueológicos de Braga e o **Campo Arqueológico de Braga**, que passou a intervir de forma activa em salvamentos e emergências, dentro da área urbana.

As acções conjugadas do Grupo Executivo e do Campo Arqueológico permitiram, ainda em 1976, a publicação de um conjunto de medidas legislativas – **empenhando diferentes Ministérios** – tendentes a salvaguardar os vestígios da cidade romana e, simultaneamente, a desbloquear a situação de impasse no desenvolvimento urbanístico, criado pela presença de ruínas em várias zonas da cidade.

Aquelas medidas legislativas possibilitaram:

- a definição de uma Zona de Protecção Especial, com validade por um ano (Dec. Lei 640/76 de 30 de Julho de 1976), alterada em 1977 (Dec. Lei 65/77 de 30 de Julho) e válida, ainda em 1978, pela publicação do Dec. Lei 65/78 de 8 de Julho;
- a criação da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, que se responsabilizou pela direcção técnica e científica das escavações em Braga;
- a atribuição àquela Unidade de verbas para manutenção de uma equipa que assegurasse as necessárias escavações;
- a aquisição, por troca, dos terrenos da Colina de Maximinos, onde se situam hoje as ruínas da Termas romanas e se situava a chamada “Praia das Sapatas”, área que viria a ser arrasada, em 1991.

Todavia, a legislação acima referida enfermava dum carácter provisório que obrigava a reformulações e prorrogações anuais, as quais cedo se revelaram difíceis de obter, entre outros motivos, pelas então constantes mudanças de Governo. De qualquer modo, até 1979, a referida legislação foi reformulada e prorrogada por sucessivos decretos-lei e, assim, salvaguardada uma área bastante significativa da antiga cidade romana.

A partir de 1980 tal área ficou totalmente desprovida de protecção legal por não ter voltado a ser prorrogado o Dec. Lei que criara a Zona de Protecção Especial (ZPE).

Para obviar a esta conjuntura de eminente risco e com base no conhecimento entretanto adquirido sobre a distribuição das ruínas de *Bracara Augusta*, a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho iniciou, em 1980, uma série de reuniões, que culminaram na elaboração de um ante-projecto de Decreto-Lei que criaria uma **Zona Arqueológica de Braga**, com a respectiva legislação cautelar, protegendo o subsolo. Este ante-projecto mereceu a aprovação de várias entidades, incluindo da própria Câmara de Braga, tendo sido entregue, em 1981, ao Secretário de Estado da Cultura, Dr. Bráz Teixeira. O texto, aprovado com ligeiras alterações pela Comissão Nacional Provisória de Arqueologia, mereceu um despacho de concordância do Secretário de Estado da Cultura, que o remeteu à Assessoria Jurídica do IPPC. O novo projecto, elaborado por aquela instância, com base no anterior e apenas concluído em 1984, não viria, contudo, a obter o acolhimento favorável da autarquia, o que bloqueou, por completo, a criação de uma legislação cautelar para os terrenos arqueológicos de Braga, abrangidos por Planos Urbanísticos datados dos anos 50 e 60, os quais não tinham em conta a riqueza do subsolo arqueológico de Braga.

Em 1984, por pressão da CMB junto do IPPC e por despacho do Ministro da Cultura chegou a ser proposta a compra de lotes na Colina de Maximinos, através da Direcção Geral do Património do Estado, chegando mesmo a ser feita uma avaliação dos mesmos. Paradoxalmente, esta avaliação não teve qualquer seguimento, nem o ex-IPPC mais se preocupou com os terrenos arqueológicos de Braga.

A ausência de legislação protectora, a inexistência de um novo plano de urbanização e a transferência de boa parte dos terrenos arqueológicos, anteriormente na posse da banca nacionalizada, para particulares, acabou por fazer vingar o Plano de Urbanização datado de 1965, o que significou, na prática, uma ameaça sistemática para os vestígios ainda conservados da cidade romana de *Bracara Augusta*.

Na impossibilidade de se proteger uma área arqueológica extensa e consequente, os responsáveis pelo projecto de *Bracara Augusta* decidiram propor a classificação dos vestígios já escavados, como forma de salvaguardar o seu enquadramento. Nesta iniciativa se insere a classificação, como imóveis de interesse público, das ruínas das Carvalheiras, de um troço da muralha romana na Quinta do Fujacal e a classificação como Monumento Nacional das Termas do Alto da Cividade, pelo **Dec. Lei 1/86** de 3 de Janeiro. A definição de uma área de protecção especial a este último monumento tardou dois anos a traduzir-se em diploma legal, vindo finalmente a materializar-se pela **Portaria 214/88** de 11 de Abril. Na prática, a definição desta área de protecção constituiu o único meio de salvaguardar parte do rico subsolo arqueológico da Colina do Alto da Cividade, falhadas que foram todas as anteriores iniciativas. Tornava-se, contudo, indispensável regulamentar esta área de protecção. Mais uma vez, a regulamentação proposta pelos arqueólogos tardou a ver a luz do dia. Três longos anos passaram até que a **Portaria 861/91** consignasse, finalmente, dentro do perímetro especial de protecção das Termas Romanas, uma Zona de Construção Condicionada e uma Zona *non aedificandi*.

Esta última regulamentação desencadeou os apetites construtivos sobre os terrenos arqueológicos de Braga, pois os proprietários de terrenos na zona de construção condicionada, possuidores de loteamentos aprovados ao abrigo do plano de urbanização de 1965, solicitaram, em avalanche, autorizações de construção, tendo sido brindados com a figura do “deferimento tácito”, por falta de resposta em tempo devido. Toda aquela área viria, assim, a desaparecer irremediavelmente, sem ter sido possível qualquer intervenção arqueológica prévia, que salvaguardasse, pelo menos, o registo da informação.

As destruições do subsolo arqueológico de Braga, ocorridas nos inícios de 90, acabaram por ter amplo eco na comunicação social. E, se esta não alterou o posicionamento do organismo de tutela em relação a *Bracara Augusta*, teve pelo menos a vantagem de alterar o postura do município. Assim, acabou por ser criado, em 1992, um Gabinete de Arqueologia no âmbito do Centro Histórico, que passou a controlar todas as situações de emergência, bem como a acompanhar as múltiplas obras que, no perímetro urbano, têm incidência sobre o subsolo. Perante a possibilidade de ser também sacrificada

a zona *non aedificandi* da Colina de Maximinos, a Câmara Municipal acabaria por adquirir aqueles terrenos, salvaguardando-os de construção. Finalmente, o Plano Director Municipal impôs medidas cautelares a áreas arqueológicas dentro do perímetro urbano, definindo, noutros casos, algumas pequenas zonas de reserva arqueológica, onde apenas poderão ser construídos equipamentos de superfície.

2.2

Enquadramento arqueológico

Desde a sua criação, em 1976, a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, através dos responsáveis pelo Projecto de *Bracara Augusta*, procurou, por um lado, dar resposta às múltiplas situações de emergência, resultantes da inexistência de um enquadramento jurídico conveniente e, por outro, contribuir de forma activa para a sua formulação, fornecendo ao ex-IPPC e ao IPPAR as informações e propostas necessárias. Esforçou-se, igualmente, por proporcionar à Câmara Municipal, bem como a outras entidades, os elementos indispensáveis para a criação de um **Plano de Urbanização para a Zona Arqueológica**, que salvaguardasse as ruínas e permitisse a criação de equipamentos que não afectassem o subsolo. Paralelamente, procurou estudar e divulgar os resultados das intervenções que foi realizando.

Considerando o enunciado no ponto anterior é fácil perceber que o salvamento e estudo de *Bracara Augusta* constituíram sempre aspectos indissociáveis deste Projecto, ao longo dos seus vinte e dois anos de vida. No entanto, sempre se entendeu que a intervenção conjunta da autarquia e do IPPC/IPPAR no processo seriam suficientes para assegurar uma crescente diminuição das intervenções de emergência, facto que facilitaria, naturalmente, a aceleração do estudo científico da cidade romana. Foi aliás esse o espírito que esteve presente na formalização do **Projecto de Salvamento e Estudo de Bracara Augusta**, aprovado, em 1981, pela ex-Comissão Nacional Provisória de Arqueologia, no qual os seus então dois responsáveis (Manuela

Delgado e Francisco Sande Lemos) definiam uma série de prioridades para aquele estudo, designadamente no âmbito do urbanismo, da arquitectura, do estudo das necrópoles e dos materiais.

No entanto, a indefinição jurídica e urbanística de *Bracara Augusta* e da sua Zona Arqueológica acabaria por constituir um sério obstáculo a um programa ditado por prioridades científicas, considerando a ocorrência sistemática de intervenções de urgência, os prazos limitados e as pressões das entidades construtoras, públicas e privadas.

De facto, só após a criação do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, em 1992, que passou a encarregar-se, prioritariamente, dos salvamentos e emergências na zona do Centro Histórico, determinados pela sua revalorização e a impor condicionantes aos novos projectos imobiliários na área ocupada pela antiga cidade romana, foi possível à Unidade de Arqueologia redimensionar as prioridades do Projecto de *Bracara Augusta*.

Desde então, definiu-se como prioridades do projecto o estudo sistemático dos edifícios e conjuntos de ruínas, cuja coerência permitisse uma adequada publicação, como acontece com a *insula* das Carvalheiras e com as Termas do Alto da Cidade, a par da realização de escavações programadas em zonas-chave de interesse científico, estabelecidas a partir da análise do significado arqueológico do conjunto dos dados obtidos até ao momento.

Se o cumprimento do primeiro dos objectivos acima delineados implicava um faseamento de escavações destinadas a concluir o estudo dos edifícios e, naturalmente, um financiamento compatível, encontrando-se ainda em curso, já o segundo objectivo não foi sequer materializado em qualquer intervenção, pois depende de meios financeiros que o projecto nunca conseguiu ver garantidos.

No entanto, e apesar das múltiplas dificuldades encontradas, foi possível ir alcançando alguns dos objectivos científicos enunciados para o Projecto, que se apresentam de seguida.

3

Objectivos do projecto

3.1

Objectivos iniciais e resultados atingidos

Como seria de prever os objectivos do Projecto de *Bracara Augusta* foram evoluindo ao longo dos anos, quer porque alguns foram sendo concretizados, quer porque o próprio avanço dos conhecimentos permitiu reformular as questões que inicialmente se colocavam ao estudo da Braga romana. Por essa razão faremos de seguida uma resenha dos sucessivos objectivos que foram sendo definidos, bem como dos principais resultados atingidos.

Os objectivos gerais propostos, em 1981, para o Projecto de *Bracara Augusta* centravam-se em quatro grandes domínios:

1. Definição do traçado urbano da cidade romana;
2. Caracterização da arquitectura de *Bracara Augusta*, a partir dos vestígios e edifícios detectados;
3. Identificação do traçado da muralha romana, sugerido pelos investigadores dos séculos XVIII e XIX;
4. Localização e caracterização das necrópoles.

Podemos considerar que qualquer destes domínios mereceu a atenção dos responsáveis, facto que se traduziu, quer na realização de intervenções, quer em estudos, alguns dos quais já publicados.

O nível de concretização destes objectivos é naturalmente diferenciado. Quanto ao primeiro, podemos considerar que foram dados passos significativos no conhecimento do traçado da cidade, como resultado da interpretação de alinhamentos de muros, arruamentos e *cloacas*, que permitiu estabelecer o traçado hipodâmico de *Bracara Augusta*, bem como definir as dimensões das *insulae* da parte norte da urbe. A extensão deste modelo à área total da cidade romana, tem vindo a ser sistematicamente confirmada em várias

intervenções de salvamento, efectuadas nos últimos anos. Tratando-se de um desiderato em parte já concretizado ele continua, no entanto, a constituir um dos objectivos científicos norteadores deste projecto, na medida em que terão que ser definidos os limites da área modulada. Prosseguem, entretanto, os estudos destinados a datar com rigor o traçado ortogonal, que admitimos (com base num conjunto de argumentos já enunciados em várias publicações), corresponder à época de Augusto. Trata-se de um dos aspectos de *Bracara Augusta* que tem merecido mais ampla divulgação, quer nacional, quer internacional.

O segundo objectivo relacionado com o estudo da arquitectura tem igualmente merecido a atenção dos responsáveis do projecto, ainda que represente uma área difícil, atendendo ao estado das ruínas encontradas e aos sucessivos saques a que estiveram sujeitas, o que não facilita a reconstituição das fachadas, por ausência de elementos de arquitectura conservados. Por outro lado, a reconstituição arquitectónica só pode fazer-se após o termo das escavações dos edifícios, exigindo, naturalmente, a análise de conjuntos coerentes. Neste momento estão em curso estudos específicos relativos à arquitectura do edifício das Termas do Alto da Cidade e do conjunto habitacional das Carvalheiras, bem como um outro relativo aos sistemas e materiais de construção romanos, que se prevê venham a estar concluídos entre finais de 1998 e inícios de 1999.

O estudo da muralha romana, referida nos escritos dos eruditos bracarenses, tem vindo a ser realizado desde 1982. Possuindo um perímetro bastante lato, a sua análise tem sido possibilitada por um conjunto de escavações de salvamento, efectuadas na periferia do quadrante sudeste da cidade romana, na chamada Quinta do Fajal e, mais recentemente, na zona da Sé Catedral. Graças a este conjunto de intervenções dispomos hoje de alguns dados significativos relativamente ao traçado da muralha tardia de Braga, a maior parte dos quais ainda inéditos.

Dos quatro objectivos enunciados o último foi o único plenamente concretizado. Com efeito, a circunstância de termos podido intervir num conjunto diversificado de áreas periféricas da cidade, não só permitiu identificar as necrópoles mais importantes, como caracterizá-las do ponto de vista crono-

lógico e dos rituais representados. Assim, sem prejuízo de futuras intervenções, que possam vir a realizar-se em áreas ainda conservadas com sepulturas, designadamente no subsolo de algumas praças de Braga, podemos considerar que as necrópoles já não constituem um objectivo prioritário do estudo de *Bracara Augusta*.

Dos objectivos gerais enunciados, que se relacionavam com a caracterização da topografia e urbanismo de *Bracara Augusta* persistem hoje os dois primeiros, sendo contudo de destacar a definição de outros.

3.2

Objectivos presentes

O avanço dos conhecimentos propiciado pelas escavações e interpretação dos resultados permite hoje definir três grandes grupos de objectivos científicos gerais e estratégicos para o Projecto de *Bracara Augusta*, que incluem outros mais específicos a atingir a curto e médio prazo através de um conjunto de intervenções e estudos programados. Estes objectivos de ordem científica relacionam-se com o estudo do Urbanismo, da relação cidade-campo e da vida económica da cidade, com base nos seus materiais.

No entanto, não esquecendo que o Projecto de *Bracara Augusta* constitui e constituirá sempre um projecto misto com uma componente de salvamento, forçoso é que se assuma que os objectivos enunciados não são únicos. Eles deverão ser vistos como linhas norteadoras e programáticas da investigação em *Bracara Augusta*, que implicam, também, a montante, um outro grande objectivo que é o desenho de um modelo integrado da gestão dos dados recolhidos.

3.2.1

Objectivos científicos estratégicos

1. Estudo do Urbanismo

1.1. Recuperação da topografia antiga da cidade romana (a realizar);

- 1.2. Definição dos limites da malha urbana;
- 1.3. Identificação das características da arquitectura pública e privada (em curso):
 - 1.3.1. Conclusão do estudo do edifício público das Termas do Alto da Cidade (em curso);
 - 1.3.2. Conclusão do estudo da *insula* das Carvalheiras (em curso);
- 1.4. Identificação do sistema de distribuição de água à cidade (em curso);
- 1.5. Definição da rede de saneamento (a realizar);
- 1.6. Confirmação da localização do *Forum* (a realizar).

2. Estudo da relação cidade-campo

- 2.3. Estudo dos recursos e matérias primas usados na construção
 - 2.1.1. Identificação das pedreiras de abastecimento da cidade, em diferentes épocas construtivas (em curso);
 - 2.1.2. Identificação das fontes de abastecimento hídrico à cidade (em curso).
- 2.2. Estudo do antigo cadastro da região envolvente de Braga e da ocupação sub-urbana (em curso).

3.2.2

Estudo da vida económica da cidade:

produção artesanal; importações e circulação monetária

1. Identificação dos fabricos locais de louça comum (em curso);
2. Identificação das áreas de abastecimento de cerâmicas finas importadas (em curso);
3. Estudo dos contentores anfóricos e produtos importados (em curso);
4. Estudo da circulação monetária no Alto e Baixo Império (em curso).

3.2.3

Objectivos de gestão e divulgação da informação

1. Implementação de um sistema de informação geográfica para o Projecto de *Bracara Augusta* (em preparação)

Organização de uma base de dados geo-referenciada de todos os registos das escavações;

Desenvolvimento de instrumentos informáticos para a gestão e investigação sobretudo ao nível do desenho assistido por computador.

2. Divulgação da Informação

2.1. Edição monográfica dos principais conjuntos escavados (em preparação).

2.2. Edição electrónica de informação sobre *Bracara Augusta* ⁸.

4

Equipa

O Projecto de *Bracara Augusta* é um projecto inter-institucional, que reúne a colaboração da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, do Museu D. Diogo de Sousa e do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga. No entanto, a direcção científica do Projecto cabe, por decisão governamental, desde 1976, à Universidade do Minho.

Presentemente, e devido ao natural crescimento do volume de trabalhos, a direcção científica e técnica do Projecto de *Bracara Augusta* é assegurada por uma equipa de seis arqueólogos que garantem a coordenação de diferentes acções de campo e gabinete.

Descriminam-se, de seguida, os elementos da equipa, de acordo com as suas funções.

Responsáveis científicos ⁹

Francisco de Sande Lemos (desde 1977) (UAUM)

Manuela Delgado (desde 1978) (UAUM)

Manuela Martins (desde 1988) (UAUM)

Armandino Cunha (desde 1993) (GACMB)

Luís Fontes ¹⁰ (desde 1997) (UAUM)

José Manuel Freitas Leite ¹¹ (desde 1997) (UAUM)

Equipa de escavação (permanente)

UAUM (Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho)

Francisco de Sande Lemos (coordenador)

Luís Fontes (coordenador)

José Manuel Freitas Leite (coordenador)

Rute Alexandra Silva (arqueóloga-colaboradora)

Mário Rui Cruz (arqueólogo-colaborador)

Eurico Machado (técnico auxiliar)

GACMB (Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga)

Armandino Cunha (coordenador)

Teresa Fonseca (técnico superior) ¹²

José Rui de Sousa (técnico auxiliar)

Ricardo Almeida (técnico auxiliar)

João Matos (auxiliar-técnico)

Alberto Varela (auxiliar-técnico)

António Barbosa (auxiliar-técnico)

MDDS (Museu de D. Diogo de Sousa)

Maria Felismina V. Boas (técnica auxiliar)

Equipa de topografia e desenho

UAUM

Quenor Rocha (topógrafo/desenhador)

Alfredo Barbosa (desenhador)

Paula Virgínia Góis (desenhadora-colaboradora)

MDDS

Amélia Fernandes (desenhadora)

Equipa de fotografia (permanente)

Manuel Santos (MDDS)

Maria Perpétua Ferreira (MDDS)

Equipa de tratamento de espólio (permanente)

Maria Clara Lobo (MDDS)

Amélia Silva (MDDS)

Palmira Ramoa (MDDS)

Equipa de estudo de materiais (variável)

Manuela Delgado (UAUM) (coordenadora)

Armandino Cunha (GACMB) (*sigillata clara*)

Rui Manuel Morais (mestrando) ¹³ (ânforas)

Alexandra Gaspar (mestranda) (cerâmica medieval)

Ana Maria Marques Gomes (mestranda) (cerâmica comum romana)

Maria José P. Jesus (mestranda) (cerâmica comum romana)

Luís Manuel Amaral (mestrando) (moedas)

Arquitectura (variável)

Manuela Martins (UAUM) (coordenadora)

Theodor Hauschild (consultor)

Mário Dias Mesquita (mestrando)

José Rui Coelho da Silva (mestrando)

Paula Araújo Pereira da Silva (mestranda)

Maria da Assunção Neves (mestranda)

SIG (variável)

Manuela Martins (UAUM) (coordenadora)

Pedro Rangel Henriques (D.I.U.M.) (consultor)

Carlos Dantas Giestal (UAUM) (engenheiro sistemas)

Montserrat Fonticoba (UAUM-colaboradora) (operadora CAD)

Maria do Carmo Ribeiro(UAUM-colaboradora) (operadora DB)

Josélia Maria Martins (UAUM-colaboradora) (operadora DB)

Isabel Maria Silva (UAUM-colaboradora) (operadora CAD)

Cândido Araújo (UAUM-colaborador) (operador CAD)

5

Programação de trabalhos

Qualquer programação de acções no âmbito de um projecto com as características enunciadas está fortemente condicionada, quer pelo número de intervenções de salvamento que venham a ser realizadas, quer pelo financiamento que vier a ser concedido pelo IPA ao projecto para a investigação, uma vez que esta não pode ser coberta pelo financiamento que é concedido aos salvamentos. Neste sentido, e mal grado a natureza dos constrangimentos enunciados, é possível estabelecer a seguinte programação de acções:

1998

Escavações:

- conclusão da escavação do edifício das Termas do Alto da Cividade (dependente de financiamento);
- conclusão da escavação da *insula* das Carvalheiras (dependente de financiamento).

Informatização:

- conclusão da informatização dos dados das escavações das Termas e Carvalheiras.

Estudos e desenho:

- prosseguimento do estudo e desenho dos materiais das Termas e Carvalheiras (dependente de financiamento);
- conclusão da interpretação arquitectónica dos edifícios das Termas e Carvalheiras;

Publicações:

- preparação da publicação preliminar de escavações realizadas nos últimos 7 anos em Braga.

1999*Escavações:*

- prospecção do *Forum* romano.

Informatização:

- prosseguimento da informatização (ex-Albergue Distrital; Antigas Cavalaria);

Estudos e desenho:

- conclusão do estudo dos materiais das Termas e Carvalheiras;
- preparação para publicação das escavações do ex-Albergue Distrital e Antigas Cavalarias.

Publicações:

- é previsível a conclusão, em 1999, de vários estudos sobre *Bracara Augusta* que se encontram em curso no âmbito da elaboração de teses de Mestrado em Arqueologia.

2000*Informatização:*

- prosseguimento da informatização.

Publicações:

- publicação da monografia das Carvalheiras;
- publicação da monografia das Termas;
- publicação de várias sínteses sobre diferentes materiais de Braga.

Observação: prevendo-se a realização das comemorações do Bimilenário de Braga, no ano 2000, é possível que além das acções enunciadas, outras venham a ser concretizadas.

6

Estudos em curso ¹⁴

Fornece-se, de seguida, uma listagem dos estudos que se encontram em curso no âmbito da execução de dissertações de Mestrado em Arqueologia, relacionados com o Projecto de *Bracara Augusta*:

"A *sigillata* clara de *Bracara Augusta*", da responsabilidade do licenciado Armandino Cunha (conclusão prevista 1998/99);

"Contribuição para o estudo das cerâmicas dos sécs. V/VI d.C. de Braga", de Maria Alexandra de Medeiros Lino Gaspar (conclusão prevista 1998/99);

"Contribuição para o estudo da cerâmica comum romana Alto Imperial de *Bracara Augusta* – A Cerâmica Cinzenta Fina Polida", de Maria José Padinha Sequeira de Jesus (conclusão prevista 1998/99);

"A cerâmica pintada de *Bracara Augusta* – Tipologia, Cronologia e Tecnologia", de Ana Maria Marques Gomes (conclusão prevista 1998/99);

"As ânforas de *Bracara Augusta*: importações e produtos locais", de Rui Manuel de Sousa Morais (conclusão prevista 1998) ¹⁵;

"*Bracara Augusta*: um passado em contexto urbano. Problemática da mediatização da informação arqueológica" de Maria Felisbela Dias Antunes. (conclusão prevista 1998/99);

"As moedas das Carvalheiras: cronologia e contextualização", de Luís Manuel Gomes de Amaral. (conclusão prevista 1999);

"A memória como construção de imagens: Identidade formal no conjunto religioso de S. Martinho de Dume (edifício cristão antigo do séc. VI e ampliação Alto medieval (sécs. X/XI)", de Maria Armada Ferreira de Abreu. (conclusão prevista 1998/99).

"A *insula* das Carvalheiras. Espaço, tempo e identidade urbana", de José Rui Coelho da Silva. Conclusão prevista 1998/99;

"*Bracara Augusta* revisitada. As termas públicas do Alto da Cidade", de Paula Araújo Pereira da Silva. Conclusão prevista 1998/99;

“Sistemas e materiais romanos de *Bracara Augusta*”, de Mário Dias Mesquita (conclusão prevista 1999);

“A evolução urbana de *Bracara Augusta*”, de Maria da Assunção Bandeira Neves (conclusão prevista 1999);

“Sistemas de Informação Geográfica para a Arqueologia Urbana: o caso de *Bracara Augusta*”, de Carlos Dantas Giestal. (conclusão prevista 1998) ¹⁶.

Nota complementar:

Na sequência da terceira versão do Mestrado de Arqueologia (ano lectivo de 1997-1998) estão previstas as seguintes teses:

- “*Materiais de arquitectura de Bracara Augusta*” da responsabilidade de Ana Luísa Amaral Varela de Freitas;
- “*A muralha romana de Bracara Augusta*” de José Manuel de Freitas Leite;
- “*Os vidros romanos de Bracara Augusta*” de Mário Rui Mendes Dias da Cruz;
- “*Contribuição para o estudo da cerâmica comum romana de Bracara Augusta*” de Rute Alexandra Palmeirão da Silva;
- “*Reconstituição virtual de ambientes arqueológicos: o caso de Bracara Augusta*” de Paulo José Correia Bernardes;
- “*Materiais de construção em Bracara Augusta: litologia e fontes de aprovisionamento*” de Isabel Maria Martins de Sousa e Silva;
- “*Objectos diversos de Bracara Augusta. Contribuição para uma análise do quotidiano*” de Josélia Maria Dias Martins;
- “*Contribuição para o estudo das sigillatas hispánicas tardias de Bracara Augusta*” de Maria Monserrat Barrero Fonticoba.

7

Publicações referentes ao Projecto de
Bracara Augusta (1976-1996): ¹⁷

- ALARCÃO, J. (1975-76). Campo Arqueológico de Braga, *Humanitas*, 27-28, Coimbra, pp. 272-274.
- ALPOIM, N. (1994). Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga: relato de uma experiência, *Bracara Augusta*, 45 (97), Braga, pp. 15-18.
- ALVES, F. M. (1978). O salvamento de Bracara Augusta: 2 – Cartografia e nomenclatura arqueológica, *Minia*, 2.ª série, 1 (1), Braga, pp. 45-58.
- ALVES, F.; H. B. Nunes; F. S. Lemos; E. P. Oliveira (1977). O Salvamento de Bracara Augusta: 1 – O campo arqueológico da Universidade do Minho (Braga). Breve história, organização e objectivos, *O Arqueólogo Português*, 3.ª série, 7/9, Lisboa, pp. 416-423.
- DELGADO, M. (1984). Sepultura romana encontrada junto ao largo Carlos Amarante, *Lucerna*, Volume de Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão, Porto, pp. 179-196.
- DELGADO, M. (1985). Marcas de oficinas de *sigillatas* encontradas em Braga, I, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 2, Braga, pp. 9-40.
- DELGADO, M. (1987). Notícia preliminar sobre o salvamento no quarteirão da Rua Gualdim Pais, *Cadernos de Arqueologia*, II, 4, Braga, pp. 187-199.
- DELGADO, M. (1988). Contribuição para o estudo das cerâmicas romanas tardias do Médio Oriente encontradas em Portugal, *Cadernos de Arqueologia*, II, 5, Braga, pp. 35-49.
- DELGADO, M. e L. dos Santos (1984). Marcas de oficinas de *sigillatas* encontradas em Braga, I, *Cadernos de Arqueologia*, II, 1, Braga, 49-70.
- DELGADO, M.; L. A. T. Dias; F. S. Lemos e A. Gaspar (1984). Intervenções na área urbana de *Bracara Augusta* (1983), *Cadernos de Arqueologia*, II, 1, Braga, pp. 95-106.

- DDO, M. e F. S. Lemos (1985). Zona das Carvalheiras. Notícia das campanhas de escavação de 1984 e 1985, *Cadernos de Arqueologia*, II, 2, Braga, pp. 159-176.
- DDO, M. e A. Gaspar (1986). Intervenção arqueológica na Zona P1 (Antigas Cavalariças do Regimento de Infantaria de Braga), *Cadernos de Arqueologia*, II, 3, Braga, pp. 151-167.
- DDO, M. e F. S. Lemos (1986). Zona das Carvalheiras: notícia da campanha de escavação de 1985, *Cadernos de Arqueologia*, II, 3, Braga, pp. 151-167.
- DDO, M.; F. S. Lemos e M. Martins (1987). Escavações de emergência na necrópole romana da Cangosta da Palha, *Cadernos de Arqueologia*, II, 4, Braga, pp. 179-186.
- DDO, M. e M. Martins (1988). Intervenção arqueológica na Zona P1 (Antigas Cavalariças do Regimento de Infantaria de Braga), *Cadernos de Arqueologia*, II, 5, Braga, pp. 79-93.
- DDO, M.; M. Martins e F. S. Lemos (1989). Dossier – Salvamento de Bracara Augusta, *Forum*, 6, Braga, pp. 3-41.
- DDO, M.; M. Martins e F. S. Lemos (1990). *Bracara Augusta. Roteiro Arqueológico*, Braga.
- GR, A. (1985). Escavações arqueológicas na Rua de N. Sra. do Leite, em Braga, *Cadernos de Arqueologia*, II, 2, Braga, pp. 51-125.
- GR, A.; M. Delgado; F. S. Lemos (1986). O Salvamento de Bracara Augusta, Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana, Setúbal, *Trabalhos de Arqueologia*, 3, Lisboa, pp. 27-42.
- LF, M. S. (1997). Contribuição para a localização do centro de produção da cerâmica “dita” Bracarense, Braga (tese de Mestrado policopiada).
- L, F. S.; M. Delgado e M. Martins (1988). Sondagens arqueológicas no Largo do Paço, Braga, *Cadernos de Arqueologia*, II, 5, Braga, pp. 69-78.
- L, F. S. (1989). Livro vermelho do património arqueológico: Bracara Augusta, *Forum*, 6, Braga, pp. 115-116.

- LEMOS, F. S. (1989). Livro vermelho do património arqueológico português: a Fonte do Ídolo em Braga, *Forum*, 5, Braga, pp. 114-115.
- LEMOS, F. S. (1990). Livro Negro do património arqueológico: Braga, Rua Francisco Sanches, *Forum*, 8, Braga, pp. 148-149.
- LEMOS, F. S. (1991). Dossier *Bracara Augusta* – destruição: I – Notícias da Imprensa, *Forum*, 9/10, Braga.
- LEMOS, F. S. (1992). Património Arqueológico II, *Forum*, 8, Braga, pp. 146-158.
- LEMOS, F. S. (1996). Entre 1976 e 1996: breve evocação de duas décadas de actividade arqueológica em Braga, *Forum*, Braga, pp. 49-56.
- LEMOS, F. S.; M. Martins e M. Delgado (1995). À descoberta de Bracara Augusta: um projecto de Arqueologia Urbana no Norte de Portugal, *Forum*, 17, Braga, pp. 53-60.
- MARTINS, M. (1988). Moldes de sítulas com decoração geométrica encontrados em Braga, *Cadernos de Arqueologia*, II, 5, Braga, pp. 23-33.
- MARTINS, M. (1991-92) *Bracara Augusta*: a memória de uma cidade, *Cadernos de Arqueologia*, II, 8/9, Braga, pp. 177-197.
- MARTINS, M. (1992-93). História e Memória de Bracara Augusta: um difícil diálogo passado-presente, *Forum*, 12-13, Braga, pp. 3-16.
- MARTINS, M. (1995) – A cidade como elemento romanizador: o exemplo de *Bracara Augusta*, *A Cidade e o mundo: Romanización e cambio Social*, 73.º Curso de Verán, Universidade de Vigo, pp.183-202.
- MARTINS, M. (1995). *Bracara Augusta*: a recuperação da memória urbana, *Forum*, Braga, pp. 63-84.
- MARTINS, M. e M. Delgado (1989-90). História e Arqueologia de uma cidade em devir: Bracara Augusta, *Cadernos de Arqueologia*, II, 6/7, Braga, pp. 11-38.
- MARTINS, M. e M. Delgado (1989/90). As necrópoles de *Bracara Augusta*. A. Os dados arqueológicos, *Cadernos de Arqueologia*, II, 6/7, Braga, pp. 41-186.

- MS, M., F. Sande Lemos e M. Delgado (1993) – Arqueologia Urbana em Braga, *Actas das III Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, pp.
- MS, M.; M. Delgado e J. Alarcão (1994) – Urbanismo e Arquitectura de *Bracara Augusta*: Balanço dos resultados, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXXIV (1-2), Porto, pp. 303-319.
- MS, M., M. Delgado, J. Alarcão (1994). Dezasseis anos de Arqueologia Urbana em Braga. Problemática da reconstituição de uma cidade romana, *Bracara Augusta*, XLV, 97 (110), Braga, pp. 71-85.
- MS, M. e M. Delgado (1995). *Bracara Augusta*: uma cidade na periferia do Império, *Actas do Colóquio Internacional de Arqueologia "Los finisterres atlánticos en la antigüedad (época preromana y romana)"*, (Julho 1995), Gijón, pp. 121-128
- MS, M., F. Sande Lemos; M. Delgado e A. Cunha (1996). *Bracara Augusta*, capital da *Gallaecia* meridional: história, urbanismo e arquitectura, *Congresso Internacional "Los Orígenes de la Ciudad en el Noroeste Hispánico"* (no prelo).
- N, H. B. (1978). O Salvamento de Bracara Augusta: 3 – Da cidade romana ao Campo Arqueológico da Universidade do Minho, *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, pp. 227-236.
- N, H. B. (1993). Para a história do salvamento de Bracara Augusta: 2 – A intervenção da CODEP, *Minia*, 3.ª série, 1, Braga, pp. 5-29.
- N, H. B. (1996). Para a história do salvamento de Bracara Augusta: 3. Bibliografia (1634/1996), *Minia*, 3.ª série, 4, Braga, pp. 147- 165.
- N, H. B. (1996). Para a História do Salvamento de Bracara Augusta: 1 – O papel da Universidade do Minho, *Forum*, 19, Braga, pp. 24-48.
- N, H. B. e E. Oliveira (1988). Documentos de Bracara Augusta. O Cônego Arlindo Ribeiro da Cunha e a Defesa do Património Arqueológico de Braga, *Cadernos de Arqueologia*, II, 5, Braga, pp. 93-152.
- ORA, E. (1978). O salvamento de Bracara Augusta, IV. Os apontamentos arqueológicos de Braga de José Teixeira, *Minia*, 2.ª série, 1, Braga, pp. 20-44.

- OLIVEIRA, E. (1979). O Salvamento de Bracara Augusta, 6 – A Câmara Municipal de Braga e a Arqueologia, *Minia*, 2.^a série, 2 (3), Braga, pp. 164-197.
- OLIVEIRA, E. (1980). O Salvamento de Bracara Augusta, 7, Antigos Achados: tentativa de interpretação crítica, *Actas do Seminário de Arqueologia do NO peninsular*, 3, Guimarães, pp. 107-116.
- OLIVEIRA, E. (1985). Notícias arqueológicas de Braga em jornais bracarenses, *Conimbriga*, 24, Coimbra, pp. 5-83.
- OLIVEIRA, E. (1985a). Notícias arqueológicas de Braga em jornais bracarenses, *Conimbriga*, 24, Coimbra, pp. 5-83.
- OLIVEIRA, E. (1985b). Documentos para a História do Museu D. Diogo de Sousa, II, *Cadernos de Arqueologia*, II, 2, Braga, pp. 179-194.
- OLIVEIRA, E. (1986). Documentos para a História do Museu D. Diogo de Sousa, III, *Cadernos de Arqueologia*, II, 3, Braga, pp. 171-195.
- OLIVEIRA, E. e I. Fernandes (1984). Documentos para a História do Museu D. Diogo de Sousa, *Cadernos de Arqueologia*, II, 1, Braga, pp. 109-134.
- OLIVEIRA, E.; E. S. Moura e J. Mesquita (1982). *Braga. Evolução da estrutura urbana*, Câmara Municipal de Braga, Braga.
- SILVA, I., C. Guimarães e L. Carneiro (1994). O Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa e a preservação e valorização das ruínas arqueológicas em Braga, *Bracara Augusta*, 45 (97), Braga, pp. 313-318.
- TRANOY, A. e P. Le Roux (1989/90). As necrópoles de *Bracara Augusta*. B. Les inscriptions funéraires, *Cadernos de Arqueologia*, 6/7, Braga, pp. 187-232.

Notas

¹ O texto do projecto foi redigido por Manuela Martins; a nota prévia, as notas de rodapé e a revisão são da responsabilidade de Francisco Sande Lemos.

² Circular do IPA, datada de 19 de Janeiro de 1998.

³ O projecto foi enviado em 27 de Fevereiro (ofício UAUM n.º 103/98).

⁴ Anteriormente já tinham sido remetidos ao ex-IPPC/IPPAR dois sucessivos projectos: um datado de 1981 e outro de 1988, superiormente aprovados.

⁵ Jorge Alarcão, Teresa Gamito, José Mateus, Francisco Sande Lemos e Cláudio Torres.

⁶ Ofício n.º 1860 de 15 de Junho de 1998.

⁷ Mais exactamente Grupo Técnico para o Desbloqueamento da Zona Arqueológica de Braga (GTDZAB).

⁸ Em curso através do projecto Geira.

⁹ Tal como se afirmou no Historial o projecto principiou em 1976, sob a responsabilidade de Francisco Alves, que abandonou a sua direcção a partir de 1980, quando foi nomeado Director do Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa.

¹⁰ Ainda que só nesta data tenha integrado formalmente a direcção do projecto de *Bracara Augusta*, Luís Fontes tem colaborado desde 1977 em escavações na cidade, destacando-se em particular na coordenação dos trabalhos arqueológicos da Sé-Catedral de Braga (1997/1998).

¹¹ Ainda que só nesta data tenha integrado formalmente a direcção do projecto, José Manuel Freitas Leite colabora nas escavações de Braga há mais de uma década, salientando-se o trabalho que realizou nas zonas do ex-Albergue Distrital e do Fujacal, para além de outras intervenções que seria longo enumerar.

¹² Prematuramente falecida num acidente de automóvel, em 1998.

¹³ Mestre.

¹⁴ Na sequência da conclusão da parte curricular da terceira versão do mestrado de Arqueologia (ano lectivo de 1997-1998) estão a preparar dissertações com temas no âmbito do projecto de *Bracara Augusta*: José Manuel Freitas Leite, Rute Palmeirão, Josélia Martins, Luísa Varela e Mário Cruz.

¹⁵ Tese de mestrado defendida em 16 de Setembro de 1998, sendo o candidato aprovado com a classificação de Muito Bom.

¹⁶ Tese de mestrado defendida em 21 de Outubro de 1998, sendo o candidato aprovado com a classificação de Muito Bom.

¹⁷ Pode ser consultada uma bibliografia mais completa no artigo de H. B. Nunes : (1996). Para a história do salvamento de *Bracara Augusta*: 3. Bibliografia (1634/1996), *Minia*, 3.ª série, 4, Braga, pp. 147- 165 e no artigo de Manuela Martins (1991-92) *Bracara Augusta*: a memória de uma cidade, *Cadernos de Arqueologia*, II, 8/9, Braga.



A propósito de "Regressos", páginas ilustradas de António Jorge Barros * António Martinho Baptista

Recordo sempre com agrado e digo que lá hei-de voltar um dia, a paixão que no laboratório de amador é observar as imagens que colhemos tornarem de novo à vida pela reação das químicas da revelação e fixação. É uma realidade que foi e já não é ou ainda é? Resisto à citação de Barthes.

A fotografia nasce no século XIX e é desde logo uma conquista prodigiosa. Fixar primeiro em placas e depois em película que as técnicas foram aperfeiçoando o retrato de alguém ou a emoção de um horizonte onde o sol se esvai, era inicialmente quase um processo mágico. Ainda hoje há gentes que temem ser retratadas, como se a objectiva lhes captasse a alma.

O Jorge sabe como é difícil fotografar os aldeões de Castro Laboreiro, sempre sombras negras fugidias nos quotidianos gretados da montanha.

* Texto lido na sessão de apresentação de "Regressos", promovida pela Biblioteca Pública de Braga em 26 de Março de 1998.

Mas é que um bom fotógrafo pode mesmo captar a alma, a personalidade. É isso que distingue um bom retratista de um vulgar “a la minuta”!

A fotografia oitocentista começou por ser uma tentativa de fixar o real, mas o real não existe. O que para mim é uma verdade pode não o ser para outrém. Ora a fotografia nasce em simultâneo com uma das grandes aquisições teóricas do século XIX, o conceito de relatividade em história. E quase desde os seus alvares, fotografar deixou de ser apenas uma tentativa de captar um momento, um naco de realidade, podia ela própria ser objecto dessa realidade, transformando-a, recriando-a.

O passo seguinte é óbvio: a fotografia torna-se ela própria uma arte, um objecto de arte.

De um retrato “ao natural” (a legenda que perpassa abundantemente nas revistas do século passado, em fotografia ou gravura) o vulgar “retrato” torna-se criativo e passa também por ser um objecto estético.

Desde então a fotografia convive com os nossos quotidianos nessa dupla vertente de objecto documental e estético.

Duplicidade que a revolução informática tende de novo a alterar. A digitalização da imagem está à beira de revolucionar de novo a noção que hoje ainda temos da fotografia. Armados de uma boa versão do Photoshop e de um ainda que vulgar computador pessoal (com alguma Ram, é claro) e em poucos minutos, qualquer um de nós pode alterar num ápice o que, por exemplo, os falsificadores da história (para utilizar a expressão de Marc Ferro) levavam dias de penosa operatividade a conseguir. Refiro-me, é evidente, aos clássicos exemplos das diligentes polícias de Stalin que se encarniçavam em eliminar, por exemplo, as imagens de Leão Trotski dos negativos e das provas fotográficas dos dias decisivos da Revolução de Outubro. Apagando a imagem apagava-se a personagem e a sua história. Que força ganhara a fotografia!

Por isso mesmo, a fotografia pode ter uma força documental extraordinária e coexistir enquanto obra de arte e de puro objecto de prazer. Há uma secreta emoção quando nos revemos em imagens de há 20 ou 30 anos ou mais atrás.

E como há sempre um qualquer fascínio em rever imagens dos tempos do sépia, do “marron”, os velhos kodaks dos nossos avós. Era o tempo ainda das “figuras do espanto” (título quase ontológico, repescado a Baudelaire e Barthes e que Pedro Miguel Frade glosou nos seus ensaios “fotográficos” – “Antes da sua difusão exacerbada, e da sua transformação naquilo a que chamaremos sem complexos um *trust do imaginado*, a fotografia foi – essencialmente – objecto de espanto” (in P. M. Frade “Figuras do Espanto – A fotografia antes da sua cultura”, 1992, p. 13).

E mais, adoramos ver como as nossas cidades e os nossos campos se transformaram e são sempre de grande sucesso as exposições que consigam os mesmos planos de como era e como está. Recordo há alguns anos de visitar nesta mesma cidade de Braga uma exposição documental sobre o Funchal, cuja função era mesmo essa, dar a ver um Funchal em imagens do passado enquadradas no presente. Muito recentemente, o jornal “Expresso” nos seus 25 anos de vida (tão curta e já tão longe) utilizou os mesmos princípios para uma exposição documental revisitando nos mesmos enquadramentos o Portugal de há um quarto de século, nas vésperas de outra tão decisiva revolução. Como essas imagens nos remetem já para um tempo que nos parece tão afastado! Observar o desenrolar e a construção do tempo, por vezes a agonia de um sítio e de como isso pode ser uma experiência dolorosa e então a fotografia pode tornar-se um objecto nostálgico.

Nesta mesma Casa-Museu se guardam, entre outras peças de imagética fotográfica, uma colecção de negativos em vidro do grande etnólogo que foi Rocha Peixoto. Recordo-me da emoção que eu próprio senti ao reconhecer em algumas dessas chapas, paisagens e situações da Peneda-Gerês, desde a carvoeira de Castro Laboreiro, ao homem do bolivar do Lindoso, das paisagens e gentes da Ermida e do Barroso aos montanheses do Soajo. Algumas dessas fotografias reconhecia-as de um longo artigo ilustrado que R. Peixoto fizera publicar nas páginas dessa mítica “Portvgalia” que marcou a arqueologia e a etnografia portuguesas do virar do século. Outras, poucas, mantiveram-se inéditas, como a do momento da descoberta (situação de jazida) da Pedra dos Namorados. Eu mesmo utilizei e editei uma dessas imagens cheias de força que é a de um grupo de soajeiros frente ao seu emblemático pelourinho.

Para mim é isso a fotografia: um percurso e um encontro de emoções.

E é isso que o Jorge Barros nos consegue transmitir com estas suas (nossas) imagens. O Jorge não será de todo um fotógrafo documental (será que se justifica ainda este espartilho epistemológico?) – por isso não escolheu ser um exemplar fotógrafo de arqueologia (que o seria se quisesse), matéria sobre a qual muito trabalhei e divaguei com ele. É antes um perfeccionista do enquadramento e poderá ser um artista da luz, pois penso que isso se anuncia. Mas eu gosto dos kodaks do Jorge (estas provas quadradas ao gosto das velhas 6x6). E sei que um dia hei-de mesmo gostar mais. Quando o Jorge persistir e for em absoluto um artista da luz. Nesse dia gostarei tanto das sensações de retina e cortina do Jorge, quase como hoje me maravilho das pinturas de Vermeer, Rembrandt e Turner, os mais sublimes pintores da luz. Por isso, se me é permitido, recomendo ao Jorge que explore mais a temática sensorial como a da foto da página 21.

Neste livro o Jorge optou pelo claro-escuro, ou melhor, pelo matizado dos cinzentos que, ao contrário do que muita gente ainda pensa, não é um arcaísmo nem um snobismo, mas uma via de figurar emoções e ambientes e certamente a melhor maneira de transmitir personalidades, de retratar interiores. O meu melhor retrato, em minha modesta e narcísica opinião, fê-lo o Jorge. Talvez ele nem se lembre. Mas nunca psicologicamente me vi tão agudamente figurado, como nesse jogo de claros-escuros que um arrufado sol de inverno em Braga ajudou a enroupar.

Bom, é isso que o Jorge sabe fazer e é em parte isso que hoje nos apresenta neste seu primeiro e certamente despretensioso livrinho. Sei que o Jorge há muito desejava e temia este momento. É que ligar a fotografia (de um tempo sem tempo) ao livro, é apostarmos no imperecível da forma impressa e aliarmos duas das mais prodigiosas conquistas da nossa civilização. Não sei que seria da minha vida sem livros – certamente uma completa inutilidade. Não sei também qual seria a visão do nosso tempo sem o poder que hoje temos de captar imagens e encapsular e transmitir realidades. É bom que artistas do retrato e da paisagem como o Jorge Barros nos enriqueçam com a sua própria representatividade do mundo plural que nos foi dado viver. Já era tempo do Jorge se desinibir.

Sei que este livrinho teve uma gestação difícil. Eu próprio, talvez apressadamente, rabisquei então um texto que o Jorge amavelmente insistia servisse de intróito às suas belas imagens, como se estas disso tivessem necessidade. Palavras quentes de nostalgia, prolongamento de outros peregrinares que juntos realizámos em quase 20 anos de comunhão no Parque Nacional da Peneda-Gerês e da pluralidade de encontros e conversas que permitem os dias maduros e as longas noites serranas. Fomos então espectadores privilegiados, seguramente actores involuntários, da última e talvez derradeira transformação do mundo rural que era a Peneda-Gerês. Continua hoje o Jorge actor privilegiado nesses horizontes de eleição e daqui o desafio a que refine ainda mais a sua grande sensibilidade de fotógrafo de emoções – este livrinho vale por isso, mas toca-me essencialmente a galeria de retratos das últimas páginas – e nos prendeie tão breve quanto possível com o livro de fotografias que a Peneda-Gerês nunca teve. Por mim terei todo o prazer em continuar a ilustrar com palavras o pensamento das suas imagens.

Por ora o sabor da amizade é quanto basta do passado presente.

Dixit.

FORUM

N O T Í C I A S





Notícias da Biblioteca Pública de Braga Biblioteca Pública de Braga

Actividades realizadas (Janeiro/Junho 1998)

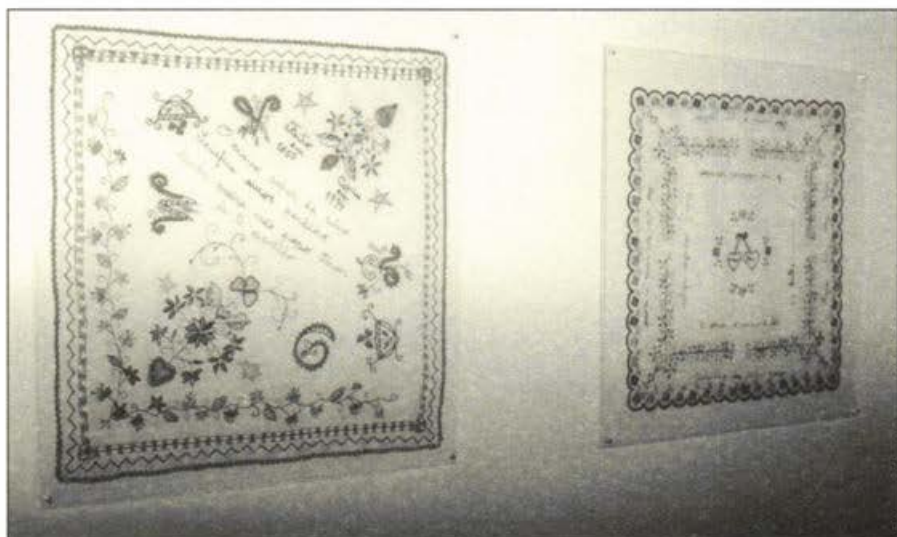
Janeiro, 2/20 – Exposição “15 Encadernações Contemporâneas”, organizada pela Biblioteca Pública Municipal do Porto (ASM)

Janeiro, 23/Fevereiro, 6 – Exposição bibliográfica “Biografias de bracarenses” (ASM)

Janeiro, 28 – Conferência sobre “Bracara Dives : Bracara Augusta Capital da Galécia”, pelo doutor Francisco Sande Lemos (MNS)



Fevereiro, 11/25 – Exposição de “Lenços de Namorados”, bordados por Maria do Sameiro da Costa Fernandes (ASM)



Fevereiro, 19 – Lançamento de “O Rio Apagado”, de José Manuel Mendes (MNS)



Fevereiro, 27/Março, 13 – Exposição “Sacos de Livros” (ASM)



Março, 17/30 – Exposição bibliográfica “Colecção Contemporânea, da Portugália Editora” (ASM)

Março, 26 – Apresentação do álbum de fotografias “Regressos”, de A. Jorge Barros, edição do Parque Nacional da Peneda-Gerês, por António Martinho Baptista (MNS)



Abril, 1/30 – Exposição de ilustrações “Galicia solidariedade: unha proposta pela paz e convivência”, organizada pela Galix – Asociacion Galega do Livro Infantil e Xuvenil (ASM)

Abril, 23 – Dia Mundial do Livro – Leitura Solidária (ver notícia detalhada mais à frente)

Abril, 29 – Apresentação do livro “As canções tradicionais portuguesas no ensino da música”, de Rosa Maria Torres pelas doutoras Nancy Harper e Elisa Lessa (MNS)



Abril, 30/Maio, 3 – “De outro”, espectáculo teatral baseado em textos de Al Berto, produção do Teatro Universitário do Minho, encenação de Nuno M. Cardoso

Maio, 6/20 – Exposição “Postais de Braga de António Passaporte” (ASM)

Maio, 7/9 – Peça teatral “A lição”, de E. Ionesco, produção da Escola Secundária de Alberto Sampaio, encenação de José Miguel Braga



Maio, 14 – Apresentação de “Crónica de uma travessia”, do escritor timorense, Luís Cardoso



Junho, 1/15 – Exposição bibliográfica “Livros portugueses para crianças em 1997” (ASM)

Junho, 16/30 – Exposição bibliográfica “Federico Garcia Lorca: 100.º aniversário do nascimento” (ASM)

Junho, 30 – Conferência intitulada “Novas páginas sobre Bracara Augusta”, pelo Doutor Francisco Sande Lemos (MNS)

Mostras Bibliográficas (Destaque)

- Molière (Janeiro)
- Maria Judite de Carvalho (Janeiro)
- Aborto (Fevereiro)
- Autores na Feira do Livro (Março)
- 150 anos do Manifesto do Partido Comunista (Março)
- Anne Frank (Março)

- Bertold Brecht (Abril)
- Livros galegos para crianças (Abril)
- Humberto Delgado (Maio)
- Maio 68 (Maio)
- Maria de Lourdes Belchior (Junho)
- César Oliveira (Junho)

A Biblioteca Pública de Braga e o Dia Mundial do Livro

O Instituto Português do Livro e das Bibliotecas convidou as bibliotecas que integram a Rede de Bibliotecas Públicas a comemorar o Dia Mundial do Livro (23 de Abril) sob o lema **Leitura Solidária**.

Através das iniciativas programadas pretendeu-se intensificar os laços de solidariedade através da leitura, sendo as bibliotecas públicas os protagonistas e os principais dinamizadores dessas acções.

A Biblioteca Pública de Braga aderiu ao desafio e durante a semana de 20 a 25 de Abril promoveu uma série de actividades para as quais contou igualmente com a solidariedade e o apoio amigo de diversas instituições.

Membros da Associação "Autores de Braga", do "Sindicato de Poesia" e alguns técnicos e animadores da Secção Infantil da Biblioteca estiveram presentes, a convite da BPB, em Lares de Terceira Idade, em instituições de apoio a deficientes, no Serviço de Pediatria do Hospital de S. Marcos (Autores de Braga), no Estabelecimento Prisional de Braga (Sindicato de Poesia) e em Escolas, com actividades de promoção do livro e da leitura, realizando recitais de poesia, leitura de contos e palestras sobre temas de história local ou participando num debate organizado pela "Littera – Associação para a Literacia" no Instituto de Educação da U.M.

Durante a semana de 20/24 de Abril, no Átrio do Salão Medieval, a BPB apresentou a exposição "Galicia Solidariedade", através da qual 21 ilustradores galegos da literatura infantil abordam plasticamente aquele tema, tendo como alvo principal as crianças.

No dia 23 de Abril a Biblioteca Pública abriu as suas portas àqueles que pretenderam conhecê-la melhor, promovendo duas visitas guiadas.

Para a noite de 23 de Abril, a Biblioteca Pública convidou o Teatro Universitário do Minho a apresentar o espectáculo **O homem queimado por dentro**, baseado em textos do livro "O Anjo Mudo", de Al Berto, com direcção de José Miguel Braga. A sessão realizou-se no Salão Medieval, repetindo-se nos dias 24 e 25.

Finalmente, no dia 25 de Abril foi lançado o livro **Braga cidade proibida**, sobre Humberto Delgado e as eleições presidenciais de 1958. A obra, da autoria de Iva Delgado e editada pelo Governo Civil de Braga, foi apresentada pelo Prof. Doutor Fernando Rosas.



A sessão realizou-se no Museu Nogueira da Silva, tendo usado igualmente da palavra Henrique Barreto Nunes, pela BPB, o Prof. Doutor Lúcio Craveiro da Silva, Presidente do Conselho Cultural da U.M. e o Governador Civil de Braga, Doutor Pedro Bacelar de Vasconcelos.



O Sindicato de Poesia no Estabelecimento Prisional de Braga.



"O homem queimado por dentro", de Al Berto, representado pelo Teatro Universitário do Minho.

**Notícias do
Museu Nogueira da Silva
Museu Nogueira da Silva**

**Actividades
(1.º Semestre de 1998)**

Galeria da Universidade

**"A ARTE PORTUGUESA DOS ANOS SETE
FUNDAÇÃO DE SERRALVES"**

12 Dez. 97 / 20 Jan. 98

ROCHA PINTO

Pintura

22 Jan. / 11 Fev.

LÚCIO

Pintura

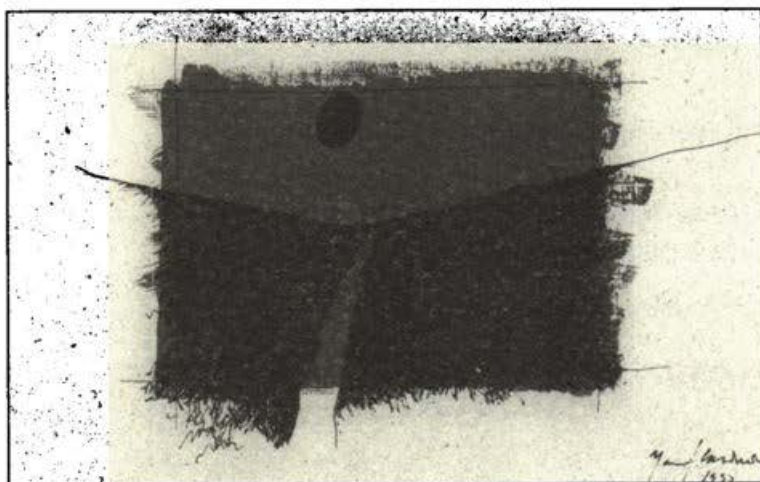
13 Fev. / 11 Mar.



MANUEL CASIMIRO

Desenhos

12 Mar. / 1 Abril



DEMIRANDA

Pintura

3 / 22 Abril

FLORENCE CHEVALIER

"Le Bonheur"

Encontros de Imagem

1 / 31 Maio

DESENHOS E TRABALHOS DOS ALUNOS DO 1.º CICLO EFFECTUADOS DURANTE O ANO DEPOIS DE VISITAREM O MUSEU NOGUEIRA DA SILVA

Pintura Infantil

1 / 11 Jun.



ALVES DIAS

Tapeçaria

12 Jun. / 1 Jul.

Museu

Inauguração do novo espaço museológico, "Recâmara" para as pratas e marfins.

Visitas ao Museu pelo público em geral.

Visitas ao Museu por alunos do 1.º Ciclo com actividade plástica no fim.

Projecto "Olhar, Ouvir e Sentir o Museu" onde cada turma explora um objecto (uma pintura, uma escultura, um frasco de chá...) de cada vez em várias sessões e ao nível dos sentidos e das expressões.



Sessões informais de música clássica "Descobrir a Música" com a violoncelista Matilde Rocha.

Concerto de Guitarra Clássica por Miguel Carvalhinho (17 de Abril).

Concerto de Violoncelo por Matilde Rocha e Joana Osório (18 de Maio).

Colaboração com o projecto Geira.

FORUM

NOVOS COLABORADORES



Novos Colaboradores

Peter Jarvis

É professor de Educação Permanente na Universidade de Surrey (Reino Unido).

É autor e/ou editor de mais de vinte livros e escreveu numerosos artigos sobre diversos aspectos relacionados com a educação de adultos e a educação permanente.

Os seus trabalhos têm sido traduzidos em diversas línguas e ele é frequentemente convidado para proferir conferências em diferentes locais do mundo.





